

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: ANÁLISE DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

**ESTRANGEIRO OU IMIGRANTE: O DISCURSO DA
IMPrensa CONSTRUINDO A (IN)ACEITABILIDADE**

TANI JACOBSEN PRELLVITZ
ORIENTADORA: PROF^a DR^a ANA ZANDWAIS

PORTO ALEGRE

2006

TANI JACOBSEN PRELLVITZ

**ESTRANGEIRO OU IMIGRANTE: O DISCURSO DA
IMPrensa CONSTRUINDO A (IN)ACEITABILIDADE**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Estudos da Linguagem, área de concentração: Teorias do Texto e do Discurso.

PORTO ALEGRE

2006

*À memória de Hilda, Oswaldo, Erich e Paulina.
Cada um deles, ao partir, deixou um grande vazio. A
certeza de seu amor me fez chegar até aqui.*

AGRADECIMENTOS

À professora dr^a Ana Zandwais, por tudo que me ensinou. Seu trabalho atencioso, seguro e incansável orientou minha caminhada.

À professora dr^a Solange Mittmann, que mostrou o caminho e me fez acreditar que era possível.

À Lia, à Ellis e ao Arthur, por todo o carinho e compreensão.

Ao Artur, pois sem ele nada disso seria possível.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Se para nos libertarmos basta que nos ajudemos a tomar consciência de um fim que nos liga uns aos outros, procuremos um fim que nos ligue a todos. (...) Aquele que vigia modestamente algumas ovelhas sob as estrelas, se tem consciência de seu papel, descobre que não é apenas um servidor. É uma sentinela. E cada sentinela é responsável por todo o império.

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

Esta pesquisa, filiada à Análise de Discurso de linha francesa, trata da designação. Neste trabalho, nos perguntamos o que é designar, quais são as conseqüências históricas e sociais que decorrem deste ato que repetimos infinitas vezes. Esta é, essencialmente, a questão que nos move durante este trabalho. Como tema de investigação, nosso olhar se volta para as designações que são conferidas aos estrangeiros e imigrantes pela Imprensa. Portanto, os gestos de análise recortam os enunciados e a imprensa é tomada, teórica e analiticamente, como uma Formação Discursiva que constrói um imaginário de Brasil e determina a (in)aceitabilidade do sujeito. Em seu interior se delineiam “jogos” de forças (e de sentidos), produzidos pelo entrecruzamento das diferentes posições-sujeito. Assim, designar o estrangeiro como *clandestino* ou *a boliviana*, por exemplo, não é um gesto destituído de conseqüências. Delimitamos como pertencentes à Formação Discursiva da Imprensa os jornais: Zero Hora, Folha de São Paulo, Agora, São Paulo – Shimbun, Nippo-Brasil e Portugal em Foco, bem como a revista Marie Claire. Este trabalho se baseia em um critério qualitativo, que privilegia a condição de representatividade dos textos em estudo. É a discursivização do estrangeiro e do imigrante que confere unidade às diferentes publicações, tomadas como corpus heterogêneo, em virtude dos comprometimentos ideológicos dos órgãos de imprensa. Nossa fundamentação teórico-metodológica tem como suporte os pressupostos teóricos desenvolvidos por Pêcheux e Courtine, bem como as significativas contribuições teóricas de Orlandi e Guimarães. Além disso, realizamos um profícuo percurso pelos pensamentos filosóficos de Aristóteles, Spinoza e Frege, sempre considerando suas contribuições sob o viés do materialismo histórico. Esse diálogo com o campo da Filosofia se mostra essencial para a realização das análises e nos permite responder às questões a que nos propusemos. E assim, consideramos que a tradicional divisão entre designação e atributo não mais se mantém, pois ambos constituem, igualmente, o cerne de um processo discursivo que constrói (e determina) a subjetividade.

RESUMÉ

Cette recherche, inscrite dans le cadre théorique de l'Analyse du Discours ligne française, traite de la désignation. Dans ce travail, nous nous interrogeons sur ce qu'est désigner, quelles sont les conséquences historiques et sociales qui découlent de ce acte que nous répétons sans cesse. Ceci est essentiellement, la question qui nous a préoccupé pendant ce travail. Comme thème de recherche, notre regard se tourne vers les désignations qui sont conférées aux étrangers et immigrants par la presse. Par conséquent les analyses recourent les énoncés et la presse est prise, en théorie et analytiquement, comme une Formation Discursive qui construit un imaginaire de Brasil et détermine l'(in)acceptabilité du sujet. La Formation Discursive s'ébauche de "jeux" de forces (et de sens), produits par l'entrecroisement des différentes positions-sujets. Ainsi, désigner l'étranger comme *clandestin* ou *la bolivienne*, par exemple, n'est pas un geste dénué de conséquences. Nous délimitons comme appartenant à Formation Discursive de la Presse, les journaux: *Zero Hora*, *Agora*, *Folha de São Paulo*, *São Paulo-Shimbun*, *Nippo-Brasil* e *Portugal em Foco*, de même que la revue *Marie Claire*. Ce travail se base sur un critère qualitatif, qui privilégie la condition de représentativité des textes en étude. C'est la discoursivisation de l'étranger et de l'immigrant qui confèrent une unité aux différentes publications, prises comme corpus hétérogène, en vertu des compromis idéologiques des organes de presse. L'apport théorique et méthodologique prend les présupposés développés par Pêcheux et Courtine, de même que les contributions théoriques significatives de Orlandi et Guimarães. De plus, nous parcourons les pensées philosophiques d'Aristotélis, Spinoza et Frege, considérant toujours ces contributions sous l'oeil du matérialisme historique. Ce dialogue à travers le champs de la philosophie se montre essentiel pour la réalisation des analyses et nous permet de répondre aux questions sur lesquelles nous nous sommes penchées. Enfin, nous considérons que la division traditionnelle entre la désignation et l'attribut n'ont plus lieu d'être puisque les deux constituent, également, le noyau d'un procès discursif qui construit (et détermine) la subjectivité.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. FALANDO DA TEORIA QUE NOS SUSTENTA (A epistemologia da Análise de Discurso e as noções teóricas).....	21
1.1. Sujeito.....	23
1.2. Sentido.....	31
1.3. Silêncio.....	36
1.4. Formação ideológica.....	41
1.5. Formação discursiva.....	46
1.6. Paráfrase discursiva.....	53
1.7. História.....	56
1.8. Memória discursiva	59
2. UM OLHAR SOBRE O CAMPO TEÓRICO-PRÁTICO DA DESIGNAÇÃO.....	64
2.1. A Designação: como a Linguística Textual vê essa questão.....	65

2.2. Substância e Atributo em Aristóteles: uma relação que comporta a contradição.....	69
2.3. Substância e Atributo em Spinoza: uma relação de inerência determinando o sujeito e conferindo-lhe identidade.....	73
2.4. A dimensão política da designação em Spinoza.....	79
2.5. Frege: estabelecendo a relação entre o referente e a(s) referência(s) para chegar à representação.....	82
2.6. A designação enquanto processo: a perspectiva da Análise de Discurso.....	85
2.7. Compreendendo a designação enquanto processo.....	93
3. O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	99
3.1. Sobre o corpus.....	100
3.2. Condições de Formação da Formação Discursiva da Imprensa: um percurso histórico.....	102
3.2.1. Surge a "pequena imprensa".....	104
3.2.2. A pequena imprensa é “amordaçada”	107
3.2.3. A imprensa que pôde falar.....	108
3.2.4. A imprensa durante o governo Vargas.....	110
3.2.5. A imprensa corporativa.....	112
3.3. O gesto analítico investigando a Formação Discursiva da Imprensa.....	113
3.4. A Lei determinando lugares sociais de ocupação para o sujeito: estrangeiro ou imigrante?	115

3.4.1. O estrangeiro.....	115
3.4.2. O imigrante.....	117
3.5. Realizando as análises.....	118
3.5.1. Bloco 1) A FDI construindo um imaginário.....	119
3.5.1.1. Realizando o cotejo entre os discursos de <i>Zero Hora</i> e <i>Marie Claire</i>	129
3.5.2. Bloco 2. O estrangeiro inaceitável.....	132
3.5.2.1. Realizando um cotejo entre os jornais <i>Folha de São Paulo</i> e <i>Agora</i>	141
3.5.2.2. As posições-sujeito construindo efeitos de <i>mesmo</i> sentido no interior da FDI.....	142
3.5.3. Bloco 3. A voz do imigrante <i>produzindo rastros</i> de uma outra história.....	143
3.5.3.1. Realizando o cotejo entre os jornais <i>Portugal em Foco</i> , <i>São Paulo-Shimbun</i> e <i>Nippo-Brasil</i>	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157

PRIMEIRAS PALAVRAS

(Alcance social nesta pesquisa)

O Brasil foi constituído a partir de fluxos imigratórios resultantes de iniciativas oficiais do governo brasileiro, cujas motivações variaram ao longo dos anos. Os processos imigratórios eram mediados por agenciadores nacionais ou estrangeiros e os imigrantes eram seduzidos por promessas de subsídios - garantidos pelo governo do Brasil ou pelo governo de seus países de origem - que nem sempre eram cumpridas a contento.

Em 1819, chegaram os primeiros imigrantes suíços, os quais se instalaram na região de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Sua vinda teve um *caráter civilizatório* e, portanto, privilegiou-se a vinda de agricultores e artífices. Após a independência (1824), a imigração visava ao povoamento de regiões inóspitas a fim de garantir, sobretudo, a ocupação do extremo sul. Surgiram, assim, colônias no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

No período compreendido entre os anos de 1830 e 1845, houve a interrupção do fluxo imigratório devido à proibição de gastos com a vinda de estrangeiros. A retomada do processo ocorreu a partir de 1845, com o predomínio da vinda de alemães, apenas superados numericamente por outros grupos a partir de 1870. Assim, durante o regime imperial, o colono era visto como imigrante *ideal*, e, embora não houvesse proibição expressa àqueles que desejassem se instalar nas cidades, a Lei de Terras¹, promulgada em 1850, era um mecanismo eficiente que permitia a regulamentação da imigração e garantia a ocupação de terras segundo o interesse do Estado. Esta situação perdurou até o Estado Novo, tendo o Brasil recebido perto de cinco milhões de imigrantes entre os anos de 1819 e 1940.

1. A *Lei de Terras* (1850) foi promulgada por D. Pedro I e restringia a posse de terras, determinando a reapropriação das terras devolutas, por parte do Estado, de todas as terras desocupadas. Desta forma, os governos provinciais puderam vender as terras às Companhias de Imigração, de forma a regulamentar a imigração.

Segundo os estudos de Seyfert (2000), foi, sem dúvida, o imaginário de Brasil como uma nação em processo de branqueamento que resultou na busca por agricultores do meio rural europeu, brancos, cujas características deveriam incluir obediência, docilidade e moral ilibada. Desta forma, estavam excluídos os europeus comunistas, anarquistas, condenados, ex-soldados e a "escória das cidades", que os governos europeus "expeliam": "Refugiados, deficientes físicos, ciganos, ativistas políticos, velhos etc., também estavam arrolados, inclusive na legislação, como indesejáveis" (SEYFERT, 2000, p.3).

O *branqueamento* da população, desejado pelo governo brasileiro, previa o caldeamento da população e a integração dos imigrantes, com a conseqüente condenação das etnicidades. Sobre este aspecto específico do processo imigratório, Jeffrey Lesser (2000) afirma: "A 'brancura' continuou como um requisito importante para a inclusão na raça brasileira, mas o que significava ser branco mudou de forma marcante entre 1850 e 1950" (p.21).

Assim, italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, chineses, russos, poloneses, sírios e libaneses, entre outros, tiveram que se adequar às políticas públicas e às pressões privadas para permanecerem no país, construindo, ao mesmo tempo, uma identidade própria, conforme citamos abaixo:

Os imigrantes desafiavam os conceitos simplistas de raça, acrescentando à mistura um elemento novo, a etnicidade. Todos (...) trouxeram consigo uma cultura pré-imigratória e criaram novas identidades étnicas. Entretanto, foram os asiáticos, árabes e judeus, considerados não-brancos e não-pretos, que mais puseram em cheque as idéias da elite sobre a identidade nacional.

(...) Assim, enquanto a ideologia se metamorfoseava em política, aqueles a quem a entrada era negada se tornaram tão importantes quanto os que conseguiam entrar. Palavras como 'imigrante' e 'brasileiro' vieram a se tornar tão fluidas quanto a palavra 'raça', aplicável aos residentes potenciais, aos nascidos dentro e fora do Brasil (LESSER, 2000, p.25).

Jornais como *O Paiz* (Rio de Janeiro), *A Lavoura* (publicação da Secretaria Nacional de Agricultura), *Comércio de Santos*, *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil*, entre outros, se posicionavam a favor ou contra a vinda e a permanência de imigrantes, refletindo a heterogeneidade de posições e os conflitos sociais e políticos que a questão suscitava.² Os

2. Segundo LESSER (2000, p.167).

grupos imigrantes, por sua vez, também publicaram jornais, tais como o *Shukan Nambei* (*Semanário Sul-Americano*) e o *Nippak Shinbun* (*Notícias Nipo-Brasileiras*)³ nos quais os imigrantes defendiam sua permanência, reivindicavam seus direitos, conservavam sua cultura pré-imigratória e afirmavam sua identidade enquanto brasileiros.

Esta contextualização inicial nos permite afirmar que o processo imigratório, essencialmente determinado por interesses econômicos, não foi tranquilo como nos querem fazer crer os discursos que reproduzem (e, desta forma, reiteram) a história oficial. E é com frequência que lemos reportagens cuja ênfase recai sobre um imigrante construído historicamente, referido e rememorado a partir de um imaginário de aceitabilidade e concórdia. Como exemplo deste imaginário, trazemos a notícia publicada no jornal *Correio do Povo* sobre os *150 Anos da Imigração Judaica no Rio Grande do Sul*:

A Assembléia dedicou ontem o Grande Expediente Especial para homenagear o centenário da imigração judaica no RS. O parlamentar lembrou a saga dos imigrantes judeus que vieram à América para fugir das perseguições que sofriam no Velho Mundo. Koutzii relatou ainda a saga dos judeus no RS, desde a chegada das primeiras 38 famílias da Bessarabia para a Colônia Phillipson, perto de Santa Maria, até a conquista das grandes cidades e a contribuição deste povo no desenvolvimento econômico, cultural e científico do Estado (*Correio do Povo*, 03/05/2004).

Vemos, portanto, que os jornais silenciam o fato de que os imigrantes fizeram parte de um processo imigratório conflituoso, sempre à mercê de mudanças nos padrões de aceitabilidade, determinados jurídica e politicamente. Este processo fez com que o fantasma da inaceitabilidade se tornasse um importante elemento constitutivo da identidade destes *brasileiros hifenizados*, segundo a expressão cunhada por Jeffrey Lesser (2000).

Atualmente, o Brasil continua sendo o destino de muitos imigrantes, apesar de não termos mais programas oficiais de imigração. De forma ainda incipiente, os jornais dão conta de um processo facilmente visível, bastando para tanto que percorramos as ruas das grandes cidades brasileiras, onde é comum que nos deparemos com coreanos, chineses, africanos, argentinos e bolivianos. Eles vêm para o Brasil atrás de oportunidades que suas pátrias de origem não oferecem.

3. De acordo com LESSER, (2000), o *Shukan Nambei* (1916) foi o primeiro dos três jornais publicados para os japoneses e nippo-brasileiros que viviam em áreas rurais. O *Nippak Shinbun*, foi fundado seis meses mais tarde, com sede no bairro da Liberdade, em São Paulo e, por volta de 1920, alcançava a tiragem de 30.000 exemplares.

No entanto, estes imigrantes são praticamente invisíveis para grande maioria da população, mais preocupada com os brasileiros que imigram em busca de melhores condições de vida nos Estados Unidos e na Europa. Isto porque o Brasil se equilibra entre dois processos distintos: o imigratório, do qual fazem parte aqueles que buscam oportunidades não obtidas em seus países de origem; e o emigratório, vivenciado por aqueles que não têm oportunidades de trabalho ou que estão descontentes com a situação sociopolítica do país.

Embora estes processos se relacionem e sejam igualmente importantes, nosso objetivo é analisar como a imprensa fala sobre os estrangeiros que vêm para o Brasil nos dias de hoje. E para alcançar tal propósito, nosso olhar também se deterá na forma como os discursos da imprensa falam sobre o imigrante. Somente assim teremos condições de demonstrar que ao falar sobre estes sujeitos, a imprensa *os fala*, ou seja, determina-lhes a ocupação de lugares sociais distintos, o que reflete um conflito de interesses que se disfarça sob o manto da igualdade. Desta forma, os discursos da imprensa constroem *efeitos de realidade* que, por serem efeitos ideológicos, e, portanto, constitutivamente contraditórios, formam uma imensa rede de sentidos que envolve o leitor em sua trama. A heterogeneidade que assim se materializa, mostra-nos que por meio dos discursos ressoam vozes que contam diferentes histórias, atualizando memórias contraditórias que constroem e desconstroem um determinado imaginário de Brasil.

Veremos que quando a imprensa fala do *estrangeiro*, designa-o de diferentes maneiras: há o *ilegal*, que atravessa nossas fronteiras à noite para ocupar subempregos nas grandes cidades; há o *clandestino*, que chega aos nossos portos depois de passar por privações inimagináveis; há o *legalizado*, que tenta se integrar à sociedade; e há, também, aquele que é designado pelo *nome próprio* e que, vindo dos países de primeiro mundo, desfruta das belezas e facilidades do Brasil tropical.

Quando a imprensa fala do *imigrante*, refere-se à *construção de belas amizades* e à *história de vida coletiva*.

Já quando é a voz do imigrante que se faz ouvir, estamos frente a discursos que falam em *estratégias de integração*, *excesso de preconceito*, *ranço*, fazendo com que haja um movimento de retorno no qual os discursos silenciados de ontem se tornem, novamente, presentes.

Assim, por meio das designações e dos atributos que são conferidos aos estrangeiros e imigrantes, os discursos da Imprensa tramam uma rede complexa que constrói um imaginário de Brasil (e de brasileiro), criando uma identidade em que cada um de nós pode (ou não) se reconhecer. E ter uma identidade é importante neste momento de intensa globalização, já que um dos fenômenos que ela provoca é, justamente, a necessidade de identificação e reconhecimento. As pessoas querem saber quem são, elas necessitam de um sentido de pertencimento face a estes deslocamentos - econômicos, geográficos e políticos - que a imprensa nos apresenta, muitas vezes, como um passaporte *seguro* para um mundo global no qual todos parecemos ser cidadãos.

Acreditamos que, ao penetrarmos nesta trama construída por discursos que privilegiam alguns sentidos em detrimento de outros, provocando a atualização da memória ou reclamando seu apagamento, chegaremos ao efeito de realidade através do qual a imprensa constrói imagens que formam um mosaico identitário onde inclusão e exclusão se entrelaçam inexoravelmente. É dentro destes limites, portanto, que localizamos a relevância do estudo que realizaremos.

O clandestino, a boliviana, a japonesinha... O que o discurso tem a dizer sobre isto?

(Alcance discursivo)

“*Clandestino é encontrado morto a bordo de navio*” (*Agora*, 03/08/2004).

“*Doutor em Biologia, funcionário vitalício de um órgão governamental em seu país e especialista em peixes. Esse é o professor Uwe Horst Schultz (...)*” (*Zero Hora*, 25/07/2004).

“*A boliviana Maria das Mercês (nome fictício) e um filho pequeno fizeram na semana passada a rota clandestina (...)*” (*Folha de São Paulo*, 16/03/2003).

“*Os meus pais nunca permitiram que eu ficasse por baixo só porque era a japonesinha*” (*São Paulo-Shimbun*, 09/07/2004).

Diversos recortes, diferentes jornais, imagens sendo construídas. A Imprensa fala sobre o estrangeiro e sobre o imigrante e constrói um imaginário de Brasil. Mas, ao mesmo tempo, em seus discursos ressoa a voz do imigrante, do brasileiro-hifenizado que fala de si

mesmo, contando outras histórias, que contradizem o discurso da história instituída. Percebemos, então, que a imprensa fala, mas o faz diferentemente e cumpre-nos investigar em que consistem essas diferenças.

Ao nos dedicarmos ao discurso heterogêneo da imprensa sobre os estrangeiros e os imigrantes - percebido no movimento discursivo das designações -, estaremos pensando sobre um processo complexo de relações desiguais, que determina a inclusão de alguns e a exclusão da maioria.

No entanto, se perguntarmos a um jornalista o motivo que o levou a usar uma determinada designação em detrimento de outras que poderiam ter sido usadas, ele certamente nos dirá que produziu sua matéria procurando responder à série tradicional de perguntas - o que, quem, como, quando, onde, por que -, com a finalidade de elaborar um texto objetivo para informar o seu leitor. Para ele, designar o outro como clandestino, por exemplo, decorre de uma escolha pessoal e consciente baseada nas fontes de informação às quais teve acesso.

Para nós, que nos filiamos à Análise de Discurso de linha francesa, a designação é uma questão muito mais complexa: ela é discursiva, subjetiva, histórica e ideológica. E por estarmos nos movimentando no terreno denso da designação, algumas perguntas nortearão nossa reflexão:

- a) Como os estrangeiros e os imigrantes são discursivizados pela Imprensa?
- b) Ao discursivizá-los, qual é o imaginário que a Imprensa constrói?
- c) Ao fixar alguns sentidos em detrimento de outros, a que propósitos o imaginário construído pela imprensa atende?

Por termos tal objeto e por pretendermos responder a estas questões, sabemos que apenas sob a perspectiva da Análise de Discurso – que considera a historicidade e, conseqüentemente, a ideologia, a língua e o sujeito como sendo inseparáveis -, poderemos realizar a análise a qual estamos nos propondo em toda a sua profundidade.

Assim, referir-se ao outro como *clandestino*, *a boliviana*, *doutor em biologia* ou *a japonesinha*, não é uma questão de escolha ou de contexto situacional, mas é um processo que ocorre a partir de condições de produção determinadas ideologicamente. Designar e nomear

são, portanto, elementos constitutivos de um processo que resulta em (ir)reconhecimento, segundo o qual a palavra é negada ou concedida ao sujeito. Pois, segundo Chnaiderman (1998), “relacionar língua(gem) e identidade implica em introduzir a questão da determinação na questão da estrutura” (p.49).

Porque analisar o discurso jornalístico

(Objetivos)

Analisaremos o discurso jornalístico, e ao fazê-lo, estaremos refletindo sobre as *informações* que nos chegam diariamente. Isto é essencial, uma vez que os leitores são bombardeados por inúmeras notícias e reportagens que acabam sendo absorvidas sem que haja reflexão sobre os efeitos de sentido que são propagados. Pois, como afirma Bethânia Mariani (1998), “o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social repetidora de certa ideologia quanto, direta ou indiretamente, se deixa atravessar pelas muitas vozes divergentes também constitutivas da história” (p.110).

Neste trabalho trataremos das designações, compreendidas em sua materialidade histórica e discursiva. Nossa reflexão se dará a partir do par nomeação/designação: até que ponto designar e nomear são gestos que se confundem? Até onde se limitam ou se distanciam?

O trabalho discursivo com as designações nos indica regularidades suficientes para determinar a ocorrência de processos parafrásticos, que se configuram como a conseqüência analítica própria à Análise de Discurso, que considera a linguagem no momento da existência, nem produtora, nem produto, mas sim, processo, discurso.

Acreditamos que ao alcançarmos estes objetivos estaremos contribuindo com os estudos semânticos, pois, não havendo sentido literal, mas sim sentidos determinados historicamente, que se cristalizam em função da ação dos mecanismos ideológicos, estamos, permanentemente, envolvidos por *efeitos de sentido*, decorrentes do confronto de interlocutores e das condições em que seus dizeres se produzem. Assim, tanto o sujeito-jornalista, quanto o sujeito-leitor estão fadados a interpretar, a atribuir sentidos. Este é o trabalho da ideologia, de onde decorre que a interpretação não é qualquer uma (nem o sentido

é qualquer um); eles são sempre administrados pelos aparelhos de poder e pelos processos de filiação histórica dos sujeitos.

Natureza do corpus

Como afirmamos anteriormente, o objeto deste trabalho é refletir sobre o discurso jornalístico e, mais especificamente, sobre de que maneira os discursos atuais da imprensa falam (sobre) o estrangeiro. Para tanto, buscamos jornais e revistas que trouxessem reportagens e notícias sobre estrangeiros que chegaram ao Brasil recentemente e percebemos que este é um tema que (ainda) não aparece com frequência na imprensa e é justamente esta falta de visibilidade que nos estimula, uma vez que acreditamos que o silêncio também significa. Mas, em nossa busca, encontramos, também, reportagens e notícias sobre os imigrantes já estabelecidos no Brasil. E percebemos que as perguntas que nos norteiam somente poderiam ser satisfatoriamente respondidas se nos debruçássemos sobre estes dois sujeitos: o estrangeiro e o imigrante.

Pensando em consonância com esta perspectiva, delimitamos, de acordo com Courtine (1981^a), as publicações que compõem nosso *corpus de arquivo*: a revista *Marie-Claire* (Ed. Globo) e os jornais *Agora* (RS), *Zero Hora* (RS), *Folha de São Paulo* (SP), *Jornal Nippo-Brasil* (SP), *São Paulo-Shimbun* (SP) e *Portugal em Foco* (RJ).

A partir deste corpus de arquivo, estabelecemos como *corpus experimental* algumas das reportagens veiculadas nestes jornais e revistas durante o período compreendido entre os anos de 2000 e 2004. Este corpus experimental é constituído pelas *seqüências discursivas*, tomadas, segundo a perspectiva de Courtine (1981^a), como objetos tomados do interior de processos discursivos de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma Formação Discursiva. O ponto em comum entre as seqüências é o fato de “falarem” o estrangeiro e o imigrante através de designações que, muitas vezes, se repetem.

Pensando estas questões sob a perspectiva da Análise de Discurso

(Procedimentos Metodológicos)

A Análise de Discurso não busca “o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica” (ORLANDI, 1999, p.59), portanto, trataremos dos fatos de linguagem, com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-discursiva. Para tanto, o procedimento metodológico adotado será aquele próprio à AD: aliar a teoria à prática, num constante movimento em que o corpus em análise e a teoria estão sempre em contato.

Com esta postura teórica, poderemos produzir o deslocamento necessário, passando da *superfície lingüística (corpus bruto, textos) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo* (ibid, p.68), determinando suas condições de produção. Somente então chegaremos a observar os efeitos de sentido da língua na ideologia e a materialização desta na língua. É por nos filiar a esta teoria que poderemos pensar o discurso jornalístico e os sentidos que ele constrói a partir de uma dimensão sócio-histórico-ideológica.

As questões que norteiam este trabalho têm por base a designação, compreendida como sendo um processo discursivo. Para fundamentar nossas reflexões, buscaremos suporte teórico no pensamento filosófico de Aristóteles, Spinoza e Frege. Realizaremos este diálogo com o campo da Filosofia sempre com vistas a investigar as diferenças entre os pensamentos destes filósofos e relacionar os princípios de Spinoza com a perspectiva do materialismo histórico que fundamenta a Análise de Discurso.

Portanto, neste momento, achamos relevante contextualizar brevemente a Análise de Discurso, que foi definida pelo filósofo francês Michel Pêcheux - seu fundador - como uma *disciplina de interpretação, um empreendimento* baseado na articulação de três regiões: a) o materialismo histórico, b) a lingüística, e c) a teoria do discurso.

O objetivo de Pêcheux, ao articular estas três regiões, era pensar uma teoria materialista do discurso objetivando desnaturalizar duas evidências: a da existência espontânea do sujeito (como origem e causa de si) e a evidência do sentido, presente, até então, em toda a filosofia idealista da linguagem.

Nesta articulação, a língua (objeto da lingüística por excelência) é a materialidade lingüística através da qual se chega ao discurso. Estamos, então, em presença de

materialidades distintas: a da língua e a do discurso, já que, segundo Courtine (1982), “é próprio do discursivo representar, no interior da língua, os efeitos de contradições ideológicas” (p.240).

O materialismo histórico foi o foco das atenções de Pêcheux por fundamentar-se, segundo Balibar (1975), nos problemas precisos da *mais valia* (a luta de classes) e da ditadura do proletariado, considerados no conjunto de suas determinações. Pêcheux pensou estas questões com base nas reflexões de Althusser, que, por sua vez, apoiou-se na releitura cuidadosa de Marx, a fim de aprofundar as questões relativas à reprodução dos meios de produção, analisando-as a partir do funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

Em *Semântica e Discurso* (1997), Pêcheux redefine sua teoria com base no materialismo dialético, que considera a contradição como inerente aos modos de produção. Para Ianni (1984): “a análise dialética ao mesmo tempo constitui e transforma o objeto. Adere destrutivamente ao objeto, na medida em que desvenda e desmascara seus fetichismos, as suas contradições e os seus movimentos” (p. 13).

Esta redefinição permitiu que Pêcheux aprofundasse as reflexões a partir da perspectiva de uma relação dialética entre teoria e prática e, diferentemente de Marx, pensasse no antagonismo não só *entre* as classes, mas no *interior* de cada uma delas.

E aqui cabe ressaltar que, ao analisarmos os discursos da Imprensa, iremos considerá-la teoricamente, seguindo Pêcheux, como uma Formação Ideológica heterogênea e constitutivamente contraditória, já que sempre permeada pela luta de classes. No caso deste trabalho, delimitamos a Formação Ideológica da Imprensa como sendo o meio escrito, que se discursiviza por meio da Formação Discursiva da Imprensa, composta pelos diferentes jornais e revistas (nosso corpus de arquivo) dos quais retiramos as reportagens (nosso corpus experimental), de onde recortamos as seqüências discursivas que serão analisadas.

As formações discursivas devem então ser compreendidas, segundo Pêcheux (1997^b), como “lugares de ancoragem de saberes”, onde o sentido se constitui e o repetível se instaura. Elas “representam 'na linguagem', as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (p.161). É, portanto, nelas que os saberes da formação ideológica se materializam, sendo simultaneamente reproduzidos e transformados.

A Formação Discursiva está, então, no nível do pré-discurso (região onde os saberes se articulam), da mesma forma que o enunciado: são abstrações, *possibilidades de*. As formulações que são possíveis no âmbito de uma FD se materializam no intradiscurso e variam segundo a posição-sujeito ocupada por aquele que enuncia.

Assim, para fins de análise, consideramos que as seqüências discursivas foram produzidas por sujeitos que ocupam a posição-sujeito de jornalista e, a partir dela, *falam* o estrangeiro e o imigrante. E salientamos que, para a AD, o sujeito não é consciente, nem dono de seu dizer, mas desde sempre assujeitado⁴. Assim, também o jornalista é ideologicamente assujeitado e formula seu discurso sob condições sócio-históricas de produção.

Não há, portanto, garantia sobre a apreensão dos sentidos, já que, segundo Pêcheux (2002), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (p.53). Ou seja, em uma formação discursiva, mais de um sentido é possível, mas não qualquer um; o que delimita os sentidos possíveis a uma FD é o seu interdiscurso.

No decorrer deste trabalho, mostraremos que a formação discursiva em questão é heterogênea, e que na materialização de seus discursos percebemos a circulação de saberes próprios a outras Formações Discursivas (como a da Igreja, da Justiça e da Polícia). Assim, referir-se ao estrangeiro como *clandestino* ou *a boliviana*, por exemplo, é identificar-se com determinados saberes, permitidos no interior da FD a qual o sujeito se filia.

Fazer estas delimitações é um gesto analítico e nesta introdução procuramos apresentar brevemente quais são os nossos pontos de sustentação e de que forma conduziremos este trabalho. No capítulo que segue discorreremos de forma detalhada sobre as noções teóricas fundamentais que nos permitirão realizá-lo.

4. É através do assujeitamento que os sujeitos são conduzidos sem perceberem, ou seja, ocupam seu lugar tendo a impressão de que exercem sua livre vontade, “*recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem e escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer).” (Pêcheux, 1997^b, p.157)

1. FALANDO DA TEORIA QUE NOS SUSTENTA

(A epistemologia da Análise de Discurso e as noções teóricas)

Ao iniciarmos este capítulo, gostaríamos de retomar uma afirmação que fizemos quando da introdução deste trabalho: se perguntarmos a um jornalista o motivo que o levou a usar uma determinada designação⁵ em detrimento de outras, ele certamente nos dirá que produziu sua matéria pensando em elaborar um texto *objetivo* a fim de informar seu leitor. Para ele, a designação utilizada decorre de uma *escolha pessoal e consciente* baseada nas fontes de informação às quais teve acesso.

As palavras que destacamos acima apontam, diretamente, para duas questões fundamentais para Pêcheux: a evidência do sentido e a existência espontânea do sujeito (como origem e causa de si). Foi com o objetivo de desnaturalizar estas evidências tão próprias a uma filosofia idealista de linguagem - que percebe a língua como um sistema meramente abstrato -, que Pêcheux desenvolveu sua *teoria materialista do discurso* designada como Análise de Discurso, constructo teórico ao qual nos filiamos.

Pêcheux (1997^a, p.163) definiu sua teoria como sendo um *empreendimento*, uma *disciplina de interpretação*, que tem por base a articulação de três regiões:

a) o materialismo histórico e, dentro dele, privilegiadamente, as relações entre superestrutura ideológica e o modo de produção que domina a formação social considerada;

b) a lingüística, vista simultaneamente como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;

c) a teoria do discurso (teoria da determinação histórica dos processos semânticos).

5. Designação cujo referente é o estrangeiro que chega ao Brasil atualmente, ou o imigrante já estabelecido, objetos desta dissertação.

A tese central da teoria pêcheutiana pode ser assim resumida: o discurso é um efeito de sentido entre os locutores. Do que decorre que o funcionamento do discurso, objeto teórico da AD, somente pode ser compreendido quando consideramos a articulação de duas ordens: a da língua e a da história. E cabe-nos salientar que a língua da qual trata a Análise de Discurso é diferente daquela que é o objeto da Lingüística: a língua enquanto puro sistema e abstração, instrumento de linguagem do qual o indivíduo se apodera para se comunicar. Para a disciplina de interpretação concebida por Pêcheux, a língua é a materialidade lingüística através da qual se chega ao discurso, visto como a articulação necessária entre a língua, o sujeito (descentrado e assujeitado) e a história. Estamos, então, em presença de materialidades distintas: a da língua e a do discurso.

E definimos a materialidade do discurso conforme o fez Courtine, (1982):

(...) o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico, no sentido em que ele representa, no interior da língua, os efeitos de contradições ideológicas e, ou, inversamente, manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia (p.240).

Para chegarmos à materialidade do discurso, recorreremos ao texto, percebido como uma unidade não fechada e não linear que é constituída pela exterioridade e por suas condições de produção. Assim, as análises nunca se limitam ao texto em si mesmo, como no caso das análises lingüísticas, mas partem do princípio que ele é o meio de acesso ao discurso.

Retornando ao jornalista, percebemos um profissional que se acredita centrado, dono de seu dizer e de seu fazer, sujeito este que Orlandi (2001), define como:

o sujeito moderno, fruto inexorável do sistema econômico dominante - o capitalismo - que se encontra contraditoriamente constituído pela liberdade e pela submissão: essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade (p.104).

Assim, a ilusão de uma relação transparente - *objetiva* - entre a linguagem e as coisas, ou o mundo, advém do que Eni Orlandi (1997) chama de “perfídia da interpretação: o fato que consiste em considerar o conteúdo (suposto) das palavras e não - como deveria ser - o funcionamento do discurso na produção dos sentidos” (p.99). Esta percepção está diretamente ligada ao ideológico, concebido como ocultação, como sentidos a serem desvelados e revelados. Esta é a visão das ciências sociais e, especificamente no caso desta

dissertação, da comunicação social, que considera a linguagem como uma ferramenta transparente e passível de *dominação* pelo profissional que dela se utiliza. Sob esta perspectiva, há sentidos verdadeiros - em oposição a sentidos *falsos* (ocultos) - e a linguagem deve ser trabalhada pelo jornalista a fim de que o texto seja objetivo e exato.

Para a Análise de Discurso esta relação tão precisa e controlada que o sujeito parece manter com a linguagem é um efeito ideológico. E salientamos que a ideologia, para nós, analistas de discurso é, como afirma Orlandi (1997) “a transposição de certas formas materiais em outras, isto é, simulação (e não ocultação) em que são construídas transparências para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem, no entanto, como evidências empíricas” (p.101).

No decorrer deste capítulo, faremos um percurso pelas noções teóricas que serão necessárias à realização deste trabalho: sujeito, sentido, silêncio, formação discursiva, formação ideológica, paráfrase, história e memória. Em nossa exposição, procuraremos sempre aliar a teoria à prática, em um movimento que é próprio à Análise de Discurso. E merece destaque o fato de que esta disciplina de interpretação encontrou no Brasil condições propícias para seu desenvolvimento, o que é percebido através dos inúmeros trabalhos realizados por aqueles que consideram que a AD é mais do que uma perspectiva discursiva: é uma forma (possível) de compreender e de conceber o mundo.

1.1. Sujeito

Louis Althusser (1999) desenvolveu seu pensamento filosófico com base nas obras de Marx e Lênin. Esta postura lhe permitiu repensar a noção de ideologia apresentada por Marx e Engels (2002), em *A Ideologia Alemã*⁶, resignificando-a segundo uma ótica marxista-leninista, que une, inexoravelmente, a teoria à prática. Assim, em seu livro *Sobre a Reprodução*, Althusser (1999) afirma que “as idéias são atos materiais inseridos em práticas materiais reguladas por rituais materiais que, por sua vez, são definidos pelo aparelho

6. Segundo a concepção destes autores, a ideologia seria uma consciência falsa, equivocada da realidade, própria da formação social burguesa, e determinada, em última instância, pela superestrutura. Como consequência, o esclarecimento da classe proletária seria o fator determinante do fim da ideologia.

ideológico material” (p.208). Como conseqüência teórica, temos que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos por meio do funcionamento da categoria de sujeito” (ibid, p.212). Segundo suas palavras:

(...) a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda ideologia enquanto esta tem por função (que a define) constituir os sujeitos concretos (você e eu) (ALTHUSSER, 1999, p. 210).

Em decorrência, a noção de assujeitamento - segundo a qual somos todos sempre-já sujeitos -, tão essencial para o desenvolvimento da teoria pecheutiana, evidencia a autodeterminação que se estabelece entre sujeito e ideologia (ambas categorias filosóficas), assegurando o caráter essencialmente material de ambos e compreendendo seu funcionamento concreto através dos Aparelhos Ideológicos de Estado⁷.

Pêcheux (1997^a) se apropria da noção de sujeito concebida por Althusser, mas teoriza-a de forma a concebê-la como um “lugar determinado na estrutura social, tomado sempre em relação às representações imaginárias das diferentes instâncias do processo discursivo” (p. 85). Portanto, desde o princípio, também para Pêcheux, o *sujeito* é uma categoria filosófica e teórica, tomada de bases marxistas e, portanto, radicalmente distinta da concepção de indivíduo (centrado e responsável por si) que até hoje é adotada por áreas de estudo como a Pragmática e a Sociolinguística, por exemplo, que, mesmo tendo admitido os limites internos da Ciência da Linguagem, tomam a questão da subjetividade como uma questão do indivíduo (ego) centrado.

Em sua revisão teórica de 1975⁸, Pêcheux avança em suas reflexões, sempre pensando em aperfeiçoar a articulação entre discurso, sujeito e ideologia sob o ponto de vista do marxismo-leninismo. Tal objetivo é alcançado quando, em conjunto com Fuchs⁹, ele propõe uma teoria *não subjetivista da subjetividade* (compreendida como não idealista), que articula

7.Os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) correspondem, segundo Althusser (1999, p.103) às instituições ou organizações. A noção de AIE foi resignificada mais tarde por Pêcheux, naquilo que conhecemos como Formações Ideológicas, de que trataremos especificamente no ponto 1.4.

8 Em sua tese de doutorado, conhecida como AAD-69, realizada sob a orientação de Althusser.

9. Referimo-nos ao texto *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* (1975), que Pêcheux escreveu em parceria com a lingüista Catherine Fuchs.

teoricamente o inconsciente e a ideologia. Em acordo com esta proposta, o sujeito, descentrado, assume o discurso como sendo *seu* motivado por dois *esquecimentos*, que tornam possível a constituição do sujeito e dos sentidos. E, se considerarmos que uma das bases do marxismo é o materialismo dialético, segundo o qual o princípio da contradição governa o modo de pensar e o modo de ser, veremos, conforme Zandwais (2005^b), que:

Tratar, pois, da relação entre o inconsciente e a linguagem passa, então, a ser não uma simples questão de pensar os espaços de recalçamento como meros efeitos subjetivos de interdição, ou de silenciar sobre aquilo de que não se pode falar, mas tratá-la como expressão objetiva do modo de produção dos processos de interdição historicamente cristalizados no seio das organizações sociais. (p.87).

Devemos, portanto, compreender os esquecimentos como se segue:

1) o *esquecimento número um* é o esquecimento ideológico e dissimula o fato de que todo dizer está filiado a uma formação discursiva para que faça sentido. Permite que o sujeito se constitua como sujeito-autor do discurso, pois lhe dá a ilusão de ser fonte do dizer, e, portanto, responsável por ele. É a partir desse esquecimento que o indivíduo é interpelado como sujeito, ou, segundo as palavras de Althusser (1999): “é claro que você é um sujeito (livre, moral, responsável, etc.), (...) essa evidência de que você e eu somos sujeitos - e que isso não levante qualquer problema - é um efeito ideológico elementar” (p.210).

2) o *esquecimento número dois*¹⁰ é aquele que produz a impressão de realidade do pensamento, ou seja, da relação unívoca e transparente entre o pensamento e o discurso. É ele que permite que o sujeito linearize no intradiscurso os saberes provenientes do interdiscurso, organizado segundo o Sujeito-universal¹¹ da FD a qual se filia. Este esquecimento é visível através das reformulações efetuadas no fio do discurso e constitui-se na possibilidade de realização dos processos de enunciação, pois permite que o sujeito faça “um retorno em seu discurso e preveja uma antecipação de seu efeito (...)”, segundo as palavras de Pêcheux e Fuchs (1997^a, p. 177). Mais tarde, em *Semântica e Discurso* (1997^b), Pêcheux aprofunda ainda mais suas reflexões e concebe que os discursos e os sujeitos são produzidos e constituídos através de *evidências subjetivas*, quais sejam: a unicidade, a propriedade e a transparência dos (e sobre os) sentidos. Tais evidências devem ser compreendidas como sendo

10. O esquecimento nº2 é, então, constituído por dois Outros que não se confundem: o Outro da ideologia, da identificação do sujeito com o universal, e o outro do inconsciente. Estes dois outros constituem o sujeito ideológico, sob a forma da identificação-unificação do sujeito consigo mesmo (PÊCHEUX, 1997^b, p.132).

11. Compreendemos, segundo Pêcheux (1997^b), este Sujeito-Universal como sendo o sujeito de saber, aquele que organiza os saberes “recortados” ideologicamente do interdiscurso e próprios a uma Formação Discursiva.

efeitos ideológicos decorrentes das “estruturas-funcionamento designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente”, cujo propósito é dissimular “sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento” (ibid, p.152).

É a partir deste ponto, então, que o *aluno* Pêcheux ultrapassa teoricamente o mestre Althusser, bem como a todos os outros filósofos e lingüistas que, segundo Pêcheux (1997^b): “recorrem à lingüística com diferentes fins e tropeçam freqüentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos - inclusive discursos científicos” (p.153).

Baseando-se, então, na concepção de interpelação desenvolvida por Althusser¹², Pêcheux (ibid, p.154) aponta um *duplo sentido da interpelação*, segundo o qual o sujeito é desigualmente interpelado por diversas formações ideológicas ao mesmo tempo, o que resulta no desdobramento constitutivo do sujeito do discurso. E citamos:

Esta figura (...), tem o mérito, primeiramente, pelo duplo sentido da palavra interpelação, de tornar tangível o veículo superestrutural - determinado pela infra-estrutura econômica - entre o aparelho repressivo de Estado (o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla 'as identidades') e os aparelhos ideológicos de Estado, portanto: o vínculo entre sujeito de direito (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito, seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: 'Sou eu') (PÊCHEUX, 1997^b, p.154).

Este desdobramento é um movimento contraditório (e mútuo) em que o sujeito apresenta duas facetas: a primeira é a do sujeito que se posiciona, crendo-se livre e responsável; já a segunda, é a do sujeito que atende ao chamado do sujeito universal. Esta contradição constitutiva se materializa discursivamente através do efeito do pré-construído. Decorre daí, segundo Pêcheux (ibid) que também a identidade do sujeito é um efeito ideológico, “fundamento da imputação e da responsabilidade, por isso, toca no simbólico ao remeter ao nome próprio e à lei”(p.265). É através de um efeito ideológico de evidência (eu sou realmente eu) que o sujeito se reconhece como tal. Deste efeito resultam os múltiplos processos de identificação¹³ do sujeito do discurso, pois, como afirma Pêcheux (1997^b), “todo

12. Segundo Althusser (1999, p.211), este é o efeito ideológico elementar do reconhecimento, possível graças ao advento da ideologia jurídica, que se apóia sobre a categoria de *sujeito de direito*. Compreendemos este sujeito de direito como aquele que pode ser responsabilizado e punido, mesmo que de forma simbólica, por seus 'atos', incluindo-se nestes o *ato da palavra*, ou seja, o discurso, compreendido como a materialização da ideologia.

13. Segundo Pêcheux (1997^b, p.214) “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) coma formação discursiva que o domina.”

sujeito é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos (por suas condutas e por suas palavras) em cada prática em que se insere” (p.214). Esta inserção em múltiplas práticas constitui sua historicidade.

É importante ressaltar que os múltiplos processos de identificação do sujeito do discurso resultam em diferentes modalidades de *captura*, assim explicitadas por Zandwais (2003)¹⁴ :

(...) as modalidades que relacionam os diferentes processos pelos quais passam as relações de identificação dos indivíduos com o Sujeito Universal (as ideologias) não são evidentes, nem diretamente apreensíveis, enquanto formas de apropriação/reprodução; transformação de efeitos pré-construídos que dominam os sentidos de seu dizer. Representam, assim, diferentes modalidades de "captura" do sujeito em seu processo de assunção de uma identidade (p.4).

Como conseqüência, esta autora afirma que a captura do sujeito é exitosa quando há a *perfeita identificação* entre os saberes que identificam o sujeito-universal e o indivíduo que se assujeita, que se reconhece plenamente com aqueles saberes. Estamos, então, frente ao que Pêcheux (1997^b) chamou de *bom sujeito*, ou seja, “a modalidade que consiste num recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. Nesta modalidade, o sujeito reflete espontaneamente o Sujeito” (p. 215).

Há uma segunda modalidade de *captura* que caracteriza o discurso do *mau-sujeito*, quando ocorre a contra-identificação entre o sujeito universal e o sujeito-enunciador, por meio da dúvida, da revolta, ou da contestação. E citamos novamente Pêcheux (1997^b): “Em suma, o 'mau sujeito' se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é 'imposta' pelo 'interdiscurso' como determinação exterior de sua interioridade subjetiva” (p.215). Esta modalidade permite que Pêcheux considere a heterogeneidade como sendo constitutiva de uma Formação Discursiva, onde sentidos diferentes e mesmo contraditórios se manifestam. O autor afirma que, se assim não fosse, seria muito simples colocarmos as duas modalidades apresentadas em pólos opostos, como se pertencessem a Formações Discursivas diferentes. Isto, no entanto, não é o que ocorre, já que “a negatividade se manifesta, em realidade, no interior da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1997^b, p. 216).

14. Segundo a comunicação realizada por Zandwais (2003), sob o título "A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas", e realizada no 1º SEAD (UFRGS).

Existe, ainda, uma terceira modalidade discursiva de subjetivação: aquela que resulta na desidentificação, “cujo funcionamento constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação” (ibid, p.217). Assim, o sujeito somente se desidentifica com uma forma-sujeito porque já se identificou com a de outra Formação Discursiva, pois, como também afirma Pêcheux (1997^b), pensar diferentemente disto seria concordar com “o mito teórico e político do 'fim das ideologias” (p.217).

A identificação ocorre a partir dos lugares (de enunciação) que o sujeito ocupa na Formação Discursiva à qual se filia. Mas, ele não pode ocupar todos os lugares, já que o acesso a eles, e, conseqüentemente, aos saberes socialmente instituídos, é determinado pelo estado de luta de classes que permeia todas as relações sociais, funcionando como motor da história. Assim, a distribuição de lugares de enunciação a partir dos quais o sujeito pode falar (e se falar) decorre, sempre segundo Pêcheux (1997^b), das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção, que, em última instância, determinam e garantem a interpelação ideológica do sujeito, interpelado para que se submeta *livremente* às ordens do Sujeito-universal da FD à qual se filia.

Os lugares de enunciação configuram, portanto, *espaços* onde a desigualdade entre os sujeitos se instaura, determinando a assunção (desigual) de posições a partir das quais o sujeito pode (ou não) falar. Assim, o acesso a determinadas posições determina, necessariamente, o impedimento a outras, que permitiriam que o sujeito se constituísse diferentemente. Instaura-se, desta forma, o silenciamento, percebido como uma das formas políticas da censura. E isto ocorre porque o sujeito se constitui como sujeito-da-enunciação no instante em que assume uma *posição*, definida por Pêcheux (1997^a) como “uma representação das situações que é decorrente dos processos imaginários que aí estão em jogo” (p.82). Esta questão da posição é retomada por Courtine. E citamos:

(...) se não há, na perspectiva que nós adotamos, nenhum 'sujeito do discurso', percebe-se, ao contrário, no interior de uma FD, diferentes posições de sujeito que constituem tanto modalidades de relação do sujeito universal com o sujeito de enunciação, quanto modalidades de relação do sujeito do enunciado com o sujeito da formulação (COURTINE,1982, p.252).

É este movimento de identificação com uma Formação Discursiva (através do qual o sujeito assume uma posição e enuncia, constituído pelos esquecimentos) que faz com que se

apague a determinação ideológica que faz com que o sujeito fale com palavras que não são suas. Isto permite que ele se assuma como dono do dizer (e seu dizer só faz sentido porque se inscreve em uma formação discursiva). Esta é, segundo Orlandi (1996), “a marca da análise de discurso: os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, embora eles se realizem necessariamente nesse sujeito” (p.218). Portanto, eis o impasse em que se encontra o sujeito: crê-se uno, não-fragmentado, dono do dizer e, portanto, responsável por ele. E é a partir desta ilusão que ele procura inserir sua marca, de maneira a reconhecer-se (embora temporariamente) naquilo que diz, impondo ao dizer a sua especificidade, que é garantida pelas condições de produção que lhe são próprias.

E acreditamos que neste ponto vale adiantar que, uma vez que as formações discursivas são constitutivamente heterogêneas, as fronteiras que as separam são tênues, porosas, o que permite que a exterioridade também as constitua. Assim, graças à heterogeneidade constitutiva das formações discursivas estamos permanentemente em face de discursos que se constituem a partir de dois movimentos: a paráfrase e a polissemia, compreendidas, segundo Orlandi (1999), como “processos que garantem o funcionamento da linguagem” (p.36), em que, conforme as palavras de Indursky (2001): “o mesmo convive com a diferença e a divergência, dando origem à contradição” (p.28).

Traremos a seguir, de forma breve e a fim de ilustrar esta exposição teórica, dois recortes provenientes do nosso corpus de análise, situando-os em relação às suas condições de produção. E adiantamos que, neste momento, consideraremos as condições de produção destes discursos como sendo fixas e estáveis, embora saibamos, citando Pêcheux (1997^a), “que os elementos apresentados não são simplesmente justapostos, mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo” (p.86).

O primeiro recorte é o título de uma matéria veiculada pelo jornal *Agora*, de Rio Grande (RS), no dia 26 de setembro de 2003, sobre três jovens nigerianos que entraram em um navio no porto de Lagos (Nigéria), escondendo-se no compartimento de leme. Segundo a reportagem, os três foram descobertos pelos tripulantes e, assim que o navio aportou em Rio Grande, o comandante comunicou o fato à Polícia Federal para que as medidas legais cabíveis fossem tomadas. Os três homens têm documentos que comprovam sua origem e afirmam que são trabalhadores rurais, mas como eles não têm os vistos necessários para permanecer no Brasil, não podem deixar o navio.

“Navio chega a Rio Grande com três clandestinos” (*Agora*, 26/09/03).

As condições de produção nos mostram que esta formulação foi produzida a partir de um dos lugares de enunciação possíveis à Formação Discursiva da Imprensa. E o sujeito-enunciador (o órgão de imprensa) produziu seu discurso ao assumir uma posição-sujeito que se identificou com os saberes advindos da Formação Discursiva Jurídica, para quem os estrangeiros que vêm para o Brasil dentro de navios, sem documentação e escondidos, são designados como *clandestinos*.

Ao serem chamados¹⁵ de *clandestinos*, estes sujeitos, que poderiam ter sido designados como *trabalhadores rurais*, por exemplo, passaram a ocupar um lugar social restrito, sendo-lhes, com isto, negado o acesso a outros lugares e, conseqüentemente, a outros saberes e dizeres que lhes foram censurados.

O segundo recorte que trazemos foi publicado no jornal *Folha de São Paulo* (SP), em 16 de março de 2003. Ele faz parte de uma reportagem-denúncia sobre a vinda de estrangeiros oriundos dos países sul-americanos e que, devido à condição ilegal que impede seu acesso aos programas de saúde e às péssimas condições de trabalho e moradia, tornam-se alvo fácil de doenças como a tuberculose e a AIDS.

“A pastoral do Migrante estima que até 20 ônibus por mês cheguem a São Paulo trazendo imigrantes latino-americanos que entram clandestinamente” (*Folha de São Paulo*, 16/03/2003).

Essa formulação também foi produzida a partir de um dos lugares de enunciação da Formação Discursiva da Imprensa. No entanto, esta posição-sujeito se identifica com saberes outros, que diferem dos saberes da Formação Discursiva Jurídica. Isto porque o estrangeiro que entra de forma ilegal no Brasil é aí designado como *imigrante*, permitindo que percebamos sentidos provenientes da Pastoral do Migrante, órgão que reproduz os saberes da Formação Discursiva Católica e que presta auxílio aos estrangeiros, especialmente aos sul-americanos que vêm para o Brasil. Portanto, muito embora a falta de documentação configure

15. Compreendemos este *chamado* como o efeito ideológico da interpelação-reconhecimento, segundo ALTHUSSER (1999, p.211).

uma entrada clandestina, não lhes foi conferida a designação de *clandestinos*, como no jornal *Agora*. Esta diferença é significativa, pois a designação *imigrante* vai determinar, para o sujeito-estrangeiro, a ocupação de um lugar social específico, em que o acesso aos saberes (e à palavra) será mais amplo.

Portanto, vimos que os sujeitos são falados por meio de designações diferentes dependendo dos saberes que determinam os discursos e configuram diferentemente os sentidos. Isto determina a assunção de lugares sociais diversos: *clandestino*, portanto, é o estrangeiro¹⁶ que entra ilegalmente no país e é passível de deportação; *imigrante* é aquele que vem para o país a fim de trabalhar e se fixar. Assim, vemos que, ao serem falados diferentemente, estes sujeitos ocupam lugares distintos e adquirem direito de acesso a diferentes saberes e dizeres.

1.2. Sentido

Para dar prosseguimento às nossas reflexões, achamos de suma importância citar as palavras de Pêcheux:

(...) o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual os elementos significantes passam a se confrontar, de modo que 'se revestem de um sentido', não poderiam ser pré-determinadas por propriedades da língua (PÊCHEUX, 1997 b p. 263).

A fim de apreendermos o alcance desta afirmação é necessário que compreendamos o efeito metafórico, definido por Pêcheux (1997^a) como sendo o “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (em que dois termos, x e y podem ser substituíveis em função de um contexto dado) “para lembrar que esse 'deslizamento de sentidos' entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y” (p.96).

16. Buscamos o sentido corrente (cristalizado) das designações *clandestino* e *imigrante* em duas fontes: o *Estatuto do Estrangeiro* (conforme a lei nº 6815 do Código Civil) e o Dicionário Huiass. Salientamos, também, que o termo estrangeiro remete a dois outros sentidos: *alienígena* e *estranho*.

Esta concepção teórica se baseia no que Lacan (apud Pêcheux, 1997^b) chamou de condensação, ou seja, a metáfora percebida como decorrente de uma concepção de signo lingüístico que lhe é própria e diversa da definição reducionista de Saussure (2003). Segundo os pressupostos saussurianos, o signo é indissolivelmente constituído de significado e significante. Já para Lacan, a relação entre estes dois elementos não é fixa, mas flexível, o que permite que um significante se cole a diversos significados, naquilo que o psicanalista denominou cadeia significante. Não podemos esquecer que, para Lacan, o *Eu* é constituído por dois *outros*: o do inconsciente (o *outro*) e o da ideologia (o grande *Outro*), sendo que este último, segundo Pêcheux (1997^b), “corresponde ao Sujeito-universal ou sujeito-de-saber da Formação Discursiva” (p.133).

Salientamos que, apesar de Pêcheux ter recorrido aos estudos lacanianos para pensar o inconsciente e a metáfora, não podemos esquecer que seu objeto de interesse era o discurso e, para compreender seu funcionamento, fizeram-se necessárias resignificações de conceitos advindos de campos distintos do conhecimento. Portanto, a concepção lacaniana de metáfora foi importante para que Pêcheux pudesse refletir e teorizar sobre os deslizamentos de sentido, possíveis (e prováveis) que ocorrem entre os interlocutores. E esta percepção lhe permitiu conceber o discurso como um efeito imprevisível e, muitas vezes, inapreensível de sentidos.

Visto que o Outro lacaniano e o Sujeito-universal se recobrem teoricamente é possível compreendermos a afirmação de Pêcheux (1997^b): “a concepção do processo de metáfora como fundamento da 'apresentação' (donation) dos objetos para os sujeitos e não como uma simples maneira de falar” (p.132). Esta afirmação nos remete a outras palavras de Pêcheux, quando diz que “os objetos ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a 'maneira de se servir deles' - seu 'sentido', isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem (...)” (ibid, p.146).

E neste ponto, devemos continuar citando o filósofo:

De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos na formação discursiva à qual pertencem (PÊCHEUX, 1997^b, p.263).

Assim, podemos dizer que os sentidos (e seus efeitos, que permanentemente nos envolvem) se constituem *a partir* das posições-sujeito ocupadas (pelos sujeitos) na Formação

Discursiva à qual se filiam, pois, sempre conforme Pêcheux (1997^b): “um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui” (p. 261). Isto porque, ao ser interpelado, o sujeito se identifica¹⁷ com os saberes sobre os objetos que lhe são dados. Então, como decorrência da interpelação ideológica, os sujeitos e os sentidos se constituem mutuamente e ao mesmo tempo.

Vale esclarecer que os sentidos se produzem como evidências, no espaço¹⁸ sem sentido existente entre os interlocutores (o *non-sens*), que, conforme Pêcheux (1997^b), “é o ponto preciso onde se localiza a metáfora” (p.262). É aí que os significantes se revestem de sentidos¹⁹, pois, de acordo com Indursky (1998): “o sentido está na dependência do lugar em que os interlocutores se inscrevem. Ou seja, nada garante que um discurso produza o mesmo sentido tanto para quem o formulou como para quem o interpretou” (p.12).

A língua, quando considerada sob a perspectiva discursiva, é relativamente autônoma e é por meio dela que os sentidos se materializam aos olhos do sujeito. Apesar de submeter-se às leis internas próprias de um sistema, a língua vive nos discursos em relação direta com a história e seu real: a contradição²⁰.

Pêcheux, em seu caminho de (des)construção teórica foi ao encontro da ambigüidade, da falha, de tudo o que fora relegado às margens dos estudos sobre a linguagem por todos aqueles que buscaram uma língua idealizada: transparente, apreensível em seu todo, língua sem sujeito e sem equívoco, que melhor se prestava ao propósito do fazer objetivo. Eni Orlandi (1996) salienta que o sentido literal, que é tão caro aos lingüistas, também é um efeito de sentido: “não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles” (p.143).

A língua, então, não funciona como um mecanismo fechado, mas é a base material dos

17. Quando discorremos sobre a noção de sujeito abordamos as modalidades de identificação do sujeito (ponto 1.1.).

18. Conforme a citação de Pêcheux (1975) que fizemos na p.1.1.

19. Indursky (1998, p.12), refere-se ao intervalo existente entre os interlocutores que “pode estar marcado também por posições ideológicas diversas, inscritas em formações discursivas igualmente diferentes”.

20. Segundo Ianni (1984, p.8) “na filosofia marxista, o princípio da contradição governa o modo de pensar e o modo de ser. As relações de antagonismo ocorrem em todas as épocas históricas, aparecem em todos os modos de produção. Em cada época, no entanto, adquirem configurações particulares”. O conceito de contradição é essencial para a teoria e trataremos detidamente dele nos pontos 1.3 e 1.4, quando abordarmos FI e FD.

processos discursivos, compreendidos, segundo Pêcheux (1997^b) como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ - em uma formação discursiva dada” (p.161). Portanto, a sintaxe é a porta de acesso ao discurso, que, por sua vez materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico. Desta forma se constituem, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas. É também por meio da sintaxe que se manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia, produzindo-se, então, o imaginário, compreendido, segundo Orlandi (2004) como a “produção de uma interpretação particular que aparece como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado” (p.65). A ideologia produz, portanto, a saturação dos sentidos por meio de efeitos de evidência que determinam o apagamento dos processos de construção dos sentidos.

Como fizemos no segmento anterior (ponto 1.1), a seguir analisaremos brevemente um recorte a fim de exemplificar os conceitos teóricos que ora mobilizamos.

O recorte²¹ que apresentaremos faz parte de uma reportagem publicada na edição de nº 1814 (de 6 de agosto de 2003) da revista *Veja* (Ed. Abril), sobre o franco-argentino que, posteriormente se tornou marido de Marta Suplicy, na época, prefeita de São Paulo. A matéria considera uma “vitória da globalização”²² o fato de que este “franco-argentino” de origem humilde e “ex-militante trotskista” possa vir assumir um cargo no governo do PT. O assunto ganha destaque e se torna matéria da revista devido ao fato de que a nomeação e posse de Favre dependem da eficiência dos artifícios jurídicos mobilizados por seus advogados. Isto porque ele é estrangeiro e a “lei nº 8112, exige que os postulantes a cargo público tenham nacionalidade brasileira”. Assim, seus advogados procuram brechas legais que lhes permitam regularizar a situação de seu cliente, a fim de que ele possa assumir um cargo de confiança.

“(…) um homem de hábitos refinados, apreciador de bons vinhos e charutos e inimigo das manhãs. ‘Ele não gosta de ser incomodado antes do meio-dia’ ” (*Veja*, 06/08/2003).

Podemos considerar que estamos frente a uma posição-sujeito que se identifica com os saberes da FD Mercantilista. Portanto, as determinações acima (*tem hábitos refinados, é*

21. Da mesma forma que o fizemos na exposição anterior, salientamos que consideraremos as condições de produção como sendo estáveis e fixas.

22. Os termos entre aspas são citações retiradas da própria revista (p.50)

inimigo das manhãs e não gosta de ser incomodado antes do meio-dia) se sobrepõem metaforicamente, provocando um efeito de evidência que torna as afirmações ‘naturais’: torna-se óbvio, então, que alguém como ele (o sujeito do enunciado, que ocupa esta *posição*) tenha hábitos refinados e deteste acordar cedo. Este discurso aponta para a reprodução de inúmeros outros que lhe são anteriores ou que irão ser produzidos posteriormente, cujos efeitos de sentido pretendem naturalizar as desigualdades sociais que se reproduzem através de rituais diferenciados.

Sob outras condições de produção, poderíamos imaginar esta formulação sendo produzida a partir de uma posição-sujeito que não se identificasse com a FD Mercantilista. Neste caso, a desigualdade social não teria seus sentidos naturalizados e as determinações utilizadas produziriam um efeito de sentido peculiar: a ironia, através da qual o sujeito ‘falado’ assumiria os contornos de alguém que não gosta de trabalhar e, desta forma, o discurso se tornaria crítico em relação ao sistema vigente.

Vimos, em consonância com as afirmações de Pêcheux, que a mesma formulação produz efeitos de sentidos diversos, dependendo das condições de produção que lhe são próprias e da posição-sujeito ocupada por aquele que enuncia (identificação ou contra-identificação). Portanto, a constituição simultânea do sujeito e dos sentidos representa, em última instância, a disputa pela interpretação e pelos sentidos, materializando a luta de classes. E neste ponto, trazemos as palavras de Althusser (apud Pêcheux, 1997^b):

(...) As realidades da luta de classes são ‘representadas’ por ‘idéias’ que são representadas por palavras. Toda luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa. (...) O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político (p.210).

Vemos que a disputa pela interpretação, bem como os processos sócio-histórico-ideológicos que a determinam são silenciados e se apagam aos olhos do sujeito que assume o lugar da enunciação, resultando numa ilusão que lhe permite crer que os sentidos que ele atribui são claros, literais e *seus*²³. Mas, no exato momento em que sujeito e sentido se constituem, os processos que os levaram a isso já não são os mesmos que determinam sua

23. Neste instante fugaz, a fragmentação do sujeito e dos sentidos (que nunca são unos ou permanentes) encontra um brevíssimo espaço onde a ilusão da unicidade e da permanência se instaura.

reconfiguração, conforme as palavras de Orlandi (2004):

(...) toda fala resulta de um efeito de sustentação no já-dito que, por sua vez, só funciona quando as vozes que se poderiam identificar em cada formulação particular se apagam e trazem o sentido para o regime do anonimato e da universalidade. Ilusão de que o sentido nasce ali, não tem história (p.71).

Estamos permanentemente frente a sentidos que se deslocam e que não são imediatamente apreensíveis, uma vez que se constituem em sua relação com o interdiscurso, apresentando-se como uma história a qual não temos acesso. Isto porque o sujeito apreende a história (a *sua* e a dos *outros*) de modo fragmentado, o que resulta em discursos que se produzem sob condições de produção heterogêneas, que variam de sujeito para sujeito, de instante a instante.

1.3. Silêncio

O mundo contemporâneo tem medo do silêncio. Por isso, preenche todos os espaços com novas linguagens e muitos ruídos. Nesta ruidosa sociedade, a imprensa desempenha um papel fundamental: ao mesmo tempo em que ela *fala* o mundo e os sujeitos, cria a necessidade de mais palavras para que o silêncio não se instaure, pois, segundo Orlandi (1997), “a linguagem se constitui para asseverar, gregarizar, unificar os sentidos (e os sujeitos)” (p.36). Assim, a notícia, o *furo* de reportagem, os acontecimentos comentados e discutidos provocam e alimentam a necessidade de *decifrar* os acontecimentos próximos ou distantes de nós.

Desta forma, a imprensa constrói um imaginário de realidade, segundo o qual o sujeito deve estar bem informado. E a *informação* traz um ilusório domínio do todo, fazendo com que o sujeito se sinta completo. Afinal, por meio dos discursos da imprensa constrói-se um imaginário segundo o qual todos os acontecimentos podem ser apreendidos e compreendidos, uma vez que os sentidos são claros e transparentes. É o que Orlandi (1997) chama de *ilusão de controle pelo que aparece*. E, no exato momento em que aquilo que aparece mostra-se contraditório, tem lugar o efeito de evidência, que faz com que a interpretação dominante e, conseqüentemente, os sentidos postos apareçam, aos olhos do sujeito, como óbvios e naturais.

Em meio ao jorro incessante de informações, o silêncio é visto como desprovido de sentido. Mas, foi pensando justamente no silêncio como comportando sentidos que Eni Orlandi (1997) delimitou esta noção para a Análise de Discurso:

(...) silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante (p.14).

O silêncio, então, permeia e constitui os sentidos. Quando dizemos que as palavras recortam o silêncio, estamos afirmando que elas trazem à tona alguns sentidos, mas deixam imersos, no *mar* do silêncio, inúmeros outros, que ficaram por dizer. Ao mesmo tempo, quando o recorte é efetuado, a palavra vem à tona envolta em silêncios que lhe são intrínsecos. Os sentidos se movimentam no silêncio, que por sua vez, não conhece limites e preenche livremente todos os espaços.

De acordo com Orlandi (1997) sob a perspectiva discursiva, existem duas categorias de silêncio: a primeira é o silêncio fundante, que nos assegura que todo processo de significação se faz a partir de uma relação necessária com o silêncio; a segunda é a política do silêncio (que será importante para a realização deste trabalho), ou o silenciamento. Para defini-lo com precisão, trazemos a citação da autora: “o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito, ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo *outros* sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1997, p. 55).

Portanto, esta é a diferença entre a censura (colocar em silêncio) e o silenciamento (fazer dizer uma coisa para não deixar dizer outra). Apagam-se, então, os sentidos a serem evitados, os quais poderiam apontar para uma outra região de sentidos. Mas os sentidos *silenciados* continuam ecoando, o que nos permite afirmar que o silêncio trabalha nos limites das formações discursivas. Pois, ao delimitar alguns sentidos possíveis (percebidos pelos efeitos parafrásticos), a FD nega acesso a outros, que *não podem (não devem) ser ditos*, produzindo seu silenciamento. Assim, as designações atribuídas aos estrangeiros e imigrantes, como veremos no decorrer deste trabalho, são determinadas por processos sócio-histórico-ideológicos que procuram, dentro de condições históricas determinadas, colocar em perspectiva determinados sentidos, refratando outros, condenando-os ao silenciamento.

É importante delimitar certas diferenças teóricas, o que implica em não confundirmos silêncio com três outras noções teóricas que parecem se aproximar perigosamente dele: o implícito, o não-dito e o interdiscurso. Segundo Eni Orlandi (1997), o implícito está ligado à formulação e, portanto, o silêncio e o implícito não coincidem, já que “o implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer, mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído” (p.106). Ao distinguirmos silêncio de implícito, percebemos que o silêncio não depende do dizer para significar: o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras.

O silêncio provoca, então, um efeito que nos permite pensá-lo como sendo o “antiimplícito: se diz 'x' para não (deixar) dizer 'y', este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído” (ibid, p.75). Da mesma forma, o silêncio, tal como o concebemos, não remete ao dito, ele se mantém como tal, permanece silêncio.

Também não podemos confundi-lo com o interdiscurso, já que este pertence ao nível da constituição do discurso.

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória (ORLANDI, 1997, p.89).

Como diz Courtine (1999), no interdiscurso *fala uma voz sem nome*. Portanto, o interdiscurso pode ser compreendido como o conjunto dos enunciados já realizados e esquecidos, ou como uma memória, vista como virtualidade (de significações), que é atualizada no intradiscurso, quando o sujeito traz à tona uma determinada interpretação. Isto posto, podemos compreender o silêncio como sendo *maior* do que o interdiscurso, uma vez que ele comporta todos os sentidos possíveis, mesmo os que ainda não são constitutivos de nenhum discurso. O silêncio é, então, a iminência do sentido.

Sempre segundo Orlandi (1997), entendemos que compreender o silêncio não é traduzi-lo (reduzi-lo a) em palavras, mas sim compreender os processos de significação que ele põe em jogo através das duas dimensões do discurso: o eixo vertical (do interdiscurso, que é responsável pela historicidade e pelo já-dito) e o eixo horizontal, que é atualização do dizer por um sujeito em seu aqui e agora.

Metodologicamente, para podermos trabalhar a noção de silêncio, precisaremos observá-lo por seus efeitos políticos. Quando tratamos do silêncio não temos marcas formais, mas pistas ou traços de sua presença. Assim, buscamos aquilo que precisa ser *neutralizado*, apagado, esquecido no interior de uma ou outra FD. Para alcançá-lo, cumpre-nos considerar a historicidade, os processos de construção dos efeitos de sentido, pensando (e problematizando) as noções de linearidade, literalidade e completude. Para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, des-constructivistas.

Da mesma forma que já o fizemos nos pontos teóricos precedentes, traremos, a seguir, dois recortes a título de exemplificação daquilo que foi exposto.

Como primeiro exemplo, retomamos o recorte anteriormente analisado, proveniente da reportagem da revista *Veja* (06/08/03), cujo 'objeto de interesse', conforme já explicitamos anteriormente é a situação (i)legal de Luis Favre, que aspira a um cargo político no PT. Neste momento, queremos considerá-lo sob a perspectiva do silêncio enquanto manifestação do político, ou seja, do silenciamento.

“(…) um homem de hábitos refinados, apreciador de bons vinhos e charutos e inimigo das manhãs. ‘Ele não gosta de ser incomodado antes do meio-dia’ ” (*Veja*, 06/08/03).

O segundo recorte faz parte da reportagem publicado na revista *Marie Claire* (Ed. Globo), edição nº 137, de agosto de 2002, sob o título *Terra Nostra - Um destino chamado Brasil*. Nele, várias imigrantes falam sobre sua vinda para o Brasil, bem como sobre os motivos que as fizeram imigrar; suas impressões sobre nosso país e seus desejos em relação ao futuro. O recorte em questão faz parte do relato de uma imigrante sul-coreana que, no momento da reportagem, tinha 20 anos. Ela chegou ao Brasil em novembro de 1988, “trazida pelos pais, que vieram se juntar aos avós, prósperos comerciantes de roupas”²⁴ na cidade de São Paulo.

24. Como também já fizemos anteriormente, trazemos citações da reportagem entre aspas.

“Trabalho desde menina. Quando aprendi a falar português ia para a loja ajudar meus pais” (*Marie Claire*, 06/08/03).

Ao confrontarmos discursos enunciados a partir de posições de sujeito diversas, embora provenientes da mesma Formação Discursiva (da Imprensa) percebemos, na prática, a heterogeneidade que a permeia e a constitui.

Ao tomarmos o primeiro recorte, percebemos o silenciamento²⁵ imposto pelo discurso de Veja, que ao *naturalizar* as afirmações feitas (*ele tem hábitos refinados e é um inimigo das manhãs*) produz o silenciamento de outros discursos possíveis. Assim, silencia-se o fato de que no Brasil existem milhares de estrangeiros (legais e ilegais) que trabalham incansavelmente. A estes, que precisam garantir sua sobrevivência por meio do trabalho, é negado o direito de serem *inimigos das manhãs*.

O segundo recorte foi produzido a partir de uma posição-sujeito que enuncia outros *saberes*. E ele nos fala, justamente, daquilo que foi silenciado no recorte anterior, ou seja, dos estrangeiros que trabalham incansavelmente e desde muito cedo, sem tempo, ou condições de serem *inimigos das manhãs*. Para estes estrangeiros, existem inúmeras barreiras a serem vencidas, sendo que a dificuldade com a língua é apenas uma delas. Este discurso silencia, no entanto, o fato de que trabalhar *desde menina* não é um acontecimento isolado, mas a realidade de milhares de crianças que, independentemente de sua origem, por estarem excluídas socialmente, engrossam as fileiras do trabalho infantil brasileiro.

Assim, percebemos, na prática, aquilo que afirma Orlandi (1997): “a censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala” (p.79). Isto porque a censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação.

25. O silenciamento é sempre uma forma de censura (explícita ou não).

1.4. Formação ideológica

Como afirmamos anteriormente, foi com base em uma perspectiva filosófica marxista-leninista²⁶ que Louis Althusser (1999) demonstrou a necessidade de uma “teoria das ideologias, que repousa, em última instância, sobre a história das formações sociais, portanto dos modos de produção combinados com as formações sociais, e das lutas de classes que aí se desenvolvem” (p.96).

Althusser define o Estado como uma instituição que se serve de aparelhos, tais como a Igreja, a Escola, as Forças Armadas, a Imprensa, para a reprodução da ideologia (da classe) dominante, sendo que cada aparelho tem também sua ideologia própria (por isso teoria *das ideologias*), decorrente do estado de lutas de classe e de sua própria história. O Estado²⁷ é, então, uma construção imaginária que exerce seu *poder simbólico*²⁸ através de aparelhos, ou seja, de instituições que representam, embora de forma contraditória, seus interesses. Vemos, então, que Althusser avança teoricamente em relação a Marx, pois vê a contradição como constitutiva das classes sociais (e não, como Marx, existindo apenas *entre* as classes).

Em sua revisão teórica de 1975, realizada em conjunto com Catherine Fuchs, Pêcheux (1997^a) afirma que a região do materialismo histórico que lhe interessa é a da “superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (p.165). Ao fazer esta teorização, Pêcheux propõe a substituição da noção de *Aparelhos*, para *Formações Ideológicas*, que, ao discursivizarem suas práticas, são legitimadas. E citamos:

26. A tese de Marx, segundo a qual "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência" (apud Ianni, 1984, p.23), é ampliada por Althusser quando este demonstra a existência material da(s) ideologia(s) através de seu funcionamento no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

27. Quanto a este ponto, achamos importante salientar que Spinoza (1994) já definia a necessidade do Estado como sendo inerente à condição humana, pois através dele a contradição constitutiva do homem - que se vê intrinsecamente dividido entre o Bem e o Mal - seria regulada e regulamentada, com a substituição do direito natural - em que vence o mais forte - pelo direito civil. A partir do direito civil há a constituição do sujeito-de-direito, que ao passar pelos *aparelhos*, assujeita-se tornando-se *livre e responsável* por seus atos.

28. Segundo a definição de BOURDIEU (2004).

(...) falaremos em formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito uma com as outras (PÊCHEUX,1997^a,p.166).

Sob o título *Discurso e Ideologia(s)*, Pêcheux dedica a terceira parte de seu livro *Semântica e Discurso* (1997) ao aprofundamento de suas reflexões, visto que a ideologia, compreendida como nunca sendo igual a si mesma, é a condição fundamental para o desenvolvimento de sua teoria, na qual a análise dialética opera como um dispositivo analítico que vai investigar as relações de contradição: “Ao falar de 'reprodução/transformação', estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório²⁹ de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo 'princípio' é a luta de classes”(PÊCHEUX, 1997^b, p.144).

Assim, os elementos que intervêm com força na luta de classes (as formações ideológicas) formam um conjunto complexo em cada formação social. Isto porque as formações ideológicas mantêm, conforme Pêcheux (1997^b), relações³⁰ de “contradição-desigualdade-subordinação”, já que “suas propriedades 'regionais' - sua especialização evidente - condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) em função do estado da luta de classes na formação social considerada” (p.145). Desta forma, as formações ideológicas materializam concretamente a instância ideológica e, portanto, fornecem “os objetos ideológicos e a maneira de se servir deles” (ibid, p. 146). Assim, compreendemos que as “palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ibid, p.160).

29. Spinoza já afirmava (em *Tratado Político*) que o homem é intrinsecamente constituído pelo Bem e pelo Mal. Assim, a contradição já coexiste em seu interior, derivando na sua capacidade de interpretar (também para o bem ou para o mal). Séculos mais tarde, a dialética marxista se funda nas relações de antagonismo, pois o princípio da contradição governa o modo de pensar e o modo de ser. Isto porque, para o marxismo, o proletariado e a burguesia são, segundo Ianni (1984, p.14), "as duas classes substantivas do regime (capitalista)". Ainda segundo Ianni (ibid.p.8) "as relações de antagonismo ocorrem em todas as épocas históricas, aparecem em todos os modos de produção. Em cada época, no entanto, adquirem configurações particulares. Em cada época as determinações econômicas, políticas, religiosas ou outras organizam-se e determinam-se reciprocamente de modo diverso".

30. É esta perspectiva que permite a Malidier, Normand e Robin (1997, p. 96) afirmarem: "Relacionamento não significa fenômeno sincrônico. Todos os tipos de relações são possíveis: relações das rupturas de dominância discursivas com relação às rupturas de conteúdo, relação entre essas rupturas e as modificações na estrutura do Estado, etc.”.

A partir de tudo que precede, podemos então afirmar que a Imprensa é uma Formação Ideológica que se discursiviza (se representa e se legitima) através de formações discursivas, ou seja, por meio dos diversos órgãos de imprensa, os quais produzem discursos heterogêneos. Pois, como mostraremos no capítulo posterior, nossa pesquisa nos permite compreender metodologicamente a Formação Ideológica da Imprensa (a instituição Imprensa) se materializando através da Formação Discursiva da Imprensa (FDI), cujos discursos (percebidos nos diversos jornais e revistas que formam nosso corpus de referência) constituem as diferentes posições-sujeito que esta Formação Discursiva comporta.

E para compreendermos a Imprensa enquanto instituição que reproduz/transforma a ideologia dominante, é necessário lembrarmos de alguns detalhes importantes:

1. a possibilidade material para que a Imprensa surgisse e se desenvolvesse enquanto Instituição foi a invenção de Gutenberg, o que permitiu a publicação, a circulação e o acesso a obras escritas;

2. sempre lembrando que o sujeito-de-direito é aquele que se responsabiliza e responde por seus atos, o poder subversivo³¹ dos panfletos pôde ser restringido pela exigência de assinatura³², o que permitia que 'alguém' fosse responsabilizado por aquele dizer.

Mariani (1998) mostra-nos que o ato de escrever - e de publicar - nunca foi considerado inócuo, tendo sido sempre cerceado por medidas que circunscreviam seu alcance. Portanto, a Imprensa enquanto instituição já nasce cerceada em sua liberdade de expressão. E, a seguir, citamos:

(...) o que entendemos hoje como imprensa, em seus primórdios mistura-se com a própria história das tipografias ou 'arte da imprimeira'. (...) já antes da metade do século XVI, tipógrafos e tipografias começaram a ser vistos como elementos perigosos e desestabilizadores, pois podiam difundir, defender e/ou atacar idéias. Para as relações de poder tornou-se necessário calar esses dizeres, modificar as linhas impressas ou, se possível, riscá-las. (...) Uma obra qualquer, para ser impressa, deveria ser submetida ao julgamento prévio dos tribunais censórios, sempre de acordo com o Rei e com a vontade da Igreja (MARIANI, 1998, p. 75).

31. Salientamos que, segundo o dicionário Houaiss, subversivo é aquele (ou aquilo) que age de maneira a perturbar, tumultuar as instituições, ou seja, aquele que vai contra os valores legitimados. Assim, o ato de escrever já trazia em si uma possibilidade de subversão a ser contida, fato que se refletiu na constituição da FI da Imprensa.

32. Neste ponto lembramos novamente de Spinoza (1994), que em seu *Tratado Político* adverte para a fugacidade dos compromissos verbais. A impressão dos textos dava visibilidade física às idéias e opiniões; era preciso que, através da assinatura, fosse garantida a responsabilidade, cujo reverso é a assunção das conseqüências e a possibilidade jurídica de punição.

Neste momento, consideramos importante trazer alguns fatos sobre o surgimento da Imprensa brasileira. A história da imprensa no Brasil nos apresenta dois jornais que disputam o título de *primeiro* jornal brasileiro: o *Correio Braziliense* (que circulava de forma clandestina, tanto em Portugal quanto no Brasil), cujo proprietário era Hypólito da Costa e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançado por decreto real de Dom João VI. Ambos tiveram sua primeira edição circulando em 1808. E importa salientar que ambos foram fundados sob a égide da censura, seja do rei (o Estado *em si mesmo*), seja da classe dominante. As palavras atribuídas a Hypólito da Costa dão conta desta situação: “Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos”³³.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o século XX viu surgir uma imprensa de cunho essencialmente empresarial, que no Brasil tomou forma a partir dos anos 60, quando um Brasil rural passou a se modernizar, conforme os objetivos dos militares que chegavam ao poder. Até o início dos anos de 1970, o número de livros impressos passaria de 43 milhões para 191 milhões e a televisão se profissionalizaria, com antenas mais potentes, tecnologia para gravar programas e um aumento de 500 mil casas com televisores por ano³⁴. Na esteira desta modernização, surgiram as sucursais dos jornais, versão impressa das emissoras afiliadas de rádio e televisão que começaram a *integrar* o Brasil, diminuindo a distância entre a Capital e as cidades mais distantes. Esta integração proporcionada pela Imprensa foi duramente censurada desde o início do período ditatorial, fato que produziu um imaginário de Brasil idealizadamente integrado.

Como conseqüência do surgimento da *nova* imprensa, houve a necessidade de uma reorganização jurídica e, muito embora a censura explícita à imprensa ainda tenha se estendido até os anos 80, ocorreu uma gradativa mudança nas instâncias de poder e na forma de construção da notícia. Com o fim explícito da censura, configuraram-se novos modos de controle, regulamentados por uma jurisprudência própria que, sob a bandeira da ética e da

33. Conforme a obra de Nelson Werneck Sodré (1999), *A História da Imprensa no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1966.

34. Segundo os dados publicados na revista Superinteressante, nº 214, de junho de 2005.

profissionalização, determina tanto o alcance da palavra quanto seu direito a ela.³⁵

Podemos observar que esta formação discursiva mantém relações de interdependência com outras instituições ou, como afirma Pêcheux (1997^b), percebemos as “relações de contradição-desigualdade-subordinação entre os elementos” (p.145) que compõem o conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado.

Acreditamos, portanto, que a censura é constitutiva da Imprensa, e como tal, configura-se, atualmente, por meio de diretrizes que determinam o que pode e convém que seja dito. Este fato, no entanto, é silenciado através do efeito ideológico de evidência que legitima a instituição, ou, dito de outra maneira, os discursos que afirmam e reiteram veementemente a liberdade de expressão e a independência dos meios de comunicação (como vemos constantemente nos editoriais e em muitas respostas às cartas dos leitores), silenciam a censura que os constitui. Da mesma forma, a censura constitui o *fazer* do sujeito-jornalista, que ao ser interpelado pela formação ideológica, passa a considerar como sendo *sua* a responsabilidade de apresentar a *verdade* dos fatos através de um relato *isento*.

Neste sentido, citamos o editorial da revista Veja, em sua edição de 22 de junho de 2005, (nº. 1910): “Gerações de jornalistas passaram pela redação de VEJA e a diversidade de pensamento sempre se espelhou nas reportagens publicadas pela revista. Mas é notável que desde seu primeiro número, lançado em setembro de 1968, *VEJA tenha tido uma linha indelével de conduta reafirmada ao longo dos seus quase quarenta anos.*” (Os destaques são nossos).

O *objeto* da Formação Ideológica da Imprensa, ou seja, sua especialização é a informação. E o que gostaríamos de destacar a este respeito é que na própria etimologia da palavra vemos os fundamentos desta instituição. Expliquemo-nos: a raiz latina de *informar* tem o significado de *dar forma, formar (no espírito), esboçar, delinear*. Já *informação* é a *ação de formar*. Assim, vemos que a acepção latina traz à tona a tarefa primordial da Imprensa: formar a opinião, moldar (os fatos) e delinear interpretações.

No entanto, já que a ideologia é feita de práticas, esta acepção foi silenciada, e, quando

35. Relembramos as recentes discussões sobre a regulamentação dos profissionais da imprensa, que pretendia impedir a atuação profissional de jornalistas cuja carreira era anterior ao surgimento dos cursos de Comunicação Social.

trazida à tona, é negada veementemente. Assim, neste trabalho discursivo de negação (do velho) e reiteração (do novo), vai se cristalizando a acepção atual, capaz de projetar o imaginário que o profissional tem de seu objeto de trabalho: informação passa a ser, então, *o conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução, esclarecimento, indicação, comunicação, informe, notícia*. Este movimento de sentidos é constitutivo do efeito de evidência ao qual nos referimos anteriormente, segundo o qual a legitimação da Instituição é garantida através dos incontáveis discursos por meio dos quais ela afirma e reafirma sua liberdade de expressão e independência.

1.5 Formação discursiva

A noção de formação discursiva nasceu do interesse de Michel Foucault em refletir sobre a não-linearidade da história, comparando-a a um monumento que deve ser erigido considerando-se a dispersão dos objetos que a compõem. Assim, as condições históricas e discursivas constituem os sistemas de saber, ou seja, os diversos campos do conhecimento humano.

As questões levantadas a partir desta reflexão são: a) quais seriam os princípios que tornam possível a unidade do discurso? b) seria possível dar uma continuidade aos enunciados ao longo do tempo? e c) existiriam princípios que possibilitariam que os enunciados se agrupassem em uma unidade dita regular e fechada?

Foucault (2004) nega o papel do estruturalismo, concluindo que, segundo sua concepção, não é possível considerar as unidades como domínio de objetos fechado, contínuo e regular, pois há lacunas, diferenças, desvios e transformações que devem ser levados em conta. Da mesma forma não há um ideal de unicidade, pois as formulações podem ser heterogêneas; também não existe uma arquitetura lógica da unidade, já que esta pode ser desfeita por outras noções e conceitos que podem estabelecer relações de exclusão ou incompatibilidade; não há permanência de uma temática, pois se pode encontrar possibilidades diversas acerca do tema (ou dos temas), bem como a incompatibilidade ou a inserção de um mesmo tema em conjuntos diferentes.

Destas considerações, Foucault conclui que existem *dispersões* que poderiam ser descritas:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (...), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2004, p. 43).

Pêcheux se apropria desta noção para aprofundá-la em relação à categoria filosófica da(s) ideologia(s), pensando-a sob a perspectiva da prática discursiva. E sempre tendo em vista que os rituais e as práticas conferem à ideologia seu aspecto material, Pêcheux e Fuchs, em sua revisão teórica de 1975, retirada de Pêcheux (1997^a), afirmam:

(...) as formações ideológicas “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura”, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (ibid, p.166).

Quando, em *Semântica e Discurso* (1997), Pêcheux propôs a fundação de uma *teoria (materialista) dos processos discursivos*³⁶, seu posicionamento advinha da concepção de assujeitamento proposta por Althusser (1999), pressupondo a precedência da ideologia sobre o inconsciente, ou, dito de outra forma, quando nascemos os discursos já estão aí, produzindo sentidos, prontos para serem repetidos/transformados. Conforme Pêcheux (1997^b) “é a ideologia que fornece as evidências pela quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão (...)” (p.160). Estamos, então, no espaço dos pré-construídos, que remetem aos “conteúdos de pensamento do 'sujeito universal'”, sempre segundo as palavras de Pêcheux (ibid, p. 171).

Assim, o aspecto material do sentido foi exposto por Pêcheux (1997^b) através de duas teses, das quais procuraremos resumir a seguir os aspectos essenciais.

A primeira tese afirma que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe 'em si mesmo', mas recebe seu sentido na formação discursiva em que é produzido” (PÊCHEUX, 1997^b, p.161); como consequência, as formações discursivas representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes correspondem. E citamos:

36. Segundo Courtine (1982), “os processos discursivos são a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso” (p. 241).

(...) se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, 'ter o mesmo sentido', o que (...) representa, na verdade, a condição para que cada elemento (...) seja dotado de sentido (ibid, p.161).

A segunda tese propõe que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1997^b, p. 162). Este todo complexo *com dominante* é submetido às relações de desigualdade-contradição-subordinação que as formações ideológicas mantêm entre si. Cada Formação Discursiva tem, então, um interdiscurso que lhe seria próprio, recortado ideologicamente, segundo a relação de forças resultante do estado da luta de classes e cuja materialidade consiste em dois efeitos: o efeito de encadeamento do pré-construído e o efeito de articulação. A este respeito, afirma Orlandi (1997):

As formações discursivas já representam recortes do interdiscurso. São regiões de sentidos já dimensionados, situados no conjunto do dizível e que representam as diferentes determinações do social, do político e do histórico. Em seu conjunto elas constituem o interdiscurso. Ninguém tem pois acesso ao conjunto do dizível (o interdiscurso), só a porções dele. Se no interior de uma formação discursiva se pode transitar por construções diferentes nos processos de significação, esse trânsito aparentemente livre já vem determinado pelo recorte impresso por uma formação discursiva no conjunto do dizível. A esses recortes o sujeito não tem acesso; ele se constitui pelo estabelecimento deles. É assim que se pode entender que a ideologia não tem exterior (p. 165).

Courtine (1981^a), por sua vez, considera que o interdiscurso é peça fundamental da teoria pecheutiana, pois é a partir dele que podem ser analisadas as modalidades de assujeitamento, conforme vimos no ponto teórico (1.1) deste capítulo. Assim, o sujeito se apropria dos objetos, fazendo-os “objetos de seu discurso” (COURTINE, 1981^a, p. 35). Assim, ao enunciar, o sujeito articula os objetos advindos do interdiscurso ao *seu* dizer, atualizando-os. E vale aqui lembrar que o sentido se realiza no *non-sens*, ou seja, no espaço que se estabelece entre os interlocutores e que é o próprio espaço da metáfora, já que, segundo Pêcheux (1997^b), ela é “constitutiva do sentido e sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por uma região do interdiscurso” (p. 263). Portanto, sempre há, em cada Formação Discursiva um espaço de *reformulação-paráfrase*, ou seja, um espaço em que ocorre o acobertamento do exterior que determina o sentido. Assim, através dos efeitos subjetivos, a FD dissimula sua dependência, bem como sua heterogeneidade constitutiva, apresentando ao sujeito os sentidos como evidências.

Courtine³⁷ produziu desdobramentos teóricos fundamentais para a noção de formação discursiva ao perceber que os discursos são constituídos por duas dimensões distintas, ou dois “modos de existência do discurso”: a vertical e a horizontal. Segundo esta perspectiva, o autor coloca o interdiscurso, o funcionamento e o enunciado como integrantes da dimensão vertical ou teórica do discurso, enquanto o intradiscurso, a formulação e os efeitos discursivos integram sua dimensão horizontal, sua materialidade discursiva. Assim, o interdiscurso³⁸ próprio de uma FD é definido por este teórico como sendo a “articulação contraditória da FD e das formações ideológicas que constituem o domínio de saber próprio a esta FD. A contradição é (...) constitutiva das Fd: os objetos, ou elementos do saber, aí se formam” (COURTINE, 1982, p.249).

O sujeito-universal de uma formação discursiva dominante³⁹ funciona, na dimensão vertical, como um princípio que regula os enunciados, pois, também de acordo com Courtine, (ibid), ele “é o 'lugar' (ou a instância) de onde se pode enunciar: “cada um sabe/vê/diz, compreende que ...” para todo sujeito enunciator que enuncia uma formulação a partir de um lugar inscrito na FD” (p.250). Esta regulamentação define os elementos do saber que são aceitáveis (podem ser ditos), em oposição aos que não são aceitáveis e que, portanto, não-são formuláveis (ou, não podem ser ditos).

É a partir deste princípio regulador que se constitui a *matriz de sentidos* da Formação Discursiva, que garante e regula a repetibilidade, realizada através do “processo discursivo compreendido como o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos - significantes - em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1977^b, p.161). E citamos:

37. Estamos nos referindo aos textos *Analyse du discours politique*, de 1981 e *Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours*, de 1982; pois nestes textos o autor propõe pensar o enunciado, advindo de Foucault, sob uma concepção especificamente discursiva (p.248).

38. Chamamos de pré-construídos aos enunciados já produzidos, mas dispersos e, momentaneamente, esquecidos, cujo conjunto forma o interdiscurso, definido por Pêcheux (1975) como *todo complexo com dominante das formações discursivas*. Ou, segundo Courtine (1981^a, p.36) “o pré-construído corresponde ao sempre-já-lá da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade do sentido sob a forma da universalidade”.

39. Em AAD-69, Pêcheux afirma: “(...) toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis, e (que) essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação de análise, constituem justamente os sintomas pertinentes do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise” (p.105).

Compreendemos, então, o sujeito-universal como o princípio ideológico regulador que fornece aos sujeitos inscritos em uma formação discursiva dada - e que assumem determinadas posições que lhe são possíveis -, os saberes e os sentidos que lhe parecem evidentes e transparentes e com os quais o sujeito se identifica (ibid, p:161).

Segundo Courtine e Marandin (1981^b), o conceito de formação discursiva “dá conta do fato de que, numa conjuntura dada, os sujeitos falantes, tomados na história, podem estar de acordo ou se confrontar sobre o sentido a ser dado às palavras, falar de maneira diferente utilizando a mesma língua” (p.23). Segundo estes mesmos autores, é possível definir uma FD a partir de seu interdiscurso. Assim, as fronteiras de uma formação discursiva são produzidas através de efeitos de interdiscurso, constituídos por três modalidades: a heterogeneidade, a descontinuidade e a contradição. Tal perspectiva é novamente teorizada por Courtine (1982). A seguir, citamos suas palavras:

O interdiscurso de uma FD deve, assim, ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é conduzido em função das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a fim de incorporar os elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesma, para aí (em seu interior) produzir a redefinição ou a retomada, organizando, igualmente, a relação entre seus próprios elementos e a repetição; mas também para aí provocar, eventualmente, o esquecimento ou mesmo a denegação (ibid, p.250).

Portanto, as dimensões vertical e horizontal se articulam quando os elementos de saber (/E/), ou pré-construídos, se materializam no intradiscurso. É nesse momento da enunciação (realizada por um sujeito que assume uma posição, submetido aos esquecimentos e sob condições de produção determinadas sócio-historicamente) que a *voz sem nome* do interdiscurso se lineariza e passa a constituir a formulação, provocando um efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: um elemento do interdiscurso da FD se “nominaliza e se encaixa no intradiscurso sob a forma do pré-construído, como se este elemento já estivesse sempre lá” (COURTINE & MARANDIN, 1981^b, p.36).

Conforme expusemos anteriormente, consideraremos, nesta dissertação, a Imprensa como sendo a Formação Ideológica de nosso interesse, a qual mantém relações de desigualdade-contradição-subordinação com outras formações ideológicas. Sua especialização é a informação, portanto, outras formações ideológicas podem se servir deste objeto, mas apenas a Imprensa o tem como foco e amálgama. A FI da Imprensa se desmembra em

diferentes Formações Discursivas⁴⁰, que lhe dão sustentação e que são responsáveis pela materialização dos seus saberes e práticas, ou seja, por sua prática discursiva. O meio impresso será a Formação Discursiva que tomaremos como objeto de nossa análise, sendo que os jornais e revistas que compõem o nosso corpus de arquivo constituirão as diferentes posições-sujeito⁴¹ que esta FD comporta, pois, como afirma Orlandi (1997): “a formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma, pois evoca por si o 'outro' sentido que ela não significa” (p.21). E como veremos, a partir das posições-sujeito, o estrangeiro e o imigrante serão *falados* diferentemente e a alguns deles será dado o direito à voz, enquanto a outros tal direito será negado.

Da mesma forma como já o fizemos anteriormente, gostaríamos de trazer recortes a fim de exemplificar o que foi exposto neste ponto teórico. E nos propomos a analisar duas formulações produzidas a partir de posições-sujeito distintas, ambas constitutivas daquilo que compreendemos (e delimitamos) como sendo a Formação Discursiva da Imprensa.

Nosso objetivo, ao trazer estes recortes, é refletir sobre o uso do termo *ilegais*, lembrando a relação necessária (proposta, por Pêcheux) entre base (lingüística) e processo (discursivo). Através desta relação, evidenciam-se posições-sujeito que, apesar de tratarem de um mesmo *objeto* (o estrangeiro ilegal), fazem-no de maneira diferente, em virtude das diferentes interpelações que sofrem, resultando naquilo que Courtine & Marandin (1981^b) afirmam quanto à heterogeneidade constitutiva: “uma FD não é nem 'uma linguagem para todos', nem 'a cada um a sua linguagem', mas, linguagens em um só” (p.24).

Nosso primeiro recorte provém do jornal *Correio do Povo* (RS), de 11 de maio de 2004, e faz parte de uma brevíssima notícia a respeito de quatro africanos que desembarcaram no porto de Recife, “elevando”, segundo o jornal, “para 20 o número de imigrantes da África que chegaram clandestinamente”⁴²:

40. A FI da Imprensa se desmembra em várias FDs, compreendidas como os diferentes veículos de informação: os meios impressos, televisivos e radiofônicos, por exemplo.

41. Mariani (1998, p.87) afirma que estar na posição enunciativa jornalística supõe a entrada em um ritual discursivo já marcado jurídica e historicamente pela defesa do ideário do sujeito-de-direito. E este não é um processo consciente. Além disto, destacamos que o trabalho de interpretação varia em decorrência das diferentes posições-sujeito que podem ser assumidas.

42. Novamente trazemos entre aspas as citações do jornal.

“Recife recebe mais quatro africanos ilegais

Após viajarem por seis dias nos porões de um navio de origem maltesa, quatro africanos desembarcaram no Porto de Recife ontem, elevando para 20 o número de imigrantes da África que chegaram a Pernambuco clandestinamente em seis meses.”
(*Correio do Povo*, 11/05/04).

Vemos que os africanos são chamados de *ilegais*, mas tal designação se reveste de um sentido diverso daquele que ecoa na Formação Discursiva Jurídica, por exemplo. Aqui, os estrangeiros *falados* pelo discurso são *imigrantes*⁴³ que chegaram clandestinamente, portanto, a ilegalidade decorre de uma situação contingente. Estes ilegais, portanto, são imigrantes que *Recife recebe*, ou seja, são imigrantes que a cidade (uma das que mais recebe estrangeiros vindos de todo o mundo) acolhe, aceita.

Nosso segundo recorte é o título de uma matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* (SP), de 16 de março de 2003, e relata a vinda de imigrantes provenientes de países da América do Sul. Salientamos que durante toda a reportagem o jornal se reporta à Pastoral do Migrante, órgão da Igreja Católica responsável pela assistência a (i)migrantes.

“Para entrar no Brasil, 'ilegais' evitam fronteira vigiada” (*Folha de São Paulo*, 16/03/03).

Este discurso ressalta a condição ilegal dos estrangeiros, mas a posição ideológica se materializa pelo uso das aspas, pois, segundo Orlandi (2001): “a pontuação serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para demarcar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação” (p. 116). O uso do recurso gráfico (que nos aponta a dimensão material, lingüística) deve ser percebido em relação às condições de produção do enunciado, que nos remetem aos preceitos da Pastoral do Migrante, ou seja, aos saberes de outra FD, com os quais o sujeito-enunciador se identifica. Tais saberes afirmam que os povos devem ter o livre direito de ir e vir em busca de melhores condições de vida em outros países, independentemente de documentos que comprovem a condição de legalidade.

43. Desejamos destacar a concepção (positiva) de imigrante como aquele que vem para outro país a fim de se fixar e trabalhar.

Este posicionamento é reiterado todos os anos, através dos lemas da Semana do Migrante e dos textos-base então divulgados. Em 2000, por exemplo, o lema afirmava que *Pátria é a terra que nos dá o pão*⁴⁴, e em 2005, lemos no Texto-base:

(...) a Semana do Migrante também combate a criminalização do migrante, concretamente nos aeroportos, locais de trabalho, repartições públicas, praças e até mesmo igrejas; em que ele é tomado como “bode expiatório” por todos os males e “terrores” pelas quais passa a nossa sociedade. Lembra que o migrante não só é criminalizado, mas é super-explorado em condições próximas da escravidão, em formas clandestinas de trabalho e vivendo nos espaços segregados da sociedade.

Então, se nos reportarmos às condições de produção deste discurso, veremos que as aspas indicam uma não-concordância com o sentido já cristalizado pelo discurso jurídico e apontam para outros sentidos possíveis, segundo os quais, a situação de ilegalidade destes imigrantes é uma injustiça decorrente, segundo o discurso da Pastoral do Migrante, “dessa forma de violência em que se alicerça grande parte das instituições de nossa sociedade. De um lado, cresce o poder de concentração e acúmulo das riquezas, da renda e das terras; de outro, cresce igualmente a exclusão social, as migrações em massa e o desemprego”.

1.6. Paráfrase discursiva

Ao elaborar sua *teoria materialista dos processos discursivos*, Pêcheux (1997^b) preocupou-se em estabelecer a exata relação entre base lingüística e processo discursivo, instaurando, assim, a repetição (percebida em suas diversas materializações) como um dos aspectos histórico-discursivos a serem compreendidos. Analisá-la, portanto, é pensar na constituição do sentido e em seus múltiplos efeitos.

Quando Courtine e Marandin (1981^b), em seu texto *Quel objet pour l'analyse du discours*, propõem um estudo da repetibilidade no âmbito da Análise de Discurso, sua postura é a de quem pretende aprofundar a questão, dando-lhe um estatuto e articulando-a, necessariamente, com o interdiscurso de uma FD e com o grau de eficiência da interpelação ideológica, o que, como vimos, resulta nas modalidades de assujeitamento. Assim, a

44. Conforme pesquisa que realizamos junto à Missão Scalabriniana de Porto Alegre (em novembro de 2004), ocasião em que as irmãs que nos atenderam forneceram material de apoio e nos indicaram o site da entidade, de onde foram retiradas as citações (www.adital.com.br).

repetibilidade ocorre nos dois níveis discursivos, o horizontal e o vertical. Os autores justificam sua proposta afirmando que o aprofundamento desta questão é necessário para que a “substituição, a sinonímia e a paráfrase não sejam vistas como variação regular na ordem do mesmo e da repetição do mesmo, num espaço em que repetição e agrupamento⁴⁵ se confundem” (COURTINE & MARANDIN, 1981^b, p.22), uma vez que esta postura reducionista leva ao *insucesso do discurso* em seu âmago, pois não permite considerar a heterogeneidade como constitutiva.

Para os autores, então, estudar a repetibilidade é compreender a paráfrase discursiva, já que é através dela que se forma “o sistema de equivalências, substituições e sinonímias entre termos no interior de um processo discursivo” (ibid, p.25). E, para compreendê-la, é preciso considerar que uma FD é inconsistente interna e externamente. Portanto, suas fronteiras se deslocam constantemente, sendo reconfiguradas por seu interdiscurso⁴⁶, ou seja, as fronteiras das FDs se configuram e se deslocam em “função dos 'jogos' da luta ideológica” (COURTINE & MARANDIN, 1981^b,p.24).

Em conseqüência, são os constituintes do efeito de interdiscurso (a heterogeneidade, a descontinuidade e a contradição) que garantem a repetibilidade. Perceber, então, a heterogeneidade consiste em delimitar os elementos que são exteriores à FD considerada, mas que se encontram presentes em seu interior. A contradição, por sua vez, manifesta-se por meio dos enunciados divididos, através dos quais se materializam lingüisticamente as contradições interdiscursivas (decorrentes de FDs antagônicas), como demonstrado por Courtine (1981^a), a política dos comunistas em relação aos cristãos é:

uma constante, uma atitude (comportamento), de origem
uma estratégia, uma tática, uma armadilha

Através desta análise, o autor demonstra que “na parte predicativa pode-se perceber duas listas de substituições sinonímicas, globalmente contraditórias uma em relação à outra, configurando na construção da referência de certas expressões no interior de um processo discursivo” (COURTINE, 1981^a, p.101).

45. Optamos por traduzir *rassemblement* por agrupamento, uma das opções possíveis, pois o termo se refere também à reunião de coisas dispersas, ou de pessoas que se reúnem atendendo a um chamado ou movidas por um interesse comum, segundo *Le Petit Robert* (2002).

46. Conforme Courtine e Marandin (1981^b), é a instância ideológica que determina o interdiscurso, bem como a circulação, os deslocamentos, os retornos e a cristalização dos enunciados (p.31).

Destacamos ainda que o assujeitamento, pensado sob o viés dos discursos que se repetem, leva-nos de volta ao que foi especificado no ponto 1.1, quando discorreremos sobre as modalidades de identificação: quanto mais o sujeito repete, mais exitosa é a captura. Isto porque, segundo Courtine e Marandin (1981^b), o discurso é uma das “instâncias materiais da ideologia” e a eficácia ideológica é assegurada através de um “processo de repetição ritualizada no discurso do aparelho, onde as palavras se prendem nas redes das reformulações: repetição sobre o modo de reconhecimento dos enunciados e sobre o modo de desconhecimento do interdiscurso” (p.31).

Silvana Serrani (1993) contribuiu para os estudos da paráfrase discursiva, introduzindo a noção de *ressonância*. Para ela, a paráfrase funciona como ressonância interdiscursiva. E citamos suas palavras:

(...) há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância - interdiscursiva - de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua. A meu ver, a noção de ressonância permite incluir, na própria conceituação de paráfrase, o sujeito da linguagem, pois ela sempre ressoa para alguém (...) (SERRANI, 1993, p.47).

Segundo a autora, a ressonância discursiva pode se manifestar de duas formas distintas: em torno de *unidades específicas*, em que o funcionamento parafrástico se apóia sobre itens como unidades lexicais e frases nominais, por exemplo; e em torno de *modos de dizer*, compreendidos como “efeitos de sentido produzidos pela repetição em nível interdiscursivo, de construções sintático-enunciativas na estruturação de um discurso determinado” (ibid, p.47).

Ao considerarmos a paráfrase desta forma, estamos concebendo, mais uma vez, a linguagem como heterogênea e os sentidos como decorrentes de processos sócio-histórico-ideológicos, deixando entrever as dimensões horizontal e vertical constitutivas do discurso, uma vez que as “paráfrases ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas” (SERRANI, 1993, p.47). Portanto, devemos considerar que no processo de construção dos sentidos há espaço para o *mesmo*, mas também para o *diferente*. É por isto que Orlandi (1999) define o funcionamento da linguagem como sendo constituída pelos processos parafrásticos (a

matriz do sentido) e polissêmicos (a fonte do sentido): “o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente” (ibid, p.38).

1.7. História

Pêcheux (1997^b) concebeu a Análise de Discurso articulando regiões distintas: o materialismo histórico, a lingüística e a psicanálise. Mas, embora Pêcheux tenha tomado estas regiões do conhecimento como base, produziu significativos deslocamentos teóricos a partir de cada uma delas. Desta forma, sua teoria não se tornou “herdeira servil nem do Marxismo, nem da Psicanálise, nem da Lingüística”, conforme as palavras de Orlandi (2001, p.102). Não obstante, a fim de compreendermos como a história determina e constitui os processos discursivos devemos, mesmo que de forma muito breve, voltar a Marx.

A tese central a partir da qual se desenvolve toda a filosofia marxista é a de que *a experiência precede a consciência*, ou seja, é o modo de existência (do sujeito) que determina sua apreensão dos fatos. A fim de elaborar a análise e a interpretação do capitalismo, cuja ênfase está centrada no “modo de produção como estrutura determinada e determinante em cujo âmago está o princípio (econômico) da contradição (social)”⁴⁷, Marx (1818-1883) integrou criticamente as contribuições da Filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia política clássica inglesa. Assim, de acordo com Ianni (1984) “o materialismo dialético e o materialismo histórico são os dois elementos principais e conjugados do mesmo processo teórico-prático de reflexão sobre o capitalismo” (p. 7).

O materialismo dialético é um dispositivo analítico que nos permite perceber as relações de contradição, próprias e constitutivas do sistema capitalista. Ele apenas é possível através de uma perspectiva materialista da história, ou seja, se percebermos a história como sendo um processo não-linear, decorrente das condições materiais em que se dá a luta de classes, sua existência e suas ilusões. Foi esta concepção que permitiu a Althusser (1999) afirmar que “o motor da história é a luta de classes” (p.194).

Isto porque a história não é cronologia, mas sim um processo ininterrupto que não pode ser classificado (ou compreendido) em partes. E Marx pensa a história sempre vinculada

47. Segundo o artigo *História Marxista, história em construção*, de Pierre Vilar (1995, p.156).

à sociedade, já que para ele, “o sujeito é a sociedade” (VILAR, 1995, p.153). Assim, os sujeitos histórico-sociais vivem *na* história, que nada mais é do que a história das lutas de classes⁴⁸, da qual apreendem somente os fragmentos, aos quais atribuem interpretações que lhe dão sentido e finalidade: “a totalidade, tal como aparece no espírito como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira possível, maneira que difere da apropriação desse mundo na arte, na religião, no espírito prático” (Marx, apud Vilar, *ibid*, p.153).

Mas, apesar desta apreensão fragmentada que o sujeito tem da história, o fato é que, segundo Vilar (1995), “não existe acontecimento que não seja uma particularidade histórica” (p.157), cujas dimensões só poderão ser apreendidas com o passar do tempo. É por isto que não apenas o fato em si, mas as circunstâncias que o envolvem também são constitutivas da história. É por este *mesmo sentido* que já caminhavam as reflexões de Paul Henry, quando ele afirmou que:

É bem verdade que é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há 'fato' ou 'evento' histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É isso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isto vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História (HENRY, 1997, p.51).

A Análise de Discurso considera os sentidos como decorrentes (e determinados) por processos sócio-históricos, cabendo-nos, no entanto, compreender conforme Orlandi (2004) que o aspecto social não lhes é correlato, mas constitutivo: “define-se o discurso como um objeto social cuja especificidade está em que sua materialidade é lingüística” (p.27). E continua a autora, “não são os traços sociológicos empíricos - classe social, idade, sexo, profissão - mas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais, que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um operário, de um presidente, de um pai” (*ibid*, p.30). E devemos acrescentar que é a ideologia que nos faz considerar estas formações imaginárias (que são *construídas* no imaginário por mecanismos históricos, decorrentes, portanto, do estado da luta de classes) como evidentes.

48. Conforme Balibar (1975, p.72) a base teórica de Marx é a de que as classes sociais são determinadas pelo seu papel econômico. Isto significa que as classes sociais não se colocam a favor ou contra concepções do mundo, a favor ou contra um estatuto jurídico, a favor ou contra formas de organização política (...) senão por causa da luta de classes na produção e, finalmente, com vistas a esta luta.

Assim, vemos que os sentidos que atribuímos aos fatos (históricos) decorrem dos processos imaginários que estão em jogo no processo de interlocução. Neste processo (imaginário e ideologicamente determinado) os interlocutores designam, mutuamente, o lugar que A e B se atribuem. Assim, através de um jogo em que os sujeitos se perguntam *quem são* e *quem é o outro, com quem falam e quem lhes fala*, são atribuídas interpretações aos fatos, constituindo-se, a partir daí, os sujeitos e os sentidos. E com vistas ao que foi exposto, citamos:

Os enunciados, portanto, surgem na relação com as práticas sócio-históricas. Não se trata de um indivíduo isolado usando a língua, inventando enunciados antes inexistentes. É na historicidade, ie, na história enquanto modo de produzir sentidos, que se dá o aparecimento de um (ou vários) enunciado(s) constituindo o acontecimento sócio-histórico. Daí o seu aspecto de repetibilidade, sua característica de atuar em nível interdiscursivo. E isso não é transparente para o sujeito (MARIANI, 1998, p. 91).

Concluimos afirmando que, sob a perspectiva da Análise de Discurso, é a interpretação dada ao acontecimento, bem como sua discursivização, que irão transformá-lo (ou não) em *fato histórico*. E as interpretações variam ao longo do tempo, de forma que não apenas a repercussão (discursiva) do fato produz sentidos, como também sua repressão e seu silenciamento o fazem.

A seguir, iremos novamente ilustrar o que foi exposto por meio de um dos recortes que compõem nosso corpus.

Em 2004 foi comemorado, no Rio Grande do Sul, o Centenário da Imigração Judaica, o que motivou a Presidente da Federação Israelita do Rio Grande do Sul a colaborar com o jornal *Zero Hora* (RS), enviando um artigo sobre a vinda dos primeiros imigrantes judeus para o Estado. Deste artigo, recortamos a primeira seqüência discursiva, que segue:

“Aqui chegados, com alguns pobres pertences, encontraram inúmeras dificuldades, pois além do desconhecimento do idioma e dos costumes, faltava-lhes experiência no trabalho da terra. (...) No entanto, na pequena colônia Philipson, onde foram instalados, perceberam que eram bem-vindos. Integração com os habitantes do local e construção de belas amizades mostraram que poderiam finalmente sentir-se em casa. Iniciou-se uma história de vida coletiva (...).” (*Zero Hora*, 05/2004).

O que vemos aqui discursivizado é *uma* interpretação, dentre as possíveis, para um fato histórico⁴⁹. Segundo este discurso, os imigrantes foram bem-vindos, fizeram amizades, e uma vida coletiva na colônia teve início, apesar de os imigrantes não terem *experiência no trabalho da terra*.

No entanto, existem discursos que interpretam diferentemente este mesmo fato. Eles nos mostram que os judeus não permaneceram por muito tempo na Colônia Philipson, que se revelou um empreendimento fracassado por ter desconsiderado as condições sócio-histórico-ideológicas dos imigrantes. Afinal, o fato de que durante séculos o acesso à terra lhes havia sido negado, foi determinante para que eles deixassem a Colônia e se estabelecessem nas cidades, onde puderam exercer as profissões com os quais já estavam familiarizados.

Vemos, então, que um mesmo fato histórico (que sempre reclama sentido(s)) está sujeito a múltiplas interpretações. É por isto que Eni Orlandi (2004) afirma que “não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos” (p.57).

1.8. Memória discursiva

É a partir da concepção discursiva do materialismo histórico que podemos pensar as questões da memória. E da mesma forma que falamos em paráfrase discursiva (cuja perspectiva, como vimos, difere daquela reservada à paráfrase lingüística), também falamos em *memória discursiva*, considerando-a sob um viés que é próprio à Análise de Discurso e que a diferencia de uma ênfase físico-psicologizante.

A memória da qual trata a Análise de Discurso pode ser compreendida como sendo “a repetição ou o apagamento dos elementos de saber de uma FD” (INDURSKY, 1997, p.43). Ela está, portanto, relacionada com os lugares sociais e com a(s) ideologia(s) que lhes são

49. Consideramos que este fato passou a fazer parte da grande História, entendida sempre como uma construção imaginária, *crystalizada* ideologicamente em uma *história oficial* cuja reprodução interessa às classes dominantes.

próprias. Sabemos que os discursos e seus efeitos de sentido resultam das diversas interpretações atribuídas aos fatos, portanto, a memória, que constitui e atravessa os discursos, é fragmentada, como também é fragmentada nossa apreensão da história.

Quando nos referimos à memória discursiva encontramos-nos, novamente, nos âmbitos da horizontalidade e da verticalidade do discurso e dos enunciados pré-construídos, definidos por Pêcheux (1997^b), “como o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado” (p.33).

Teoricamente, foi Courtine (1981^a) quem aprofundou os estudos sobre a memória, concebida como uma *categoria de memória* que opera no interior de uma FD: “a noção de memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos” (p. 53). Para este autor, uma FD pode ser concebida como sendo *memória discursiva*, e compreendemos esta afirmação relacionando-a à existência (provisória) de um interdiscurso próprio à Formação Discursiva, tomado como um recorte⁵⁰ (também provisório). Esta concepção permite que Courtine (1999) chame o interdiscurso de “séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se)” (p.18). Neste *domínio da memória*⁵¹, continua Courtine, “o sujeito não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável”, já que ali “ressoa uma voz sem nome” (ibid, p.19). Assim, entendemos que o sujeito encontrará um lugar (provisório e instável) na (re)formulação do enunciável, e, novamente, citamos:

(...) o interdiscurso, sabe-se, fornece, sob a forma de citação, recitação ou pré-construído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo em que organiza a identificação enunciativa (através do regramento das marcas pessoais, dos tempos, dos aspectos, das modalidades...) constitutiva da produção da formulação por um sujeito enunciador. E que acaba, assim, por desaparecer aos olhos do sujeito, garantindo, na aparição de um 'eu', 'aqui' e 'agora', a eficácia do assujeitamento (COURTINE, 1999, p.20).

50. Gostaríamos de salientar que compreendemos este *recorte* como correspondendo à determinada *interpretação* da história que é, portanto, delimitada ideologicamente.

51. Domínio da memória é como o autor considera a memória histórica, segundo Indursky (1997, p.44).

O sujeito-enunciador executa, então, “rituais discursivos de continuidade que produzem um corte temporal ligando o presente da enunciação ao passado e também ao futuro discursivo” (ibid, p.20), construindo, desta forma, aquilo que o autor denomina de *efeito de memória*, o qual constrói uma história que se apresenta como imobilizada. Sempre segundo este autor, o processo de construção da memória discursiva produz o apagamento, a anulação, o recalque e a perda referencial. Dizemos, portanto, que a memória discursiva se manifesta por meio do efeito de memória, que, por sua vez é, segundo Indursky (2003), *fortemente lacunar*, possibilitando que os sentidos deslizem, derivem, se re-signifiquem. Isto porque este efeito ocorre por meio da atualização de um enunciado que se introduz na nova formulação: um objeto do mundo do qual ele (o sujeito) se apropriou, um já-lá, pré-existente a si próprio.

Considerando-se que o discurso se articula a partir dos dois eixos, o horizontal e o vertical, também a memória, compreendida como uma forma de repetição, manifesta-se nestes dois níveis. Courtine chega a esta conclusão ao considerar as *formulações de origem*⁵² que são repetidas nas diversas formas de manifestação do discurso citado (uma das formas possíveis através das qual o repetível se instaura).

Esta repetição de memórias pode ocorrer de duas maneiras, ambas decorrentes do trabalho da categoria de assujeitamento. Na primeira delas, a memória aparece como “repetição de elementos em extensão”⁵³, passíveis de serem reconhecidos quando “consideramos um fragmento de discurso como determinado por um enunciado e aí tomando lugar” (COURTINE,1999, p.21). Neste caso, diz-se que a memória é *cheia, saturada* e o enunciado se repete, sem, no entanto, ser o *mesmo*, pois se realiza a partir de posições-sujeito e condições de produção diversas das que lhe deram origem⁵⁴.

Na segunda, há a “repetição vertical, na qual se repete um não-sabido, não-reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações” (ibid, p.21). Ausente, segundo o autor, por funcionar sob o modo do desconhecimento e presente em seu efeito. Esta memória é lacunar e

52. Sempre segundo a perspectiva teórica desenvolvida por Courtine (1999).

53. Esta categorização nos remete ao texto *Quel objet pour l'analyse du discours* (1981^b) que Courtine e Marandin escreveram em conjunto e já citado anteriormente.

54. Sempre considerando-se que a *origem* de um enunciado é um recorte histórico-temporal efetuado analiticamente.

remete para um espaço onde, no dizer de Mariani (1998), as interpretações são silenciadas, podendo se manifestar sob a forma de fragmentos, silêncios e incisões.

A propósito de memória discursiva, citamos:

(...) uma memória não poderia ser concebida como esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÉCHEUX, 1997^b, p.56).

Apesar de a memória discursiva ser lacunar, os efeitos subjetivos (unidade, propriedade e transparência), produzem a ilusão de que os sentidos produzidos a partir do efeito de memória são unívocos e estão estabilizados no fio do discurso, embora estes sejam múltiplos e sempre possam deslizar, se dispersando em outros saberes.

Para concluir este ponto teórico, trazemos mais um exemplo prático advindo do nosso corpus, com o qual pretendemos ilustrar as definições e considerações teóricas que trouxemos ao falarmos em história e memória.

O recorte que trazemos foi retirado de um artigo cujo título é *Ranço de Imigrante*, produzido por uma descendente de imigrantes japoneses, no qual ela relata as dificuldades de integração à sociedade brasileira, pela qual passou (e ainda passa) a comunidade japonesa. Este artigo foi publicado no jornal *São Paulo-Shimbun* (SP), de 09 de julho de 2004. Tal jornal é produzido pela (e para) comunidade japonesa de São Paulo, sendo composto por dois cadernos: um em língua japonesa e outro em língua portuguesa.

“Achava que eram páginas viradas, que os imigrantes e seus descendentes já tinham superado o complexo de inferioridade, que todos já tinham se integrado socialmente e, portanto, já eram águas passadas o esquema que montavam nossos avós e pais para, a qualquer custo, mostrar o quanto já estavam inseridos no meio social (...).”
(*São Paulo-Shimbun*, 09/07/04).

Aqui se ouve a voz do descendente de imigrantes, que fala a partir de uma posição-sujeito que conta uma outra história, diversa da história *oficial*. Esta (a história *oficial* que nos acostumamos a ouvir), fala em uma sociedade brasileira receptiva e acolhedora, bem como de um Brasil onde não há preconceito em relação a outros povos. A memória que é

discursivizada pela descendente de japoneses nos mostra que há outras interpretações para os fatos. Através da memória que vem à tona, atualizam-se os processos sócio-históricos nos quais os imigrantes foram atores passivos e ativos, mostrando-nos que as páginas não foram viradas e nem foi superado o complexo de inferioridade. *Retornam*, desta forma, acontecimentos, decisões e estratégias de assimilação que também constituem a história. Podemos pensar, então, em histórias dentro da História. Ou seja, há outras interpretações que subjazem à grande interpretação e que, por meio da memória discursiva, resistem aos esforços de apagamento, de silenciamento, perpetrados pelos discursos cristalizados e ideologicamente impostos.

2. UM OLHAR SOBRE O CAMPO TEÓRICO-PRÁTICO DA DESIGNAÇÃO

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o funcionamento da designação e, para tanto, faremos um percurso que passa, primeiramente, pelos pressupostos teóricos da Lingüística Textual, tomando por base os textos de Charolles (1988) e Koch (2003 e 2004). Nosso olhar se volta para esta teoria, tão em voga atualmente, porque compreendemos que seus limites a tornam reducionista e, conseqüentemente, em seu interior, a designação fica restrita ao âmbito da substituição lexical. A seguir, nosso percurso se voltará para os pensamentos filosóficos de Aristóteles (1987), Spinoza (1994) e Frege (1978), articulando-os com os de Pêcheux (1997^b), a fim de comprovarmos que a designação é um *processo discursivo* que produz a interpelação ideológica do sujeito e provoca deslocamentos de sentidos, os quais só podem ser apreendidos em toda sua extensão quando os consideramos sob uma perspectiva materialista.

Iniciamos nossa reflexão nos perguntando: o que é designar? Pergunta aparentemente simples que, no entanto, tem motivado reflexões profundas desde que o homem se deu conta de sua relação com a linguagem.

E foram as palavras de Jacques Derrida (2002) que nos despertaram para os intrincados desdobramentos filosóficos do *ato de nomear*.⁵⁵ Reportando-se ao relato bíblico da nomeação, que confere ao homem o poder de nomear e determinar os seres, o filósofo trata da sujeição do animal ao homem, da qual resulta a absoluta desigualdade desta relação. Como conseqüência, há a propriedade e a superioridade incondicionais do homem sobre o animal.

Levando esta reflexão para o âmbito das relações humanas, veremos que o ato de nomear determina relações de poder que produzem a sujeição entre os homens. E o primeiro ato de *poder sobre* (outro homem) é o ato da nomeação determinado pelo Estado, que assegura aos pais o direito de dar um nome aos filhos. Mas o nome (as) sujeita a determinadas

55. Referimo-nos ao livro *O animal que logo sou* (Derrida, 2002).

ingerências históricas, já que cada um deles traz consigo uma história de sentidos que determina as expectativas que se constroem sobre o sujeito que o recebe.

Se nos reportamos à Bíblia (1956), encontramos o seguinte discurso relatado sobre Gênesis:

“E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor terás filhos, e teu desejo será para teu marido, e ele te dominará. (...) E chamou Adão o nome de sua mulher, Eva; porquanto ela era a mãe de todos os viventes” (Gênesis, 3: 16 - 20).

Considerando-se a importância ideológica do discurso bíblico, veremos que o *nome* Eva carrega, historicamente, o sentido de pecado, de tentação, de culpa sem expiação possível, cujo ato determinou os rumos da humanidade e cujo castigo selou o destino de todas as mulheres, sejam elas mães, ou não. Estes sentidos determinam o *peso* histórico que assujeita àquela a quem este nome for conferido.

Nomear, portanto, é um ato de poder juridicamente regido. Designar é um ato de poder próprio da espécie humana, porque provida de linguagem. Por meio destes atos, o sujeito assegura relações de poder, através das quais se instaura a submissão de uns para com os outros de forma a garantir (e perpetuar) a desigualdade entre os sujeitos. É sobre isto que pretendemos refletir ao longo das páginas que se seguem.

2.1. A Designação: como a Lingüística Textual vê essa questão

De forma muito breve, podemos definir a Lingüística Textual como sendo o ramo da Lingüística que se dedica aos *processos de significação*, tendo por base os textos (diferentemente, portanto, da perspectiva pecheutiana, que busca compreender os *processos discursivos*, considerando-os em sua dimensão sócio-histórica-ideológica). Assim sendo, segundo Koch (2003), os processos de significação são “resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza” (p.26).

Portanto, esta teoria se inclui em um quadro mais amplo, da qual fazem parte as teorias sócio-interacionais da linguagem, para as quais a produção textual é derivada da atividade consciente, tendo em vista a realização de determinados fins. Ambos, texto e sentido, resultam da intenção de indivíduos capazes de planejar e de organizar, determinando e colocando em movimento o processo interacional.

E para que um texto seja produzido, a intencionalidade se ampara em uma complexa rede de fatores lingüísticos e extralingüísticos, dentre os quais destacamos: a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, as convicções, as atitudes e os conhecimentos supostamente partilhados, bem como as expectativas mútuas, as normas e as convenções sócio-culturais. A conjunção destes fatores, aliada à competência textual dos envolvidos, permite a elaboração de textos com elementos (ou marcas) que vão lhe dar sentido, ou, dito de outra forma, deste conjunto resultam textos coesos e coerentes.

Segundo Charolles (1988), a competência textual é um “sistema implícito de regras interiorizadas igualmente disponíveis para todos os membros de uma comunidade lingüística” (p.40). Assim, sempre de acordo com este autor, a Teoria ou Gramática do Texto propõe instituir esta competência como modelo baseado em um conjunto de regras de boa formação textual. Portanto, Charolles (1988) pretende dar uma visão geral da abrangência do modelo de uma gramática do texto, a fim de concentrar sua atenção sobre “o problema particular da coerência para apresentar quatro meta-regras de coerência” (ibid, p.45): meta-regra de repetição, de progressão, de não-contradição e de relação. No que concerne ao trabalho em curso, deter-nos-emos na meta-regra de repetição, salientando que, para Charolles, as regras de coerência exigem que sejam levados em conta parâmetros pragmáticos que remetem aos participantes do ato de comunicação textual.

A meta-regra de repetição determina: “para que um texto seja (microestruturalmente e macroestruturalmente) coerente é preciso que contenha, no seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita” (CHAROLLES, 1988, p. 49). Assim, as repetições são asseguradas por meio de diversos recursos lingüísticos, dentre os quais nos interessa, sobremaneira, a substituição lexical, procedimento que, segundo esta teoria, permite evitar as retomadas lexemáticas ao mesmo tempo em que garante uma retomada estrita. Cada língua regulamenta o uso de tal procedimento, de forma que na língua portuguesa há uma hierarquia que não permite, por exemplo, que o termo mais genérico preceda seu representante.

Ingedore V. Koch (2004) afirma que a coesão e a coerência são consideradas noções diferentes, sendo que a coesão (altamente desejável) diz respeito a todos os “processos de seqüencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação lingüística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual” (p.18). E a autora propõe que se considere a existência de duas grandes modalidades de coesão: *a coesão remissiva ou referencial* (referenciação, remissão) e *a coesão seqüencial* (seqüenciação) (ibid, p.27).

De acordo com a proposta de Koch, a coesão referencial é “aquela em que o componente da superfície do texto (chamado de forma *referencial* ou *remissiva*) faz remissão a outro(s) elemento(s) nele presentes ou inferíveis a partir do universo textual” (os grifos são nossos) (KOCH, 2004, p.31). Assim, continua a autora, “a relação de referência (ou remissão) não se estabelece apenas entre a forma remissiva e o elemento de referência, mas também entre os contextos que envolvem a ambos” (ibid, p.31).

As formas remissivas, portanto, podem ser de ordem gramatical ou lexical. Para esta reflexão, interessam-nos as formas remissivas lexicais, entendidas como “grupos nominais definidos que, além de fornecerem instruções de concordância, contêm, também, instruções de sentido, isto é, fazem referência a algo do mundo extralingüístico” (KOCH, 2004, p.35). E salientamos o uso da expressão *mundo extralingüístico*, que, se não aponta (ainda) para uma visão discursiva, ao menos dá mostras de que os limites se tornam frágeis e incapazes de conter questões que se impõem.

Com base no que foi exposto, analisaremos algumas designações que trouxemos para apreciação, todas recortadas de uma mesma notícia, veiculada pelo jornal *Agora*, de Rio Grande (RS), em 26/09/2003, a qual trata da chegada de três jovens nigerianos que viajaram clandestinamente em um navio de origem maltesa. Quando o navio chegou ao porto de Rio Grande, o comandante avisou à Polícia Federal brasileira que eles se encontravam a bordo. O fato foi noticiado com destaque.

“Nigerianos clandestinos

Navio chega a Rio Grande com três clandestinos

São três trabalhadores rurais” (*Agora*, 26/09/2003)

Segundo a perspectiva de Charolles (1988), *nigerianos clandestinos*, *três clandestinos* e *trabalhadores rurais* são elementos de recorrência estrita, ou seja, as diferentes designações

são procedimentos lingüísticos que permitem evitar as repetições lexemáticas ao mesmo tempo em que garantem uma retomada estrita. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que a questão (mais problemática) é saber se “o emprego simultâneo de um determinante definido como um lexema de substituição é suficiente para estabelecer uma co-referência estrita” (CHAROLLES, 1998, p.52). Assim, é possível perguntar, também, até que ponto estas designações asseguram a manutenção de um mesmo sentido.

Se preferirmos tratar a questão sob a perspectiva de Koch (2004), poderemos considerar estas designações como sendo formas lexicais remissivas que apontam para um mesmo referente: os jovens que chegaram de forma clandestina a Rio Grande, a bordo do navio Lucy Ollendorff. Assim, temos:

Substituições Lexicais (formas de redefinição do referente):
a) nigerianos clandestinos
b) três clandestinos
c) trabalhadores rurais

De acordo com a abordagem de Ingedore Koch, a remissão aponta uma redefinição do referente que, embora continue sendo o mesmo, sofre uma *construção* ao longo de um texto que progride em decorrência de sucessivos processos coesivos. Assim, a cada remissão, *traços* são agregados ao referente, havendo uma “ativação parcial” das propriedades ou características do elemento de referência que precede. Portanto, as expressões são utilizadas em uma cadeia de subseqüencialização que, ao redefinirem o referente, operam, ao mesmo tempo, uma “disjunção” das propriedades que (o) caracterizam. Também aqui as instruções referenciais das predicções sobre o referente, bem como todo o contexto, precisam ser levados em consideração” (KOCH, 2004, p.48). Além do mais, a autora adverte para a possibilidade de ocorrer a ambigüidade potencial da referência, pois pode haver no “co-texto dois ou mais referentes potenciais para uma forma remissiva”, cabendo ao leitor/ouvinte basear sua decisão de acordo com “as predicções feitas sobre ela, levando em conta todo o universo textual em que está inserida” (ibid, p.52).

Conforme podemos observar, para esta Teoria a substituição lexical se limita a duas funções: 1) não gerar ambigüidade; e 2) assegurar a progressão informativa do texto. Não há,

portanto, espaço para redefinição de sentido, embora esteja prevista a agregação de traços ao referente. Não se consideram, portanto, os processos de re-semantização que, por meio das retomadas lexicais, (re)constróem a *imagem* de um determinado referente. Essa limitação teórica decorre do fato de a substância lexical ser aí considerada estritamente sob o ponto de vista do texto e do contexto situacional, *submetidos a, e determinados por* sujeitos conscientes, que decidem as formas através das quais os sentidos se superficializam no texto e se relacionam entre si.

Tais considerações são importantes para a evolução deste trabalho porque nos permitem compreender, na prática, quão limitadas são as perspectivas teóricas que se balizam unicamente pela lógica, sem considerar as determinações históricas. Ou, como já afirmava Pêcheux (1997^b): “a lógica torna-se assim o núcleo da ciência com - simultaneamente - o necessário engano idealista que coloca a independência do pensamento em relação ao ser” (p.126).

2.2. Substância e Atributo em Aristóteles: uma relação que comporta a contradição

O pensamento aristotélico passa por dois momentos que se tornaram decisivos para o desenvolvimento do pensamento ocidental. O primeiro se dá quando Aristóteles escreve *Analíticos Anteriores*⁵⁶ (1987), tratado de lógica formal pura, utilizada pelas ciências positivas, tais como a matemática e a física.

A lógica dos *Analíticos Anteriores* repousa sobre o modo de funcionamento dos silogismos, raciocínio construído pelo método dedutivo, que parte do universal para o particular, baseado na lógica por condições de verdade. Disto resulta que um enunciado somente tem base racional quando puder ser comprovado o seu valor de verdade. Assim, *razão, sentido e verdade* apresentam-se como elementos inseparáveis para a descrição das bases da filosofia analítica aristotélica, nessa primeira fase do *Órganon*.

56. O *Órganon* é um Tratado de Lógica Formal que se divide em três partes fundamentais: a fase dos analíticos anteriores, centrada na lógica formal, a fase dos analíticos posteriores, na qual o autor contesta alguns pontos da primeira fase e Tópicos, que desconstrói as bases da lógica formal.

No segundo momento, Aristóteles escreve *Analíticos Posteriores* (1987), obra que nasce de sua necessidade de refletir sobre a impossibilidade de sustentação da reciprocidade entre razão e verdade. Até que ponto, pergunta-se ele, a relação existente entre estas duas grandezas se mantém, uma vez que existem certos fatos, principalmente os decorrentes do caráter humano⁵⁷, que não podem ser empiricamente demonstráveis e verificáveis? Assim, a observação da realidade (ou da experiência) leva Aristóteles a se questionar sobre a real possibilidade de a língua representar a realidade humana, sempre exposta à contradição, pois é o reflexo da própria lógica dos homens.

Aristóteles chega, então, à conclusão de que, se razão e verdade não são grandezas recíprocas, o modo de dar a conhecer certas causas é conhecer o ente. Portanto, o ser (uno) é caracterizado por meio de atributos, ou seja, por meio daquilo que *se predica* a seu respeito.

E esta predicação, embora não possa ser confundida com a substância, confere-lhe propriedades que permitem compreender suas causas. Afirma Aristóteles: “Quando nos encontramos perante um homem, e dizemos que isso que está perante nós é um homem, ou um animal, indicamos o que isso é, e significamos sua essência” (*Órganon: Tópicos*, p.27).

Assim, para Aristóteles, o ser é duplamente constituído: ele está sujeito àquilo que é da ordem do universal dos seres (sua essência), mas também àquilo que é da ordem do particular (decorrente da existência). Se isto é verdadeiro em relação ao ser, também o é em relação ao conhecimento, que, a partir de então, só existe através da relação entre os métodos dedutivo e indutivo. Como consequência, Aristóteles abre a perspectiva de que as ciências possam ser balizadas por diferentes e múltiplos paradigmas, decorrentes da especificidade de cada uma. A inexistência de paradigmas universais permite que a verdade seja relativizada de acordo com a natureza da ciência em questão. Se a verdade passa a ser vista como relativa, a existência e o conhecimento estão, ambos, sujeitos à contradição. Do que se depreende que para Aristóteles a substância pode receber atributos contraditórios.

Desta relativização nascem as proposições dialéticas, interrogações prováveis derivadas tanto dos saberes que já foram comprovados cientificamente quanto daqueles

57. Aristóteles se preocupa com as questões decorrentes do caráter humano, pois, o homem, sempre sujeito à contradição, não pode ser explicado, nem compreendido através das condições de verdade e falsidade impostas à linguagem pela lógica formal.

acumulados pela experiência. Seu objeto é a contradição, decorrente das diversas interpretações que advêm de opiniões divergentes. Tomemos como exemplo a seguinte proposição: É o conhecimento puro ou um conhecimento baseado no bem que caracteriza as leis que regem uma nação?⁵⁸ Neste caso estamos frente a duas opções, ambas igualmente prováveis, em que a opção por uma ou por outra decorre de uma avaliação subjetiva, que se realizará com base na experiência individual ou coletiva. Portanto, a opção que for considerada mais adequada, será atribuída ao ser (a nação), não impedindo, no entanto, que a outra opção também possa ser considerada adequada. Assim, a opção por uma não exclui a possibilidade da outra, considerando que os atributos que são conferidos à nação representam os modos como os sujeitos se dividem em relação à idéia de nação.

A concepção de uma substância desestabilizada e heterogênea, na qual se insere a contradição, permite ao filósofo empreender um projeto de desconstrução das bases da lógica analítica. Tal projeto se concretiza por meio da elaboração de quatro categorias dialéticas, através das quais se chega às condições de predicabilidade da substância. São elas: o próprio, o gênero, a definição e o acidente.

O *próprio* é compreendido como aquilo que particulariza a universalidade e define a identidade do ser; o *gênero* é aquilo que é universal na essência humana (seus atributos naturais); a *definição* é estabelecida pela relação entre o próprio e o gênero e, sendo complexa por natureza, trabalha com base nas semelhanças; o *acidente*, nas palavras de Aristóteles (1987), “é o que pode ser ou não característico de um só e mesmo sujeito, seja ele qual for” (p.18).

Embora as quatro categorias prediquem sobre o sujeito, apenas aquelas que lhe conferem atributos individualizantes (o próprio e o acidente) são capazes de caracterizar a ruptura com o universal: a diferença, assim, passa a caracterizar a especificidade de um ser em relação a outro. Deste modo, o *próprio* define o ser pelo que ele tem de particular; já o *acidente* o define por meio daquilo que pode ser um *próprio relativo* (em relação aos outros seres) ou um *próprio temporário* (de curta duração). Nas palavras de Aristóteles (1987), o acidente (mesmo que relativo ou temporário) “nunca será, em acepção simples, um próprio”

58. Segundo exemplo proposto por Zandwais (2004), em disciplina ministrada no PPG da UFRGS.

(p.19). Ou seja, nunca poderá se converter em uma substância universal, apenas poderá modificá-la. Isto porque, enquanto a definição e o gênero apontam para o necessário, o acidente é da ordem do contingente. Dito de outra forma, o acidente é aquilo que escapa à universalidade, que é anômalo ou idiossincrático.

Tomemos como exemplo o item lexical *estrangeiro*, que pode ser traduzido em diferentes línguas, assumindo valores semânticos que retratam suas culturas.

Estrangeiro (atributos apresentados por dicionários)

designação		atributos
alemão	Ausländer: forasteiro	Por analogia: a) Heimatlos: errante, apátrida, aquele que está fora da pátria; b) Unheim → sem pátria, sem lar.
francês	étranger: que é de outra nação; que não tem nada em comum com.	Por analogia: a) étrange: incompreensível; inexplicável.
português	estrangeiro: que é de outro país, forasteiro.	Do latim <i>extranèus</i> : o que é de fora

Considerando-se as categorias aristotélicas, a designação *estrangeiro* representa a substância sobre a qual se predica. E os atributos que lhe são conferidos pertencem à categoria *acidente*, pois decorrem de uma condição (contingente) que torna este sujeito diferente dos demais: estar fora do país de origem. Esta condição que o diferencia de outros sujeitos, torna-o passível de julgamentos e valorações que resultam em predicacões distintas: *sem lar, sem pátria, forasteiro, que nada tem em comum com* aqueles que o cercam. Assim a substância é individualizada e deste modo sua essência será expressa e se constituirá sua identidade.

Portanto, o acidente, compreendido como uma categoria dialética que predica sobre a substância, permite que consideremos que a existência e as interpretações contraditórias, que dela decorrem, contribuem para a definição da essência. É neste ponto que o pensamento de Aristóteles e o de Pêcheux encontram pontos comuns. Pois, se a essência é definida pelos atributos que lhe são conferidos, e mais especificamente, por meio daquilo que é acidental, ela

se torna sujeita a modificações. E estas modificações são determinadas pelas diversas e inúmeras interpretações possíveis, cada uma delas delimitando as condições de existência da substância, ou seja, dos sujeitos ou dos objetos dos quais se fala. E está aí, também, “a natureza da determinação: a propriedade de um atributo referir-se a um ser em condições específicas, e não universais” (RASIA, 2004, p.15).

2.3. Substância e Atributo em Spinoza: uma relação de inerência determinando o sujeito e conferindo-lhe identidade

A fim de que se possa melhor compreender as bases do pensamento de Spinoza, iniciaremos esta seção destacando alguns eventos que marcaram sua existência.

Baruch de Spinoza (1632-1677) nasceu em uma família judaica que imigrou para a Holanda a fim de fugir da Inquisição em Portugal. Spinoza foi profundamente influenciado por sua formação religiosa. Os estudos do Pentateuco e, principalmente, da Kabbalah forjaram a base de seu pensamento filosófico: todos os homens podem - e devem - buscar o conhecimento, pois, somente ao fazê-lo encontram a razão, que lhes permite *interpretar* o mundo e as regras que determinam seu funcionamento.

Seus estudos de filosofia foram realizados em uma escola racionalista, em Amsterdã, dirigida por Francis Van der End, ex-jesuíta que abdicara da vida religiosa, intitulado-se um livre-pensador de escopo cartesiano. É difícil compreender a complexidade do pensamento spinozeano⁵⁹ se não pensarmos também em sua condição judaica - sua origem marrana - como fator essencial dessa caminhada intelectual.

Na comunidade judaica holandesa, ser marrano significava ver-se dividido entre o mundo cristão, que desconfiava da sinceridade dos conversos, e o mundo judaico, que temia conviver com aqueles que haviam renegado a fé. Yovel (apud Chauí, 2000) considera que em razão desta condição singular, Spinoza sentiu os efeitos do “exílio no exílio”:

59. Este termo é cunhado por Marilena Chauí (2000) com o objetivo de marcar sua posição, opondo-se ao uso indiscriminado do termo “spinozista”, utilizado, segundo ela, indistintamente por detratores e por defensores da obra de Spinoza.

Esta condição teve como conseqüência uma profunda solidão existencial (...), uma vez que, mesmo depois de abandonar a congregação judaica e adentrar a comunidade internacional dos sábios, nunca deixou de ser visto como 'o nosso judeu de Voorburg', nas palavras de uma carta de Huygens. Banido da congregação judaica, também permaneceu desprovido de estatuto civil na República holandesa; filho de imigrantes que falavam português e espanhol, aprendendo hebraico da Yeshiva e, tardiamente, o latim, não tinha afinal língua alguma; num mundo em que a identidade pessoal era conferida pela religião, não possuía nenhuma. A doutrina que ensinou não foi compreendida nem pelos amigos mais íntimos, e os filósofos racionalistas não lhe puderam dar guarida, porque ultrapassou em radicalidade a Descartes, mas sem aceitar o ceticismo deísta (CHAUI, 2000, p.35).

Homem de seu tempo, mas profundamente cindido em decorrência de sua trajetória, Spinoza foi um profundo conhecedor da filosofia antiga e da moderna. Os pensamentos filosóficos de Descartes e de Giordano Bruno, bem como o pensamento libertário de Patrizzi, Cesalpini e Campanella influenciaram seu percurso filosófico tanto quanto o seu profundo conhecimento da filosofia judaica antiga e moderna. Como conseqüência, seu pensamento filosófico foi considerado subversor dos discursos⁶⁰ já instituídos, pois ele “levou às últimas conseqüências o pensamento judaico, o renascentista e o de seus contemporâneos” (ibid, p.33). Segundo Delbos (2002), em seu texto *Breve Tratado*, Spinoza se valeu das definições de Deus formuladas por Descartes a fim de transformá-las, atribuindo à natureza as mesmas características que são atribuídas a Deus: “ela é constituída por atributos infinitos, os quais, cada um em seu gênero, são perfeitos” (DELBOS, 2002, p.29).⁶¹

Os textos de Spinoza alertavam contra os perigos decorrentes de toda religiosidade que se pretende universal, mas que mascara a tentativa de transformar preceitos religiosos em meios de controle daqueles que os seguem. “Nem por isso, Spinoza é favorável ao ceticismo e ao empirismo naturalista, mas afirma que a razão humana é capaz de conhecer a verdadeira essência de Deus e que os homens estão fadados à liberdade e à felicidade” (ibid, p.34). Avesso ao dualismo reducionista, Spinoza “deve ter se empenhado em fazer valer o espírito da nova ciência” (DELBOS, 2002, p.31). E esta nova ciência teve como pilares os estudos sobre a ótica e a dióptrica, desenvolvidos por Johannes Kepler e aprofundados pela teoria da propagação de Christiaan Huygens, estribada em bases a partir das quais a matemática e a

60. A obra de Spinoza foi julgada herética e, como conseqüência, ele sofreu a excomunhão. Atualmente, intelectuais judeus, conscientes das contribuições de Spinoza, mobilizam-se para que a excomunhão seja anulada.

61. É essa corrente de pensamento filosófico, aproximada do pensamento de Giordano Bruno, que possibilita a configuração de Spinoza como sendo panteísta.

filosofia natural modernas perpetuam-se geométrica e mecanicamente no solo do racionalismo.

Tentaremos, a seguir, mostrar a importância dessas descobertas para o desenvolvimento do pensamento spinoziano, que tem por base filosófica a relação que se estabelece entre a substância, seus modos e atributos. Tal perspectiva foi avassaladora e teve como consequência a destruição da tradição medieval.

Desde os gregos, considerava-se que a visão era um raio visual, concebido, portanto, como um órgão, que servia para que o homem sentisse o que se encontrava fora dele. Para eles, o raio de luz era retilíneo e perpendicular à retina, e a utilidade do cristalino consistia em emitir o raio visual e receber o raio luminoso, “a fim de, em qualquer dos casos, enviar à alma as qualidades das coisas” (CHAUÍ, 2000, p.47). Assim, os olhos eram as janelas da alma e a alma, o espelho do mundo. E em decorrência disto, existiam observadores (os religiosos) autorizados a verem o que ninguém mais podia ver. E, uma vez que seus pontos de vista eram divinamente privilegiados, eles interpretavam o mundo e as diretrizes de Deus para um povo submisso e *cego*.

Kepler (1574-1630) inaugurou a ótica moderna “ao estabelecer a função óptica do cristalino e os conceitos de feixes de raios luminosos, convergência e foco, que lhe permitiram considerar o olho um dispositivo óptico no qual a luz penetra com raios luminosos que, como mostra a convergência, não são perpendiculares à retina” (ibid, p.48). Em decorrência disto, a distorção visual passa a ser considerada uma característica do olho, podendo ser corrigida ou aumentada com o auxílio de lentes, que deixam de ser produtoras de ilusões para se tornarem instrumentos físicos que melhoram e corrigem a visão.

Quando Kepler, a partir de suas descobertas sobre a ótica e a dióptrica, afirma que a imagem se forma no olho independentemente do observador, instaura uma revolução nas ciências, nas artes e na religião, pois a partir daí, o olho e o espírito passam a ser espelhos do mundo, ou seja, o homem está imerso em um mundo que existe *apesar* dele. Assim, o homem deixa de ser o centro do mundo para se tornar apenas mais um ser no mundo. Esta concepção já trazia em seu cerne a essência da tese materialista, definida por Pêcheux como aquela que instaura a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis) em relação ao sujeito, colocando simultaneamente a dependência “do sujeito com respeito ao mundo exterior” (PÊCHEUX, 1997^b, p.76).

Outra contribuição inestimável de Kepler foi demonstrar que a luz é uma *força*, e não um corpo (como se pensava até então), formada por raios luminosos que, geometricamente, eram infinitas retas que se deslocam pelo infinito. A esta concepção, juntou-se a teoria de propagação ondulatória da luz de Huyges. Isto trouxe como consequência a negação da oposição, existente desde os gregos, entre *lux* (aspecto divino, fonte de claridade) e *lumen* (efeito, imagem, reflexo, representação). Até então, apenas por meio do *lumen* é que os homens poderiam conhecer a ação divina e esta oposição funcionava para separar o que era próprio de Deus (a claridade, a perfeição) daquilo que era próprio dos homens (a obscuridade, a imperfeição).

Nossa reflexão pretende salientar que, se consideramos a História um processo ininterrupto, não existem grandes descobertas ou grandes invenções forjadas por atos individuais isolados, mas sim acontecimentos (históricos e discursivos) que vão sendo construídos pela (e na) prática cotidiana. Isso nos autoriza a pensar que a revolução desencadeada pela descoberta de Kepler foi *uma* das consequências da Reforma Luterana (1517), que, meio século antes, havia aberto o caminho da interpretação a todos os homens. Pois, cindindo o mundo ocidental, a Reforma quebrou a hegemonia da Igreja Católica, instituindo uma nova forma de relacionamento entre Deus e os homens.

Tal como ocorreria com Spinoza um século mais tarde, Martinho Lutero (1483-1546) também foi excomungado e teve suas obras queimadas em represália às suas idéias. Perseverando na divulgação de suas 95 *Teses*, ele foi ameaçado pela Santa Inquisição, refugiando-se no castelo de Wartburg, onde se dedicou à tradução do Novo Testamento para o alemão. Uma das consequências mais profícuas desta iniciativa revolucionária foi a gramaticalização da língua e a valorização do estudo formal, a fim de que o povo pudesse conhecer a vontade de Deus através do conhecimento de Sua palavra, sem a necessidade de intermediários que a interpretassem.

Uma vez aberto o caminho, sabemos que a Reforma deu origem a diversas religiões, já que as idéias propagadas por Martinho Lutero por meio de suas *Teses* foram diferentemente interpretadas e colocadas em prática. Na Holanda de Spinoza, as *Teses Luteranas* chegaram pelas mãos de Calvino e encontraram terreno fértil para se estabelecer. Portanto, anos mais tarde, as descobertas de Kepler e Huyges foram bem recebidas na Holanda, diferentemente dos países em que a religião Católica imperava. As possibilidades abertas pela óptica, pela dióptrica e pelo raio de luz, fragilizaram as barreiras entre o natural e o artificial. E citamos:

(...) Telescópio e microscópio multiplicam as escalas em proporções supra e infra-humanas, e o corpo masculino já não pode servir de medida para o universo infinitamente grande e infinitamente pequeno. Imerso no mundo, o olho o pressupõe e o percorre em todas as direções, numa mobilidade ilocalizada e ilocalizável: doravante, o movimento é mais importante que o ponto de vista (CHAUÍ, 2000, p.51).

Este percurso nos permite compreender o cerne da teoria spinozeana, em que a luz (a substância) é aquilo que “se refrata e sempre se reflete nos modos finitos, porque estes são expressões determinadas dela” (ibid, p.62). Portanto, há uma relação de dependência entre causa e efeito que pode ser explicada através da afirmação de Spinoza de que “não existe nenhuma coisa de cuja natureza não siga algum efeito” (CHAUÍ, 2000, p.76).

A substância infinita, para o pensamento spinozeano, “é a causa de si, o ser em si e por si, concebido por si mesmo. Todos os modos exprimem, de maneira certa e determinada, o mesmo ser, isto é, a essência absolutamente infinita da substância, não havendo entre eles hierarquia por graus de perfeição ou de realidade” (ibid, p.71).

A essência da substância é infinita, e só pode ser compreendida pelos seus atributos, que, segundo Delbos (2002), “são aquilo que o intelecto percebe de uma substância como constituindo a essência dela” (p: 37). Portanto, a condição de ser da substância (infinita) é a heterogeneidade, colocada em cena nos *Diálogos*, segundo Spinoza, quando o Amor, A Razão, o Intelecto e a Concupiscência “afirmam a existência de uma substância única, que subsiste por si mesma e é o sustentáculo de todos os atributos⁶² reais” (DELBOS, 2002, p.27).

Assim, vemo-nos diante de uma substância sujeita à instabilidade, “constituída pela infinidade de todos os atributos; quanto mais realidade ou existência o ser tiver tanto mais atributos ele terá” (ibid, p.46). Esta é a marca do pensamento dialético em Spinoza, pois mesmo não havendo diferença entre substância e atributos, a existência *de ambos* depende da relação que se estabelece entre eles: a substância só existe em decorrência dos atributos que lhe são conferidos, e os atributos só existem porque são atribuídos ao ser.

E aqui cabe considerar que se Aristóteles e Spinoza se encontram em alguns pontos, o que essencialmente os distingue é o fato *não* de que à substância podem ser atribuídos múltiplos atributos, mas a definição de que a essência da substância é o atributo.

62. Segundo Delbos (2002) os atributos são “determinações constitutivas e absolutas” (p.45).

Para Spinoza todos os seres são determinados, já que “toda coisa singular (*todo modo*), com efeito, é necessariamente determinada por alguma causa externa a existir e agir de maneira certa e determinada” (os grifos são nossos) (CHAUÍ, 2000, p.78). Estas palavras nos levam a salientar que, para Spinoza, a causa externa, responsável pela determinação dos seres, é derivada de circunstâncias *aparentemente eventuais* (a contingência, em Aristóteles). E a origem causal destas circunstâncias (que nos parecem ser eventuais) não pode ser apreendida pelo homem, já que este está sempre sujeito às limitações do conhecimento.

Assim, partindo do princípio de que a substância é instável e passível de modificações decorrentes do exterior, vemos que aquilo que, sob a perspectiva aristotélica era *contingência*, para Spinoza, séculos mais tarde, passa a ser *circunstância aparentemente eventual*. Se dermos outro salto temporal, veremos que a teorização de Spinoza evoluiu para a noção de *historicidade*, fundamental dentro da teoria materialista do discurso desenvolvida por Michel Pêcheux.

Formularemos, a seguir, um quadro que nos permite melhor caracterizar o conceito de substância em Aristóteles, Spinoza e Pêcheux:

Causas externas determinantes da instabilidade da substância

Aristóteles (séc I)	sujeita à contingência
Spinoza (séc. XVI)	determinada por circunstâncias e sujeita à instabilidade
Pêcheux (séc XX)	determinada pela historicidade que lhe é constitutiva

Concluimos, então, que como o homem não pode conhecer as causas em si mesmas⁶³, aquilo que percebe como *realidade* consiste na *interpretação* dos *efeitos* que ele pode apreender. Portanto, a realidade é multifacetada devido às diversas representações e interpretações que são possíveis depreender a partir dos modos como se pode apreendê-la. Assim, é com base em uma interpretação fragmentada, contraditória e determinada por causas externas cuja abrangência não apreendemos, que conferimos atributos aos seres.

63. Pêcheux (1980) afirma: “no trabalho de Spinoza há o esboço de uma teoria materialista das ideologias, pois contém o essencial: a tese segundo a qual quanto menos se conhecem as causas, mais se está submetido a elas” (p.191).

A relação de sentido que se estabelece entre substância e atributo é inerentemente dialética, pois, ao mesmo tempo em que são os atributos que dão existência ao ser (ao defini-lo e determiná-lo), também eles (os atributos) só têm existência por terem sido atribuídos a algo. Ou seja, eles apenas se diferenciam da substância, enquanto atributos, no momento da atribuição.

O pensamento filosófico de Spinoza nos permite afirmar que os homens (todos nós) se constituem a partir da maneira como são *falados*, e a forma como isto se dá, decorre dos atributos que lhe são conferidos com base na existência: através dos múltiplos olhares e dos diversos julgamentos realizados pelo outro é que nos constituímos e somos determinados.

2.4. A dimensão política da designação em Spinoza

A dimensão prática da relação dialética que existe entre substância e atributo é discutida por Spinoza, em *Tratado Político* (1994):

(...) Ponderei também as emoções humanas, tais como o amor, o ódio, a cólera, a inveja, a soberba, a piedade e outras inclinações da alma, não como vícios, mas como propriedades da natureza humana: maneiras de ser que lhe pertencem tais como o calor e o frio, a tempestade (...) (SPINOZA, 1994, p.25).

Frente à heterogeneidade constitutiva do ser, Spinoza considera que se o homem vivesse segundo o que lhe determina o direito natural, poderia viver segundo seus desejos, reagindo livremente ante o bem ou o mal que lhe fosse causado e, por sua vez, infligindo o mal ou causando o bem, segundo a sua vontade. Isto o leva a concluir: “na verdade, os homens são feitos de tal maneira que não podem viver sem uma lei comum” (ibid, p.24).

Portanto, apenas sob o poder de um Estado é que o homem pode viver em comunidade, pois, este, por meio do direito civil, determina o que é bom ou ruim, impondo limites às emoções e às ações humanas, já que o bem e o mal constituem a natureza humana de modo inseparável. Assim, estando sob a tutela do Estado, o homem abdica do direito natural para submeter-se aos deveres e direitos que lhe são concedidos/impostos por meio do direito civil:

(...) Acrescento ainda que o estado civil é instituído naturalmente para por fim a um temor comum e afastar misérias extensivas a toda comunidade (...). É por isso que, se um homem conduzido pela razão deve por vezes fazer por ordem da Civitas o que sabe ser contrário à razão, este mal é largamente compensado pelo proveito que tira do estado civil; é próprio da razão o escolher o menor entre dois males (SPINOZA, 1994, p.44).

Para Spinoza, o homem abre mão de seu direito natural impelido por dois motivos: por temer um mal maior que suas forças, ou por desejar um bem maior do que aquele que poderia alcançar independentemente. Mas, o fato de submeter-se ao direito civil, por julgar que este lhe trará maiores benefícios, não significa que esta submissão seja pacífica, ou que se realize sem custos.

Como consequência desta submissão, o homem se vê dividido entre estas duas instâncias: de forma contraditória, ele deseja, ao mesmo tempo, a proteção do Estado e a liberdade absoluta, própria de sua condição natural. E é por saber que os cidadãos vivem e agem sob a égide desta contradição que o direito civil garante ao Estado meios de cercear-lhes a liberdade, ao mesmo tempo em que lhes garante algumas prerrogativas que satisfaçam minimamente seus anseios. Portanto, a política resulta deste esforço do Estado que, empenhado em garantir sua manutenção, vê-se na obrigação de dar uma resposta aos desejos dos cidadãos de forma a conquistar sua fidelidade. É neste sentido que também trabalha o direito civil: por meio de suas diretrizes, ele regula e determina quais são os desejos e temores comuns a todos os cidadãos. No caso da Constituição Brasileira (1988), por exemplo, lemos:

Art.3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I- construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II- garantir o desenvolvimento nacional;

III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação.

Estes são, portanto, os compromissos que o Estado brasileiro assume em relação aos seus cidadãos, tornando-os anseios comuns a todos. Qualquer coisa que possa ameaçar a consecução destes objetivos é transformada em uma ameaça a ser temida por todos. É desta

forma que o Estado *constrói* os anseios e temores que fazem com que os cidadãos se submetam a ele.

Visando a sua manutenção, o Estado promulga leis (para todos) que, no entanto, não podem ser interpretadas por todos. Pois, caso isso fosse possível, cada um interpretaria as Leis segundo sua conveniência e o direito civil não mais existiria. Assim, existem alguns a quem é lícito interpretar (e aplicar) as leis; aos outros, cumpre-lhes fazer o que é determinado. É assim, também, que o Estado regula a cidadania: há cidadãos a quem são concedidos direitos e privilégios (têm direitos a) e cidadãos que têm seus direitos limitados (estão sujeitos a).

Eis o princípio do desequilíbrio entre os que têm mais ou menos poder; eis o cerne da desigualdade no campo político, dentro do qual o cidadão é apenas uma materialidade fragmentada. E, como tal, é incapaz de apreender os modos pelos quais se produzem as relações desiguais entre os indivíduos submetidos às leis das Civitas.

Traremos, em seguida, um quadro sobre os diversos atributos que podem ser conferidos a *cidadão*, tomadas de Spinoza (1994), do dicionário Petit Robert (2002) e do Código Civil (1999):

substância: cidadão

atributos conferidos

definição em <i>Spinoza</i>	homem que goza de todos os privilégios que o Estado lhe concede com base no direito civil (cidadãos); homem que tem de obedecer às leis instituídas pelo Estado (súditos)
definição segundo o dicionário <i>Petit Robert</i>	o 1751: pessoa que porta a nacionalidade de um país que vive sob o regime republicano; 1790: apelativo, cuja função é substituir os pronomes de tratamento Senhor, Senhora, Senhorita.
definição segundo o <i>Código Civil Brasileiro</i>	o Todo homem que é capaz de direitos e obrigações na ordem civil (com exceções para: estrangeiros, os menores de 16 anos; os loucos de todo gênero; os surdos-mudos, que não puderem exprimir sua vontade; os ausentes).

Pelo exposto, vemos que a substância, embora seja a mesma, é modificada pelos atributos que recebe. E os atributos que lhe são conferidos se modificam constantemente, em virtude das causas externas que os determinam. Assim, a própria condição da substância se modifica de acordo com a exterioridade que a domina. Portanto, o pensamento filosófico de Spinoza nos permite afirmar que os homens (todos nós) se constituem a partir da maneira

como são *falados*, e a forma como isto se dá decorre da existência, compreendida como sendo as injunções históricas as quais estamos sujeitos.

2.5. Frege: estabelecendo a relação entre o referente e a(s) referência(s) para chegar à representação

Em seu texto *Sobre o sentido e a referência* (1978), Gottlob Frege reflete sobre a igualdade nas línguas naturais, afirmando que este objeto dá origem a questões que não são fáceis de resolver.

Sua reflexão parte da igualdade, pensada a partir da relação que se estabelece entre os objetos e os nomes e o filósofo considera que se esta relação seguisse um esquema lógico, a cada objeto/ser no mundo (o referente) corresponderia uma referência. Então, *a* sempre seria igual a si mesmo, ou seja: $a = a$. No entanto, o que Frege percebe é que a igualdade entre referente e referência é uma abstração, pois esta relação não é simétrica, já que o mesmo referente, ao ser referido por outra referência (redesignado), pode ser designado de outro modo. Esta relação poderia ser representada por $a = b$, compreendida não como igualdade absoluta, mas apenas como uma igualdade extensional, na qual somente é possível estabelecer pontos de contato entre o referente e a referência.

Em decorrência, Frege conclui que há uma relação que se estabelece entre o referente e os diferentes modos de designá-lo. A isto, chamou *referência*, concluindo também que os modos de referência determinam os sentidos atribuídos ao referente. Importa salientar que, ao compreender este processo, Frege chega a um aspecto essencial: a representação. E citamos:

Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna emersa das lembranças e impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. (...) A representação é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro (FREGE 1978, p.64).

A referência sempre tem um sentido fragmentado que aponta para um *mesmo* referente que, no entanto, por ter sido referido de outra maneira, não é mais o mesmo, já que seu sentido se altera. Como exemplo, Frege cita a Estrela da Manhã e a Estrela da Tarde, sendo que ambas são designações dadas ao planeta Vênus.

Assim temos: planeta Vênus (referente)

a) visto no hemisfério norte pela manhã: *Estrela da Manhã*

b) visto no hemisfério sul à tarde: *Estrela da Tarde*

Temos, portanto, um mesmo referente, o planeta Vênus. Por ser percebido em horários diferente nos dois hemisférios, recebe designações diversas, o que termina por alterar (completamente) o seu sentido: para os habitantes do hemisfério norte, a designação Estrela da Manhã comporta determinadas representações que são diversas daquelas que os habitantes do hemisfério sul atribuem ao planeta Vênus, designado como Estrela da Tarde. Este exemplo permite a Frege concluir que aquilo que determina o sentido do referente é a sua referência. Portanto, para ele, a determinação *está* no modo de designar.

Como exemplo prático do que expusemos, procuraremos analisar algumas das designações encontradas em nosso corpus com vistas às noções introduzidas por Frege.

No dia 26/09/03, o jornal *Agora*, da cidade de Rio Grande, publicou uma matéria sobre a chegada de três estrangeiros vindos da Nigéria a bordo do navio Lucy Olendorff. Eles estavam escondidos no compartimento do leme e foram descobertos alguns dias após o navio ter saído do porto de Lagos, quando lhes faltaram água e comida. Quando eles chegaram a Rio Grande (RS), primeiro porto de destino do navio, sua presença a bordo foi comunicada às autoridades brasileiras. Na manchete da reportagem veiculada eles foram designados como *clandestinos*, em virtude de sua situação irregular; no corpo da reportagem, eles receberam nova designação: *trabalhadores rurais*, conforme os recortes em destaque a seguir:

**“Navio chega a Rio Grande com três clandestinos
São três trabalhadores rurais”** (*Agora*, 26/09/03)

Tomando as designações dos recortes, sintetizamos a perspectiva fregeana no quadro:

um referente (ser no mundo)	designações	representações (transformam o sentido do referente)
nigerianos	a)clandestinos	a1) desonestos, não podem permanecer no Brasil; a2) situação passageira passível de mudança. Podem permanecer no Brasil desde que sua situação seja regulamentada.
	b)trabalhadores rurais	b1) honestos, trabalhadores, podem permanecer no Brasil; b2) sem terra, tornar-se-ão ‘problemas sociais’.

Em um primeiro momento temos, como referentes, três estrangeiros que chegaram ao Brasil de forma ilegal, o que lhes confere a designação de *clandestinos*. Tal referência, no entanto, mobiliza diversas representações, que variam subjetivamente. Assim, as representações atribuídas à designação *clandestinos* irão variar de sujeito para sujeito, mas entre elas, existirão pontos de contato.

Já em um segundo momento, estes mesmos referentes (os mesmos três estrangeiros que chegaram de forma ilegal) receberam a designação de *trabalhadores rurais*. Esta, por sua vez, vai mobilizar representações que (também) variam subjetivamente. Assim sendo, os referente serão *representados* como trabalhadores ou como problemas sociais em potencial.

Embora Frege não tenha se proposto a isto, suas teorizações sobre a referência e a representação permitem que pensemos a exterioridade como sendo constitutiva da representação. Assim “a cada re-designação (enquanto ato de referência) é possível ressemantizar o modo de inscrição do referente em uma determinada ordem simbólica”.⁶⁴

64. Segundo Zandwais (2004), conforme apontamentos realizados durante a orientação.

2.6. A designação enquanto processo: a perspectiva da Análise de Discurso

Para a continuidade do trabalho a que nos propusemos, adiantamos que, diferentemente da perspectiva fregeana, para Pêcheux (1997) as fronteiras entre designação e determinação são tênues, já que não há designação sem determinação. Assim, a perspectiva adotada por Pêcheux aproxima-se da spinozeana, na qual há uma relação de dependência entre substância e atributo. Aprofundando esta relação, Pêcheux (1997^b) percebe-a como sendo constituída pelo materialismo histórico, uma vez que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (p.92).

Como vimos anteriormente (na seção 2.4) as reflexões de Frege foram valiosas e resultaram em desdobramentos essenciais que repercutem até hoje nos estudos da linguagem. Tendo consciência dos aspectos positivos da teoria de Frege, Pêcheux (1997^b) critica, no entanto, aquilo que chamou de *ponto cego fregeano*⁶⁵, ou seja, as limitações teóricas que impediram Frege de perceber que o funcionamento da língua não induzia a *ilusões* decorrentes de imperfeições das línguas naturais. Mas, como ressalta Pêcheux (1997^b), Frege pretendia “liberar as matemáticas dos efeitos da linguagem 'natural' e, portanto, ele nunca pretendeu liberar a linguagem natural de suas ilusões em geral” (p.97).

Pêcheux desconstrói a perspectiva fregeana, para, em um movimento que lhe é tão peculiar, construir *a partir de*. E é neste sentido que, em *Semântica e Discurso* (1997), Pêcheux dedica uma longa reflexão às propostas de Frege, aprofundando-as com o objetivo de avançar teoricamente em direção à articulação entre interdiscurso e intradiscurso.

Entre estas duas dimensões do discurso se estabelece uma relação de articulação/apagamento, fundamentalmente embasada na noção de *pré-construído*, termo proposto por Paul Henry (1992) para designar, segundo as palavras de Pêcheux (1997^b) “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que foi construído pelo enunciado” (p.99). Tal noção foi considerada por Pêcheux como sendo “um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a Lingüística” (ibid, p.99). Essa noção também permite compreender os processos pelos quais *objetos já dados* (ideologicamente) ao sujeito são atualizados em seu discurso ao se “nominalizarem e se

65. Conforme Pêcheux (1997^b, p. 97).

encaixarem no intradiscurso” (COURTINE, 1981^a, p.36), sendo identificados aos conjuntos de saberes históricos aos quais os sujeitos se filiam, enfim, a uma dada formação discursiva. E é partindo de exemplos apresentados por Frege em *Sobre o sentido e a referência* (1978), que Pêcheux especifica este funcionamento discursivo. Assim temos:

“Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria” (PÊCHEUX, 1997^b, p.95).

Segundo Pêcheux, Frege considerava esta afirmação (em seu todo) como sendo desprovida de sentido, pois *aquele que* não teria uma referência explícita no mundo. O fato de a construção *aquele que* apontar para Kepler como sendo uma resposta possível (preenchendo o vazio que existe no lugar do sujeito explícito) deriva, segundo a perspectiva fregeana, de uma *ilusão da linguagem* que faz com que todos os nomes próprios necessitem de uma denotação.

Assim, para Frege, o exemplo anterior difere de, por exemplo, *Kepler descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias e morreu na miséria*, em que há uma designação e uma afirmativa sobre esta designação, motivo pelo qual esta construção teria sentido, pois, sendo denotativa, estaria sujeita a parâmetros de verdade e falsidade em termos de julgamento de seu conteúdo proposicional. Isto é, possuiria um argumento correspondente a um referente verdadeiro, articulado a um predicado também verificável em termos de verdade/falsidade. Em decorrência, também segundo Frege, um conteúdo proposicional pressuposto, estando implícito, não poderia estar sujeito aos parâmetros da lógica formal, o que ele, de certa forma, reforça como sendo uma deficiência da lógica das línguas naturais.

Para Pêcheux, no entanto, as limitações teóricas de Frege não lhe permitiram compreender que a construção *aquele que*, aponta para uma relação de sentido que se estabelece, somente, com base em uma leitura do que é exterior ao conteúdo proposicional do enunciado: um fato histórico que determina como a órbita dos planetas deve ser interpretada a partir de Kepler.

Portanto, Pêcheux (1997^b) considera que a distinção operada por Frege entre dois elementos: “a designação de algo, de um lado, e uma afirmação sobre esse algo” (p.97), não se mantém. E salientamos que a impossibilidade desta distinção já está também expressa em Spinoza, bastando para tanto que nos lembremos da relação dialética existente entre a

substância e o atributo: embora não se confundam, a substância só existe em decorrência dos atributos que lhe são conferidos e os atributos só existem porque são conferidos à substância.

Mais adiante, Pêcheux toma outro exemplo de Frege, que citamos abaixo:

“O gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água” (ibid, p.109).

Em sua explicação, Pêcheux afirma que Frege desmembra esta expressão em três "pensamentos", que correspondem a um silogismo (verificável, portanto, segundo suas condições de verdade):

1) *o gelo tem peso específico inferior ao da água.*

2) *Se alguma coisa tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água.*

3) *O gelo flutua sobre a água* (PÊCHEUX, 1997^b, p.109).

Desta forma, para Frege, a possibilidade deste desmembramento explicaria o funcionamento das orações subordinadas explicativas que teriam, nas palavras de Pêcheux (1997^b): “como característica essencial o fato de constituir, em si mesmas, o que Frege chama um pensamento, isto é um elemento saturado, por oposição à relativa ‘determinativa’” (p.110). Como vimos anteriormente, para Frege as construções explicativas não teriam sentido, pois seriam desprovidas de referência explícita, e, conseqüentemente, da saturação (de sentido) proporcionada por um *nome* que estaria sujeito às condições de verdade ou falsidade. Portanto, para ele, as orações relativas explicativas comportariam pensamentos distintos e, a cada pensamento deveria corresponder uma sentença. Além disso, as orações subordinadas, desde que verdadeiras, poderiam ser substituídas por outras sem prejuízo para o sentido da oração.

Mas, Frege percebe que uma oração subordinada pode ter vários sentidos, e, neste caso, o *pensamento* não pode ser expresso apenas por uma sentença. E mais, Frege também percebe que não há como substituir uma oração subordinada por outra, mesmo que esta seja igualmente verdadeira. Estes obstáculos levam-no a concluir que a substituição pura e simples não é possível porque “por estar associada a uma outra, a sentença exprime mais do que o faria isoladamente” (FREGE apud PÊCHEUX, 1997 b, p.114). Esta conclusão de Frege leva

Pêcheux a creditar-lhe um “materialismo espontâneo, que lhe impediu de confundir o objeto com o 'modo de apresentação'” (ibid, p.115).

E Pêcheux (1997^b) se pergunta se “não deveríamos considerar que há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação da frase?” (p.99). Pois, para Pêcheux, as orações relativas funcionam como mecanismos lingüísticos que permitem a irrupção do pré-construído no discurso que o sujeito atualiza. Tal mecanismo foi teorizado por Pêcheux e incorporado às noções fundamentais da Análise de Discurso sob a denominação de *discurso-transverso*: o que “chamamos anteriormente de 'articulação' (ou 'processo de sustentação'), está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de discurso-transverso” (ibid, p.166). E seguimos citando:

O interdiscurso enquanto discurso-transverso, por sua vez, atravessa e põe em conexão os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante” com a formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX,1997 b , p.167).

Assim, a fim de avançar teoricamente pelos meandros do pré-construído, Pêcheux considera importante tratar do nome próprio, compreendido pela Lógica Formal como resultante da operação de determinação levada ao extremo. Para esta perspectiva, o nome próprio satura a referência, ou seja, preenche-a sem deixar espaços, não admitindo nenhuma (outra) determinação. Portanto, o nome próprio promove a saturação do sentido. Pêcheux (1997^b) vai afirmar que a concepção de “determinação levada ao extremo”, (p.107), defendida por Frege não encerra a questão, já que os nomes próprios podem ser lingüisticamente substituídos por “formas gramaticais pelas quais se realiza a saturação e a não-saturação” (ibid, p.106).

Isto porque, sempre segundo Pêcheux (1997^b), quando as estruturas gramaticais substituem o nome próprio, geram a indeterminação, pois permitem que qualquer sujeito preencha o vazio que a não saturação provoca, tornando-se sua referência. Para o filósofo, embora este mecanismo sintático seja próprio de construções de uso cotidiano, seu funcionamento serve perfeitamente aos interesses do discurso jurídico, pois permite que um espaço previamente delimitado (por obrigações ou deveres) seja preenchido por qualquer sujeito.

Observemos o que afirma Capítulo III, em seu artigo 12, item II, letra a, da Constituição Federal de 1988, a respeito daqueles que adquirem a nacionalidade brasileira:

São brasileiros:

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Vemos que a Lei apresenta requisitos distintos: há requisitos para os estrangeiros *em geral* e outros, distintos, para estrangeiros advindos de países de língua portuguesa, configurando um tratamento diferenciado para estes últimos. Portanto a Lei delimita *espaços* diferentes para os estrangeiros que desejam se tornar brasileiros, facultando a alguns prerrogativas diversas que facilitam o acesso à cidadania.

Segundo a perspectiva de Pêcheux, ao utilizar a forma gramatical **os que**, a Lei abre um espaço de não-saturação, um vazio que permite a qualquer sujeito preenchê-lo, tornando-se sua referência. Ao preencher este espaço vazio, o sujeito passa a ocupar um lugar determinado na estrutura social, passando de estrangeiro (estranho, alienígena) a brasileiro naturalizado, ou seja, cidadão em um Estado que lhe concede direitos e lhe cobra deveres.

No entanto, não podemos deixar de observar que a este espaço de indeterminação segue-se um espaço de determinação (*na forma da lei*) que instaura restrições ao acesso dos estrangeiros à naturalização (e aos direitos dela decorrentes).

Se algumas formas gramaticais realizam a não-saturação, existem aquelas que tentam garantir a saturação. De acordo com Pêcheux (1997^b), devem “necessariamente existir termos que não sejam nomes próprios, a partir dos quais, precisamente, os nomes próprios, ou antes, as expressões parafrásticas que lhes correspondem, possam ser construídas por determinação” (p.100). Assim, segundo o exemplo apresentado por Pêcheux, *a capital da Alemanha* é uma designação possível que substitui parafrasticamente (e determina) o nome próprio Berlim, já que ambas as designações se referem ao mesmo objeto (ou, se quisermos, ao mesmo referente). Do que decorre que, “a nomes próprios 'simples' correspondem necessariamente nomes próprios compostos, não lexicalizados, mas sim constituídos por

diversos funcionamentos sintáticos” (ibid, p.100) e que na superfície lingüística não podem atestar, de modo transparente, as relações que mantêm com uma exterioridade histórica.

Podemos afirmar que toda designação é a materialização da voz *sem nome* do interdiscurso, que se lineariza e passa a constituir os enunciados (/E/), ou seja, um elemento de saber do interdiscurso próprio a uma FD se “nominaliza e se encaixa no intradiscurso sob a forma do pré-construído, como se este elemento já estivesse sempre lá” (COURTINE, 1981^a, p.36). Portanto, o pré-construído e o discurso-transverso funcionam de forma a articular as dimensões horizontal e vertical que constituem o discurso. Mas, o processo de identificação que daí resulta sofre um efeito (ideológico) de apagamento, naquilo que Pêcheux (1997^b) chamou “‘incorporação' (que) pode se dar até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que é dito” (p.168). Ou seja, o sentido que é construído a partir desta articulação que se evidencia (aos olhos do sujeito) sob a forma da universalidade do sentido.

E neste ponto, achamos de suma importância efetuar algumas considerações acerca daquilo que Frege (1978) designou como *ilusão* da linguagem e que, para Pêcheux (1997^b), deriva de um “efeito ideológico elementar” (p.153), responsável pela construção de efeitos de sentidos. Assim, oposições ideológicas que se configuram historicamente ficam marcadas no discurso por meio da materialidade lingüística, de onde se conclui que a relação de evidência que se estabelece entre nome e coisa é da ordem do imaginário. E este ponto, negado por Frege, já havia sido considerado por Spinoza. Eis o motivo pelo qual achamos importante salientar que, por meio da concepção de *imaginário*, encontramos (mais) um ponto de aproximação possível entre os pensamentos (filosófico-político) de Pêcheux e Spinoza, sempre mantendo em perspectiva as diferenças histórico-temporais existentes entre eles.

Segundo Spinoza: “a ordem e a conexão das idéias é a mesma que a ordem e a conexão das coisas”, afirmação explicada por Chauí da forma como se segue:

A imaginação, porque é dela que se trata, é um conhecimento vago, parcial e mutilado que a mente possui de seu *corpo enquanto este afeta os corpos exteriores e é por eles afetado*: nela, nossa mente conhece nosso corpo *pela imagem que dele formam os corpos exteriores* e conhece estes últimos pelas imagens deles que nosso corpo forma, não alcançando a essência singular de nenhum deles. *A afecção corpórea ou imagem e seu correlato mental, a idéia imaginativa inadequada*, inscrevem-se num sistema de relações imediatas entre os corpos, havendo, no entanto, diferença entre ambas, pois a imagem enraíza-se na natureza de nosso corpo e nele permanece, enquanto a idéia imaginativa, nascida da natureza de nossa mente, que opera articulando nexos de idéias, tende aliar-se a outras e, combinando-se com elas de maneiras variadas, torna-se um sistema independente, pretendendo, *com dados parciais e mutilados, oferecer explicações totalizantes da realidade*. Não o consegue, mas tem a ilusão de tê-lo conseguido, *crystalizando-se numa rede intrincada de preconceitos, o imaginário* (CHAUÍ, 2000, p.88). (Os grifos são nossos).

Vemos que a obra de Spinoza já apontava para um imaginário cuja base seria a relação existência/consciência: de uma existência mutilada e parcial (porque o outro é nosso espelho e nosso reflexo) resultam idéias parciais e mutiladas, mas que se organizam como se fossem a realidade em seu todo.

Amparando-se no caminho aberto por Pêcheux, Eduardo Guimarães (2005) também se dedicou ao estudo da designação, considerando-a, sob uma perspectiva materialista, como a “significação de um nome” enquanto estabelecendo “uma relação tomada na história” (p.09).

Em suas reflexões sobre o nome próprio de pessoa, visto como uma situação particular em que o nome “está em relação com aqueles que falam, que são sujeitos do dizer” (ibid, p.33), o autor passa ao largo da reduzida percepção logicista e afirma que os nomes próprios “têm a função de identificar um indivíduo biológico para o Estado e para a sociedade, é tomá-lo como sujeito”(GUIMARÃES, 2005, p.36). E segue: (...) “nomear uma pessoa é uma enunciação que funciona por um processo de determinação semântico-enunciativa em virtude de se dar no interior do processo social de identificação” (ibid, p.41). Isto nos interessa sobremaneira, uma vez que o *Estatuto do Estrangeiro*, em seu artigo 43, item II, prevê a Alteração de Assentamento:

O nome do estrangeiro, constante do registro, poderá ser alterado:

II- se tiver sentido pejorativo ou expuser o titular ao ridículo;

III- se for de pronúncia e compreensão difíceis e puder ser traduzido ou adaptado à prosódia da língua portuguesa.

Esta Alteração de Assentamento deve ser solicitada pelo estrangeiro no momento em que ele efetua o pedido de naturalização. Há todo um imaginário funcionando nesta resolução, mas não estão expressos os critérios que lhe servem de base: o que determina que um nome seja *difícil* ou que tenha um *sentido pejorativo*? Podemos também pensar até que ponto esta opção não se torna uma imposição, se considerarmos os constrangimentos a que o estrangeiro é submetido - ou imagina que poderá ser submetido - em virtude de um nome diferente. E podemos pensar em que medida um nome diferente, ao causar estranhamento (que se manifesta por meio do ridículo e da piada), não acaba funcionando como fator de exclusão.

A alteração ou a tradução do nome funciona, na prática, como uma renúncia progressiva à identidade de origem, pois se configura em uma ruptura para com o processo histórico e social de identificação anterior à naturalização. É, além disso, uma das formas pela qual a Lei promove a transformação do sujeito estrangeiro em cidadão para o Estado brasileiro. Pois, se considerarmos que *nomear* é um *ato inaugural* de interpelação do sujeito pelo Estado, veremos que a Alteração de Assentamento é (mais) uma forma de interpelar o *novo sujeito* para o *novo Estado*, destituindo-o de seus vínculos com um processo identitário, primeiramente configurado por seu nome de origem.

Lesser (2001) relata que no início do século XX, os imigrantes de origem árabe mudavam seus nomes segundo um código pré-estabelecido na comunidade: Mohamad se transformava em Manuel, *Fauzi* em Fausto e *Taufil* em Teófilo, numa tentativa de serem aceitos pela sociedade brasileira. No entanto, as alterações conservavam vínculos ocultos com os nomes originais, já que eles mantinham dois nomes, de forma a serem reconhecidos por aqueles de mesma origem, garantindo os vínculos com uma comunidade que andava dispersa pelo interior do Brasil.

Para Eduardo Guimarães (2003), a designação divide o real e categoriza o sujeito, que passa, então, a compor uma determinada categoria. Ou, se preferirmos utilizar a expressão de Rancière (1996), a designação faz com que o sujeito seja incluído em uma *contagem* (daqueles que têm ou não, voz). Citamos, portanto:

A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. (...) As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte (GUIMARÃES, 2003, p.54).

Em *Semântica do Acontecimento* (2005), Guimarães critica a visão reducionista da Lingüística Textual e afirma que a substituição lexical, longe de ser apenas um procedimento que garante a textualidade, é isto sim, “um procedimento de deriva do sentido” (p.26). Nesta reescritura, faz-se interpretar “algo como diferente de si” (ibid, p.28), projetando, portanto, algo possível de ser dito para o futuro.

Eis porque designar é um *ato* complexo, repleto de conseqüências. E para apreendê-lo em toda sua extensão, não podemos resumi-lo à análise da compreensão ou da *extensão da designação* (seja nome próprio ou simples), mas devemos basear nosso olhar, essencialmente, em

alguma coisa fundamental que está em jogo antes, ou seja, a identificação pela qual todo indivíduo ‘se reconhece’ como homem, ou também como operário, empregado, funcionário, chefe, etc., ou ainda como turco, francês, alemão etc., e como é organizada sua relação com aquilo que o representa” (PÊCHEUX, 1997^b, p.117).

Deste modo, junto com o nome, na própria condição de cidadania dos sujeitos, inscrevem-se relações de pertencimento. Há uma memória histórica que *fala* através de um nome. Portanto, o processo de mudança de nome não pode ser jamais reduzido a um ato simplesmente jurídico.

2.7. Compreendendo a designação enquanto processo

Trazemos, em seguida, um recorte de nosso corpus que, anteriormente, já havíamos considerado sob as perspectivas da Lingüística Textual e da teoria fregeana. Neste momento, pretendemos analisá-lo à luz das considerações que expusemos, de forma a ilustrá-las.

No dia 26 de setembro de 2003, aportou em Rio Grande (RS) o navio Lucy Ollendorff, de bandeira liberiana e proveniente de Lagos, na Nigéria. A bordo, chegaram três jovens nigerianos que pretendiam chegar ao Canadá. Para tanto, esconderam-se dentro do

compartimento do leme. Como a viagem foi mais demorada do que eles previam, a falta de água e comida foi premente, forçando-os a denunciar sua presença para que a tripulação do navio os retirasse do apertado compartimento. Quando o navio chegou ao porto de Rio Grande, primeira parada do navio, o capitão comunicou à Polícia Federal que os jovens se encontravam a bordo, sem a documentação necessária para o desembarque.

Os jovens, para não serem deportados, pediram asilo político junto ao CONARE⁶⁶, processo este que se estendeu por meses. A indefinição da situação legal destes sujeitos transformou-os, alternadamente, em estrangeiros prestes a receber o asilo político e em estrangeiros sujeitos à deportação. Em virtude da primeira situação, eles ficaram alojados em um hotel da cidade e participaram, durante alguns dias, de eventos beneficentes, numa tentativa de integração à cidade; como consequência da segunda, prestes à deportação, eles ficaram detidos no Presídio de Rio Grande. Estas alternâncias (de situação) tornaram-se notícias, publicadas no jornal local, o *Agora*. E percebemos que, em cada uma delas, algumas designações se mantinham funcionando ao lado das novas designações que lhes eram atribuídas.

Os recortes foram retirados da mesma fonte, o jornal *Agora*, e serão analisados quadro a quadro, segundo a data de publicação.

1º recorte:

“Navio chega a Rio Grande com três clandestinos

Os nigerianos Michael Onuoha (25 anos), Nicolas Nely Olugdeje (25 anos) e Okpoikham Osoro Wisdom (23 anos), entraram na embarcação no dia 7 de setembro, no porto de Lagos, na Nigéria.

São três trabalhadores rurais” (*Agora*, 26/09/03)

66. Segundo o Ministério da Justiça, o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) é composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e do Desporto, Departamento de Polícia Federal, Organização não-governamental que se dedica à proteção e à assistência a refugiados (atualmente, a CÁRITAS), e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Tal comitê tem por finalidade analisar o pedido sobre o reconhecimento da condição de refugiado, providenciar proteção, abrigo e assistência e integração, bem como deliberar sobre a cassação do visto ou sobre outros desdobramentos legais.

Fonte: jornal Agora (Rio Grande - RS)

Data: 26/09/03

nomeação	atributos individuais	designação/atributos comuns
Michael Onuoha	25 anos	três clandestinos
Nicolas Nely Olugdeje	25 anos	os nigerianos
Okpoikham Osoro Wisdom	23 anos	trabalhadores rurais

Para compreendermos os efeitos de sentido que a designação *clandestino* produz, devemos ter presente o fato de que a legislação brasileira é dura para com aqueles que entram no país sem a documentação necessária: a deportação é a consequência legal imediata. Assim, esta designação determina a ocupação de um lugar social específico: a partir da constituição jurídica do Estado brasileiro, o sujeito infrator da lei é inaceitável. Portanto, a designação funciona como um pré-construído que, ao ser atualizado na horizontalidade do discurso, traz à tona os saberes (verticalizados) da instituição jurídica.

Este é o motivo pelo qual eles foram designados inicialmente como *clandestinos*, nome que carrega atributos de sentido negativo, que apontam para a exclusão do sujeito, visto como aquele que *não pode* ser recebido, pois infringiu a lei e também como aquele que *não deve* ser recebido, pois ao tentar entrar no país ilegalmente, deu mostras de conduta inaceitável.

No entanto, em seguida, estes mesmos sujeitos foram re-designados como *nigerianos*, sendo acrescidos seus *nomes próprios* e a idade de cada um. Mas, isso não bastando, eles foram designados novamente, desta vez como *trabalhadores rurais*. Guimarães (2005) afirma que o nome próprio tem a função de colocar o sujeito “na sociedade com uma identificação” (p.36). Desta forma, vemos que enquanto as designações *nigerianos* e *trabalhadores rurais* constroem uma identidade civil e profissional para estes sujeitos, eles têm nomes que atestam sua origem africana. E importa salientar que as designações/atributos *nigerianos* e *trabalhadores rurais* vêm à tona *apenas* quando há referência ao embarque, ocorrido em Lagos, na Nigéria. Assim, estas designações trabalham no sentido de determiná-los como *sujeitos de direito lá*, em seu país de origem. No Brasil, eles *entraram ilegalmente* e são *clandestinos*, estando, portanto, sujeitos à deportação e com seus direitos limitados às ações legais cabíveis, como o pedido de asilo político, efetuado pelo advogado que os representa.

2º recorte:

“Conare nega pedido de asilo a nigerianos

O Comitê Nacional de Refugiados (Conare) negou o pedido de asilo para os três nigerianos que estão em Rio Grande desde setembro (...)” (Agora, 26/11/03).

Fonte: jornal Agora (Rio Grande - RS)

Data: 26/11/03

designação
1) nigerianos
2) os africanos

No dia 26 de novembro de 2003, outra notícia foi publicada e, desta vez, vemo-nos frente a uma designação que se repete: *nigerianos*. Para compreender seus efeitos de sentido, devemos ter presente o fato de que o CONARE (Comitê Nacional de Refugiados) indeferiu o pedido de asilo político dos jovens. Como consequência, a designação funciona, novamente, como pré-construídos que atualizam os saberes da ordem jurídica, a qual categoriza os sujeitos em *nacionais*, apontando para o pertencimento e em *não-nacionais*, apontando para o não-pertencimento. Assim, ao *chamá-los* de *nigerianos*, o jornal constrói uma identidade para estes sujeitos: eles são não-nacionais, estrangeiros sem documentação, cujas chances de permanecer no país se esgotaram, estando sujeitos à deportação. Portanto, vemos que a designação trabalham discursivamente no sentido de reafirmar a exclusão.

3º recorte:

“Polícia Federal procura três nigerianos

(...) são pessoas das quais nada se sabe” (Agora, 13/06/04)

Fonte: jornal Agora (Rio Grande - RS)

Data: 13/06/04

designação	atributo conferido
1) nigerianos	
2) pessoas	das quais nada se sabe

No dia 13 de junho de 2004, os jovens voltam a ser notícia e o jornal *informou* a seus leitores que, com o pedido de asilo político negado, o processo de deportação foi retomado, o que os obrigava a se apresentarem à polícia uma vez por semana. Quando os jovens souberam

que a data da deportação já havia sido marcada, eles fugiram da cidade. Logo, por não terem se apresentado no prazo legal estipulado, tornaram-se foragidos da justiça. Esta mudança de condição materializou-se nas designações/atributos que lhes foram conferidos: eles se tornaram *peessoas das quais nada se sabe*.

Pelos recortes anteriores, vemos que a designação *nigerianos* já lhes havia sido atribuída. No entanto, as novas condições sócio-histórico-ideológicas em jogo, fazem com que esta designação assuma um novo sentido, incluindo os sujeitos em outro lugar social: o de estrangeiros procurados pela polícia, portanto, vistos como ameaça, como *alienígenas*.

A designação/atributo seguinte (pessoas das quais nada se sabe) horizontaliza saberes da esfera policial e constrói um imaginário de acordo com o qual estes sujeitos são vistos como aqueles que devem ser temidos, de quem tudo se espera, pois não há certezas ou garantias quanto a sua conduta. Portanto, constituem uma ameaça e trazem insegurança aos *cidadãos de bem*.

Ao iniciarmos este capítulo, trouxemos as condições de produção dos discursos que ora analisamos, e afirmamos que as designações apontavam para um movimento designativo. Percebê-lo, só foi possível porque a perspectiva da Análise de Discurso considera o discurso em sua dimensão política, ou seja, percebendo-o como a materialização de um jogo de forças (decorrente da luta de classes) constituído pela contradição e pela desigualdade. Segundo Rancière (1996) há política porque por meio do nome ocorre a subjetivação/identificação, pois um nome não é apenas uma palavra, mas “a concretização de uma contagem”,

uma distribuição simbólica dos corpos em duas categorias: aqueles a quem se vê e a quem não se vê, os de quem há um *logos*, e aqueles acerca dos quais não há *logos*, os que falam realmente e aqueles cuja voz, para exprimir prazer e dor, apenas imita a voz articulada (RANCIÈRE, 1996,p.36).

Para realizar a análise mobilizamos procedimentos que são próprios da Análise de Discurso. Assim, ao consideramos, conforme Orlandi (1999), “a historicidade do texto em sua materialidade” (p.71), levamos em conta o fato de que um discurso não se fecha, pois seus sentidos sempre apontam para outros sentidos dispersos em outros discursos. Ao analisamos as condições sócio-histórico-ideológicas que determinaram a atualização dos pré-construídos (a memória recortada e materializada via designação), observamos, através dos recortes selecionados, que a designação não funciona separadamente de uma relação atributiva. Ao re-designar os estrangeiros (clandestinos, nigerianos e trabalhadores rurais, pessoas das quais

nada se sabe), o jornal *Agora* passa a representar os lugares sociais que eles ocupam nas relações de produção e no interior do aparelho jurídico.

Com isto, percebemos que os sujeitos, ao serem designados, foram interpelados a ocupar diversos lugares sociais. Os efeitos de sentido construídos pelas redes discursivas provocaram uma progressão que, ao longo de sua constituição, foi cristalizando certos sentidos, conforme se segue:

- 1) *estrangeiros em situação irregular e passíveis de deportação*;
- 2) *cidadãos* (mas apenas em seu país de origem);
- 3) *estrangeiros inaceitáveis*; e
- 4) *estrangeiros ameaçadores* aos cidadãos.

Portanto, ao ser designado, o sujeito-estrangeiro sofre um processo de determinação em que lhe são atribuídos lugares de ocupação/identificação que estabelecem relações de desigualdade. E quem designa tenta, por meio da atribuição/determinação, conter o sujeito *falado* dentro de limites compreensíveis que, embora por força do imaginário, asseguram a referência. É por isto que a designação - tomada no âmbito deste trabalho como sendo uma categoria de representação -, faz parte dos “processos discursivos, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes.”⁶⁷ Assim, afirmamos que não é possível estabelecer limites entre a nomeação e a designação, pois ambos são, igualmente, atos realizados no espaço do político. E, pelas implicações que acarretam, configuram-se como processos discursivos que produzem a interpelação do sujeito, incluindo-o em *contagens*, segundo a perspectiva de Rancière (1996), que perpetuam a desigualdade entre (des)semelhantes.

67. Segundo Pêcheux (1997^b, p.372).

3. O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nosso objetivo é compreender o funcionamento discursivo das designações/determinações, entendidas como *processos discursivos que efetuam a interpelação ideológica*, determinando para o sujeito lugares sociais de ocupação.

Com nosso olhar pretendemos apreender os processos de subjetivação de dois sujeitos: o *estrangeiro* e o *imigrante*. Ambos são discursivizados pela Imprensa, compreendida, teórica e analiticamente, como uma Formação Discursiva que constrói um imaginário e no interior da qual se delineiam jogos de sentidos produzidos pelo entrecruzamento das diferentes posições de sujeito. E três questões orientam nossa reflexão:

- 1) Como os estrangeiros e os imigrantes são discursivizados pela Imprensa?
- 2) Ao discursivizá-los, qual é o imaginário que a Imprensa constrói?
- 3) Ao fixar alguns sentidos em detrimento de outros, a que propósitos o imaginário construído pela imprensa atende?

E importa salientar que, para nós, o imaginário corresponde àquilo que é da ordem do *senso comum*, ou, segundo o pensamento filosófico de Spinoza, são as idéias *parciais* e mutiladas - resultantes de uma existência mutilada e parcial – que, no entanto, se organizam como se fossem a realidade em seu todo.

Para alcançarmos nosso objetivo, observaremos o processo de articulação das duas dimensões do discurso, segundo a proposta de Courtine (1981^a), que o concebe como sendo um “objeto com dois modos de existência” (p.44). Isto porque o discurso comporta duas dimensões, sendo que em ambas o enunciado se insere em uma série de formulações com a qual ele irá se relacionar de diversas formas: fazendo referência, repetindo, modificando, marcando oposição etc.

A primeira, portanto, é a dimensão horizontal (ou intradiscursiva), na qual o enunciado se inscreve como um elemento pertencente a uma seqüência discursiva. Nesta dimensão, o

enunciado considerado e as formulações com as quais ele se relaciona são caracterizadas pela dominância de uma FD e por condições de produção homogêneas ou heterogêneas.

A segunda, por sua vez, é a dimensão vertical, (ou interdiscursiva) na qual um enunciado se relaciona com formulações produzidas sob condições de produção heterogêneas e que pertencem a uma ou a diversas Formações Discursivas. Entre o enunciado considerado e as formulações podem existir relações de antagonismo, aliança, recobrimento, contradição etc.

Para realizar as análises utilizaremos orientações teóricas também propostas por Courtine (1981^a), o que implica:

a) determinar as condições de formação de uma Formação Discursiva a partir de um processo histórico;

b) determinar a formação discursiva de referência, a partir da qual serão tomadas as seqüências discursivas de referência (sdrs) que serão analisadas;

c) articular os elementos constantes nos itens *a* e *b*.

Desta forma, será possível articular as dimensões horizontal e vertical dos discursos, ou, nas palavras de Courtine (1981^a) “autorizará a alcançar as relações entre interdiscurso e intradiscurso, enunciado e formulação, sujeito de saber próprio à FD de referência e sujeito enunciator, memória e atualidade” (p.55).

3.1. Sobre o corpus

Para fins específicos de realização desta pesquisa, tomamos como base o critério qualitativo, ao invés de um critério quantitativo, que nos obrigaria a explorar um elevado número de jornais. Esta decisão se deve ao fato de que são raras as reportagens e notícias sobre a recente chegada de estrangeiros ao Brasil. Da mesma forma, também são raras as publicações que permitem que a voz do sujeito-imigrante se faça ouvir. Uma outra justificativa, sob o ponto de vista teórico, consiste no fato de que, sob a perspectiva da Análise de Discurso, não é a quantidade de textos investigados que garante ao analista um domínio sobre os processos discursivos, mas a condição de representatividade dos textos em estudo.

Assim, nossa seleção recai sobre os recortes, os objetos discursivos, e é a representatividade dos *fatos* que nos permitirá chegar ao processo discursivo.

Delimitamos como pertencentes à Formação Discursiva da Imprensa os jornais *Zero Hora* (RS), *Folha de São Paulo* (SP), *Agora* (RS), *São Paulo-Shimbum* (SP), *Nippo-Brasil* (SP) e *Portugal em Foco: um jornal luso-brasileiro* (SP), bem como a revista *Marie Claire* (Ed. Globo). Todos os exemplares analisados recobrem um espaço temporal específico: os (recentes) anos de 2002, 2003 e 2004. E é a discursivização do estrangeiro e do imigrante que funciona como elo, que confere unidade às diferentes publicações, permitindo que as tratemos como corpus. Corpus esse heterogêneo, em virtude dos comprometimentos ideológicos dos órgãos de imprensa, cujas políticas editoriais são determinadas pelos interesses sociais e econômicos que as comandam.

Os jornais e a revista materializam, via enunciados, os saberes da Formação Discursiva da Imprensa (FDI), reproduzindo-os e transformando-os em função da heterogeneidade que a constitui. Para compreender as contradições que lhe são constitutivas, trabalharemos com a categoria teórico-analítica de posição-sujeito. Desta forma, as publicações que constituem nosso corpus são representativas da heterogeneidade da FD da Imprensa. Os saberes discursivizados nos permitirão responder às questões que conduzem nossas reflexões, pois são eles que nos indicam as “confluências e exclusões, posto que uma FD está colocada, sempre, sob o primado da contradição, a partir de uma perspectiva marxista-dialética” (RASIA, 2004, p.150).

Faz-se necessário chamar a atenção também para o fato de que a presença do *Estatuto do Estrangeiro*, bem como as formas pelas quais o estrangeiro é aí discursivizado, constituirão pontos de referência fundamentais para que possamos delimitar as contradições que se inscrevem no processo de construção/retificação de um imaginário sobre o estrangeiro e sobre o imigrante no país.

Este capítulo compreende, de acordo com nossos propósitos, as seções que se seguem:

3.2. Condições de Formação da Formação Discursiva da Imprensa: um percurso histórico.

Nesta primeira seção, apresentaremos um percurso histórico da Formação Discursiva da Imprensa, mostrando suas condições de formação de maneira a tornar visível a heterogeneidade que a constitui.

3.3. O gesto analítico investigando a Formação Discursiva da Imprensa.

A finalidade desta seção será discorrer sobre os fatores que sobredeterminam a Formação Discursiva da Imprensa, fatores estes que são refratados nos discursos, mas que determinam a construção de um imaginário de país que se propaga e se cristaliza.

3.4. A Lei determinando lugares sociais de ocupação para o sujeito: estrangeiro ou imigrante?

Devido à natureza de nosso corpus, cumpre-nos salientar que ser estrangeiro e ser imigrante são condições jurídicas diferentes. Portanto, nessa seção veremos em que consiste esta diferença e explicitaremos as diretrizes do *Estatuto do Estrangeiro*, cuja finalidade é definir a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

3.5. Realizando as análises.

Este é o momento em que realizaremos as análises das seqüências discursivas selecionadas, com vistas a compreender o processo discursivo que se instaura por meio da Formação Discursiva da Imprensa.

3.2. As Condições de Formação da Formação Discursiva da Imprensa: um percurso histórico

A fim de que possamos compreender as contradições existentes no interior da Formação Discursiva da Imprensa realizaremos, a partir deste momento, um percurso pela história de sua formação. E estabelecemos como ponto de partida o início do século XX, quando o Brasil (ainda) sofria os efeitos do fim do regime monárquico e se encaminhava para a consolidação do regime capitalista.

No início do século XX, o Brasil passava por um período de mobilizações sociais significativas, frutos de ações e acontecimentos que haviam se desenvolvido no século precedente, tais como:

a queda da monarquia e conseqüente instauração da República (...) como acontecimentos adjacentes a esse, e não menos decisórios na configuração de sua formação econômico-cultural, outros como o desenvolvimento industrial, a abolição da escravatura e movimentos imigratórios (RASIA, 2004, p.161).

A estes, podemos acrescentar mais dois, dignos de destaque em função de sua relevância histórica e social: a constituição do Partido Operário, em 1890, e a realização do Primeiro Congresso Socialista Brasileiro, em 1892.⁶⁸

Neste período, o Brasil recebia imigrantes de várias partes do mundo que vinham, em sua grande maioria, para trabalhar nas lavouras, em substituição à mão-de-obra escrava. Alemães, italianos, chineses, japoneses e judeus vindos de várias regiões da Europa foram alocados, em um primeiro momento, no interior e nos pontos extremos do Brasil. Muitos vieram para substituir a mão-de-obra escrava; outros vieram para colonizar regiões da Amazônia, do Acre e do Rio Grande do Sul, a fim de garantir a conservação das fronteiras. Alguns estrangeiros, no entanto, sobretudo os de origem árabe, estabeleceram-se de imediato nas cidades, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do comércio:

Eram as relações pessoais que permitiam aos mascates sírios e libaneses obter crédito, que por sua vez eles repassavam a seus clientes, uma inovação radical num país que apenas recentemente havia trocado o trabalho escravo pelo assalariado (LESSER, 2001, p.99).

O governo brasileiro precisava desesperadamente deste contingente estrangeiro, mas a sociedade brasileira se dividia quanto a esta questão. Enquanto parte dela era favorável à vinda de imigrantes, muitos a viam como uma *invasão* a qual reservavam olhares de desconfiança. E os adeptos do movimento nacionalista levantavam sua voz em defesa da identidade nacional. Esta disputa se legitimou por meio dos discursos, transformando-se em uma *batalha* discursiva que ganhou destaque na imprensa. Seu auge ocorreu durante o governo Vargas, com a solidificação de um projeto político de (re)construção de um imaginário social de cidadania brasileira.

É dentro deste contexto histórico, segmentado entre os interesses das oligarquias brasileiras, dos latifundiários, dos proprietários de fábricas nos centros urbanos, e dos imigrantes estabelecidos no Brasil como operários, que se constitui a imprensa brasileira,

68. Segundo Zandwais (2005^a, p.14).

significativamente atrelada aos interesses dos proprietários rurais, urbanos e do Estado de direito, mas também dividida, na medida em que passa a ser objeto de propagação dos interesses dos operários.

3.2.1. Surge a "pequena imprensa"⁶⁹

Desde as últimas décadas do século XIX os estudantes já vinham se organizando em torno da causa abolicionista e do movimento republicano. Em 1901, eles fundaram, no Rio de Janeiro, a Federação dos Estudantes, cuja finalidade era institucionalizar o meio estudantil, com base no moldes da Federação Operária. O manifesto estudantil, de cunho eminentemente socialista, previa a instrução do operariado, “como meio de facilitar a solução do problema social” (SODRÉ, 1999, p.307), e o órgão de divulgação das idéias da entidade era o jornal *A Lanterna*, que dedicava uma seção para cada Faculdade.

A 7 de abril de 1908, Gustavo de Lacerda, socialista convicto, fundou a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cujo objetivo era fazer com que “a classe jornalística se tornasse uma força orientadora da sociedade” (ibid, p.308). Para tanto, seu fundador previa, entre outras iniciativas, a instituição de cursos profissionalizantes para os associados. Vale salientar que esta associação já nasceu cindida por interesses antagônicos, pois, embora o capitalismo ainda fosse incipiente no país, já dividia a classe jornalística em proprietários (de um lado) e pessoal da redação (de outro), cada qual defendendo seus interesses.

É a partir de 1908, também, que teve início a corrente imigratória que trouxe ao país muitos japoneses. Foram eles os responsáveis, por exemplo, pelo aumento da produção de arroz⁷⁰ e este fato é importante porque, nas palavras de Lesser (2001) “o sucesso agrícola forneceu os meios para a criação de uma cultura nipo-brasileira nascente” (p.167). Isto se traduziu em escolas, importação de livros e fundação de jornais, sendo corrente o dito: “dois japoneses formam uma associação, e três fundam um jornal”.⁷¹

69. Esta classificação em pequena e grande imprensa foi inaugurada por Sodré (1999) para diferenciar os meios de comunicação em função de seu posicionamento político-ideológico.

70. Lesser (2001) afirma que o sucesso agrícola dos japoneses fez com que, em 1923, o Brasil se transformasse em exportador deste cereal, fato este que se mostrou determinante para que os japoneses fossem positivamente discursivizados por parte da imprensa.

71. Segundo LESSER (2001, p. 76).

Em 1914, circulavam catorze jornais em língua árabe. Sua função, segundo Lesser (2001), “era dupla e contraditória: a língua árabe ajudava a manter a cultura pré-imigratória e os artigos sobre como negociar a vida no novo ambiente (fornecendo orientação sobre como conseguir emprego e moradia) contribuíam para a aculturação dos imigrantes” (p.103), na medida em que promoviam a adaptação ao modo de vida brasileiro. Este também era o perfil dos jornais editados em língua japonesa, como o *Nippak Shimbun* (Notícias Nipo-Brasileiras) - fundado em 1916 - que procurava “estabelecer uma identidade local e atingia entre 80% e 90% de todos os japoneses e nipo-brasileiros vivendo em áreas rurais” (ibid, p.167). Para tanto, o jornal trazia:

(...) informações tiradas de jornais brasileiros, que não chegavam ao interior, abrindo uma janela para a vida da maioria que, de outro modo, não estaria acessível. Os jornais, além disso, ofereciam espaço para formas culturais específicas da vida dos imigrantes (LESSER, 2001, p.168).

Também a classe operária - formada em sua maioria por imigrantes italianos, alemães e espanhóis - organizava-se em sindicatos e associações, incentivados por socialistas e anarquistas. Embora diferissem em princípios e objetivos, estas duas correntes, a fim de manter a união da classe operária, adotam, segundo Zandwais (2005^a), “o princípio da unidade na diversidade e colocam em prática algumas estratégias que visam a divulgação de resoluções e táticas de enfrentamento político” (p.15). E citamos ainda:

É, pois, com base no reconhecimento da eficácia da propaganda da organização sindical que passam a tornar-se orgânicas as seguintes práticas: a) produção de folhetos, com edições tanto em Língua Portuguesa como em outras línguas, particularmente a italiana e a alemã, com o objetivo de interpelar os operários estrangeiros ainda não mobilizados em favor da causa sindical; b) realização de palestras, conferências, comícios e representações teatrais com ampla divulgação de ideais libertários; c) instituição de colunas nos jornais sob a forma de tribunas livres ou abertas a contradições, abrigando diferentes tendências políticas e depoimentos da classe operária; d) produção e circulação de periódicos anarquistas e socialistas nas grandes capitais e no interior, com o objetivo de mobilizar tanto os trabalhadores urbanos como rurais (ibid, p.18).

Existia, então, uma imprensa formada por pequenos jornais, cujos jornalistas se engajaram nas questões sociais frente às quais desempenhavam o papel de formadores de opinião da sociedade. Muitos deles eram estrangeiros e, dentre estes, havia predominantemente militantes anarquistas. Assim, nas palavras de Sodré (1999): “o anarquismo vivia em muito da atividade de imigrantes; a resposta das autoridades à agitação

que desenvolviam foi pronta e radical; começou a ser aplicada a legislação que permitia expulsá-los” (p.313).

A legislação à qual Sodré (1999) se refere é o artigo 1º do Decreto-lei 1.641, de 7 de janeiro de 1907, conhecido até hoje como *Lei Adolpho Gordo*, que garantia o direito de resposta às acusações levantadas pela Imprensa operária ou paralela e a expulsão dos estrangeiros, cuja periculosidade comprometesse a segurança nacional. Para tanto, não havia necessidade de provas, bastava a acusação patronal ou policial.

É importante salientar que, nesta época, as condições de trabalho nas indústrias brasileiras nada deixavam a desejar àquelas dos anos iniciais da Revolução Industrial, na Inglaterra. Atenta à situação, a imprensa investigou a questão do trabalho do menor, publicando uma série de reportagens intituladas *As crianças nas fábricas*, “em que apresentou um desfile de crianças nas noites paulistanas estampando no rosto o cansaço da labuta em horas em que deveriam estar repousando” (LOPREATO, 2000, p.79).

Aliada às péssimas condições de trabalho nas fábricas e aos baixos salários recebidos, havia o que Lopreato (2000) chamou de *crise do pão*: gêneros alimentícios falsificados, adulterados e, a cada dia, mais caros, geravam protestos por parte da população paulista.⁷² A imprensa, atenta à situação, pressionou o governo para que este tomasse providências em relação aos atravessadores, responsáveis pelo desvio e pela adulteração de alimentos.

A mobilização do operariado, apoiado por uma imprensa atuante, resultou na greve geral de 1917, que paralisou a cidade de São Paulo durante uma semana, entre os dias 9 e 17 de julho. Em solidariedade, muitos operários de cidades do interior do estado de São Paulo também paralisaram suas atividades, ampliando o movimento e despertando as autoridades para as conseqüências de tais mobilizações.

Com o intuito de se tornarem mediadores das negociações, os jornalistas de diversos jornais escreveram o *Apelo dos Jornalistas*, assinado por representantes de jornais de

72. Afirma Lopreato (2000): “Substâncias tóxicas como areia, caolim e serragem de madeira eram adicionadas ao açúcar, farinha de trigo e farinha de mandioca (...). O leite era aumentado com água e polvilho e ao sal misturava-se areia e vidro moído” (p.75).

circulação diária de diversas tendências: *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *Jornal do Comércio*, *Fanfulla*, *Diário Popular*, *Gazeta*, *Platéia*, *Capital*, *Il Piccolo*. A intermediação de uma Comissão de Imprensa foi aceita por representantes dos grevistas, dos patrões e do governo e as reuniões se realizaram na redação do *Estado de São Paulo*. Esta Comissão era integrada por jornalistas de: *A Nação*, *O Diário Espanhol*, *A Gazeta*, *O Combate* e *Germânia*, sendo seus artigos sobre as negociações acompanhadas pela população paulistana. De acordo com Lopreato (2000) “a comissão mostrou-se capaz de colocar o conflito operário no campo da realidade prática: quebrou relutâncias, dissipou mal-entendidos e desfez intransigências” (p.62).

Não devemos, entretanto, imaginar que esta comissão tinha uma posição homogênea frente à greve geral. Jornais como *A Platéia* e *A Nação*, já tinham denunciado a iminência de uma greve como sendo “um desvirtuamento do movimento grevista pela ação subversiva dos anarquistas que insuflaram os trabalhadores a decretarem a greve geral na cidade de São Paulo” (ibid, p.202).

3.2.2. A pequena imprensa é “amordaçada”

A greve geral de 1917 foi um acontecimento com inúmeras conseqüências e ressonâncias. Para nossa reflexão, importam principalmente duas: a perseguição e expulsão sumária dos anarquistas e o *empastelamento*⁷³ da pequena imprensa. Lembramos que, em 1918, houve uma greve geral de menores proporções no Rio de Janeiro e, segundo Sodré (1999), foram estas greves que “excitaram as autoridades e intensificaram a repressão” (p.319), determinando a expulsão dos estrangeiros envolvidos em movimentos políticos.

Este processo de repressão foi longo⁷⁴ e as autoridades encontraram na *Lei Adolpho*

73. Segundo expressão cunhada por Sodré (1999).

74. Salientamos que foi neste contexto de repressão à imprensa que irrompeu a Revolução Tenentista de 1922, cujos desdobramentos se fizeram sentir até o golpe de Estado perpetrado por Getúlio Vargas.

Gordo o respaldo jurídico necessário para limitar a liberdade de imprensa. Muitos jornais, como o *A Classe Operária*, continuaram circulando na clandestinidade. E citamos:

Daí por diante (em 1925, grifo nosso) e durante quinze anos, a luta por mantê-la foi terrível: tipografias foram empasteladas pela polícia, às dezenas; gráficos e redatores, às dezenas foram presos, torturados e mortos; o jornal reaparecia sempre, sob aspectos gráficos os mais variados (SODRÉ, 1999, p. 322).

3.2.3. A imprensa que pôde falar

Enquanto a pequena imprensa, que defendia os interesses das classes dominadas, era violentamente calada, a imprensa que defendia os interesses das oligarquias se fortalecia, preparando-se para competir em uma sociedade cada vez mais capitalista. Foi este segmento da imprensa que, ao dizer o que podia (e devia ser dito), foi, governo após governo, conquistando um papel de representatividade que foi discursivamente legitimado. Desta forma, ela se transformou naquilo que reconhecemos como sendo a *grande imprensa*, segundo o termo também cunhado por Sodré (1999), e que até os dias atuais serve para identificar a filiação ideológica dos órgãos que a ela pertencem.

Neste cenário inicial que desenhemos, a imprensa se encontra em fase de modernização, importando técnicas e tecnologias, dentre as quais apresentamos aquelas que se mostraram especialmente relevantes para a época: o jornal o *Estado de São Paulo* adquire a primeira rotativa Marinoni, passando a apresentar uma tiragem diária de 35.000 exemplares; o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, adquire as primeiras máquinas de impressão a cores e, imitando os jornais europeus e americanos, passa os pequenos anúncios para a primeira página, num prenúncio do futuro poder da propaganda. Também no Rio de Janeiro, surge o jornal *A Noite*, precursor de *O Globo*, definido como um “jornal moderno, bem diagramado, feito por profissionais competentes” (SODRÉ, 1999, p.330).

Enquanto a grande imprensa se desenvolvia tecnologicamente, os jornais serviam de meio material para que a identidade nacional fosse discursivizada. Durante todo o início do século XX foram reproduzidos inúmeros discursos públicos sobre o que significava ser brasileiro e sobre quem, por direito, merecia esta designação. Noções advindas do século XIX, como raça, cor e etnia, sobrevivem nos discursos do século XX, mas seu significado desliza ao sabor das conveniências de se receber (ou não) determinado grupo. Pois, como

conseqüência do avanço do capitalismo, a noção de pertencimento (ou não) torna-se interdependente da noção de produtividade econômica.

Se, em um primeiro momento, os imigrantes alemães, portugueses, espanhóis e italianos foram considerados *braços para a lavoura*, seu intenso ativismo social, como vimos, transformou-os em imigrantes indesejáveis. Em conseqüência, outros grupos não-europeus tornaram-se bem-vindos. Assim, os discursos sobre os imigrantes sírios, libaneses, japoneses e chineses passaram a valorizar sua produtividade, em detrimento da cor da pele. E falar em um Brasil *mais árabe* ou *mais japonês*, tornou-se o *mesmo* que falar em sucesso econômico.

Segundo Lesser (2001), foi a partir dos anos 20 que “começaram a despontar os discursos racistas brasileiros, que deram início a uma nova campanha pública contra o grande número de imigrantes não-brancos que chegavam ao país” (p.169). Para tentar reverter a opinião pública, os embaixadores japoneses garantiram que o Japão seria um grande consumidor do café brasileiro. Assim, “o Brasil se tornou um destino importante em grande parte porque os setores público e privado japoneses vincularam a imigração e os investimentos numa política coerente” (LESSER, 2001, p.175).

No entanto, a chegada contínua e numerosa de imigrantes japoneses fez com que a campanha anti-nipônica tomasse corpo. Seu discurso enfatizava o perigo de um *levante* que faria o Brasil se curvar ao Império do Sol Nascente. E este perigo se concentrava nas inúmeras - e bem organizadas - colônias japonesas. Jornais pró e contra os japoneses se manifestaram e, discursivamente, construíram um imaginário sobre estes imigrantes. Nos jornais que lhes eram contrários, eles foram designados como *indesejáveis*, *não-assimiláveis*, *ambiciosos*, *guerreiros* e *místicos*⁷⁵. Trazemos, a título de ilustração, o seguinte recorte:

75. Salientamos que para escrever seu livro *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil* (2001), Jeffrey Lesser, professor de História da Universidade de Connecticut, realizou uma pesquisa documental extensa e minuciosa. Tal levantamento nos serviu de base para compreendermos o processo de discursivização do imigrante na primeira metade do século XX. Nosso olhar de analista de discurso percebeu, nos inúmeros exemplos apresentados por Lesser na citada obra, as designações por meio das quais se efetuou o processo de discursivização dos imigrantes e da aceitabilidade dos mesmos. Recorremos a elas para ilustrar nossa abordagem histórica do processo de discursivização efetuado pela Imprensa. A pesquisa documental deste autor contempla jornais como: *O Jornal* (RJ), *Jornal do Comércio* (SP), *O Paiz* (RJ), *A Lavoura* (Publicação da Secretaria Nacional de Agricultura), *O Estado de São Paulo* (SP), *Correio Paulistano* (SP), *Correio da Manhã* (RJ), *A Imprensa* (RJ) e *Gazeta de Notícias* (RJ).

(...) ninguém pode sentir simpatia por esses imigrantes que não se assimilam, nem sequer gastam seus grandes salários no lugar onde eles o ganham de forma tão mesquinha. (*O Jornal*, Rio de Janeiro)⁷⁶

Os jornais e outras publicações que lhes eram favoráveis, por sua vez, construíram um imaginário calcado em atributos que lhes ressaltavam a industriabilidade, a disciplina, o asseio e o respeito pela lei e pela ordem. A Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, segundo o exemplo trazido por Lesser (2001, p.182) afirmava: “(...) o japonês ocupa, hoje, lugar de destaque entre os povos que têm trazido o seu concurso ao nosso desenvolvimento”.

3.2.4. A imprensa durante o governo Vargas

A década de 1930 foi marcada por um golpe de Estado que resultou na chegada de Getúlio Vargas ao poder. À medida que a situação política da Europa se tornava complexa e o mundo se encaminhava para uma nova guerra, os políticos e intelectuais brasileiros se dividiam entre aqueles que defendiam a manutenção do fluxo imigratório e aqueles que lutavam por sua interrupção.

Os que pertenciam ao grupo pró-imigração afirmavam que os imigrantes eram responsáveis pelo crescimento econômico e cultural do Brasil. Além disso, em seus discursos, os estrangeiros eram apresentados como sendo gentis e facilmente assimiláveis. E como prova de assimilação, apresentavam depoimentos e fotografias de casamentos inter-étnicos bem sucedidos, cujos descendentes eram *brasileiros legítimos*, silenciando o fato de que, estatisticamente, estas uniões eram numericamente insignificantes.

Por outro lado, aqueles que desejavam um país branco e católico utilizavam fortes argumentos contra a vinda de imigrantes, vista como fator de desestabilização econômica e social. Para o grupo anti-imigração, os imigrantes eram os responsáveis pela falta de empregos, suas ações geravam a desordem política e econômica e, além disso, eles representavam uma real ameaça à segurança nacional.

E era principalmente por meio dos jornais de maior circulação que estes discursos se propagavam. Como na época as linhas editoriais eram bem marcadas, havia, entre eles,

76. Segundo exemplo trazido por Lesser (2001, p.178).

diferenças visíveis de posicionamento. Lesser (2001) calcula que “dos 27 jornais existentes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Campinas, treze eram favoráveis e sete eram militantemente contrários à vinda de imigrantes” (p.214). Este era um momento em que apenas a *Folha da Manhã*, de São Paulo e *O Globo*, do Rio de Janeiro publicavam artigos nos dois sentidos, pois, mesmo nesta época, eles já incluíam matérias pagas.

O governo de Getúlio Vargas, favorável ao grupo anti-imigrantes, forneceu meios legais para que a *ameaça estrangeira* fosse contida através:

a) da Lei da Nacionalização do Trabalho que garantia ao trabalhador brasileiro a ocupação de dois terços das vagas nas empresas. Conseqüentemente, aos imigrantes restavam um terço das vagas;

b) do Conselho de Imigração e Colonização, criado em 1938, e que instituiu *cotas* a fim de restringir a imigração;

c) da abolição da liberdade de imprensa e a instituição da censura, com a instalação, nos Estados, de Departamentos Estaduais de Imprensa, subordinados ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Assim, muitos jornais passaram à clandestinidade, a partir:

I) da proibição de produção e circulação de jornais, livros, revistas, panfletos etc., em língua estrangeira, com a conseqüente prisão dos portadores de qualquer publicação;

II) da intervenção federal (executada pelos governos estaduais) nas comunidades de imigrantes, proibindo-se o uso e o ensino das línguas estrangeiras na escola brasileira.

Os imigrantes ainda *desejáveis* eram aqueles provenientes de uma Europa branca e católica, o que levou muitos deles, sobretudo japoneses, a batizarem seus filhos na Igreja Católica Apostólica Romana, numa demonstração de boa-vontade e assimilação.

Durante o governo Vargas, a imprensa que sobrevivera à censura dos períodos anteriores (por ter falado aquilo que imaginava poder ser dito), foi brutalmente reprimida e cerceada por leis rigorosas. Jornais foram destruídos, donos de jornais e jornalistas foram presos. Mais uma vez o aparelho jurídico foi em socorro do aparelho estatal, calando pela força, as vozes dissonantes.

A partir de 1942, quando Vargas rompeu com os países do Eixo, iniciou-se uma campanha para projetar internacionalmente uma imagem positiva do Brasil, inclusive em relação às questões raciais. O envio dos pracinhas para a Itália foi emblemático desta nova postura do governo, contribuindo para que o Brasil conquistasse o direito de se tornar um parceiro das nações aliadas. Frente a este fato, teve início um processo de silenciamento dos discursos racistas e fascistas, instaurando-se um discurso de convivência harmoniosa com o *diferente*. Este processo, ao cristalizar certos sentidos, resultou na construção de um imaginário de Brasil: país receptivo e acolhedor para com os imigrantes, onde imperava a democracia étnico-racial.

3.2.5. A imprensa corporativa

Os anos de 1960 vêm se desenvolver, no Brasil, uma imprensa essencialmente empresarial, resultado de um capitalismo cada vez mais estruturado e forte. Surgem, assim, as grandes e complexas corporações que reúnem revistas, jornais, emissoras de rádio e televisão.

Os jornais já existentes se tornam, por força das leis de mercado, tão complexos em seu funcionamento e organização que exigem muito capital para que possam continuar atuando. Em decorrência, jornais centenários se extinguem, enquanto pouquíssimos se mantêm no mercado. Não podemos esquecer que este desenvolvimento se deu sob o jugo da ditadura e da censura à imprensa através de dispositivo de lei.⁷⁷ Mais uma vez, as vozes discordantes foram caladas, fortalecendo-se àquelas que falavam o que *podia ser dito*. Assim, nas palavras de Sodré (1999), “o jornal é menos livre quanto maior como empresa” (p. 448).

Nos anos 80, surgem alguns novos jornais de grande porte, mas sempre como mais um *braço* das grandes corporações que já dominam o mercado. As revistas, em contrapartida,

77. Referimo-nos ao dispositivo de Lei conhecido como AI5 (Ato Institucional nº5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, quatro anos após o golpe militar. Tal instrumento foi utilizado pelos militares para dar poderes extraordinários, tanto ao presidente da República quanto a seus representantes designados. Dentre outras medidas, o AI5 determinou a suspensão dos direitos políticos, fixou restrições e proibições relativamente ao exercício de quaisquer direitos públicos ou privados.

proliferam: surgem aos montes, disputando segmentos específicos de mercado, numa tentativa de abarcar a heterogeneidade de leitores e de anunciantes. Neste contexto, não há mais censura explícita à imprensa, determinada por regimes de governo. No entanto, ela continua existindo, travestida em normas que regulam a profissão de jornalista (bem como seu acesso a ela), sujeita à uma jurisprudência própria.

O aspecto fundamental desta imprensa corporativa é a forma como ela se relaciona com seu objeto: a informação comercializada. Esta informação-mercadoria - colhida pelos jornalistas que saem a campo - é rapidamente selecionada e comercializada, pois cada espaço dos jornais e revistas é avaliado em função de sua maior ou menor visibilidade (e conseqüente rentabilidade). Movidos pela certeza de que tempo é dinheiro, os órgãos desta imprensa empresarial lutam para serem os primeiros a divulgar aquilo que é notícia, ou seja, aquilo que pode mobilizar ou sensibilizar o leitor-consumidor.

Seguindo o pensamento filosófico de Spinoza (e deslocando-o para o contexto atual), vemos uma Imprensa que discursiviza *os temores e os desejos* ideologicamente construídos pelo Aparelho Estatal, de forma a produzir um efeito de credibilidade para os cidadãos-leitores. Assim, tanto os fatos quanto a interpretação que a imprensa lhes dá direcionam os sentidos de forma a construir uma realidade que acaba sendo aceita pela maioria como única e verdadeira.

E os fatos que se tornam notícia podem ter relevância apenas dentro do cenário local. Se, conjunturalmente, tiverem relevância nacional (ou mesmo internacional) são rapidamente repassados às agências de notícias (nacionais e internacionais) que se encarregam de distribuí-las aos jornais que lhes são filiados. É por isso que vemos pequenos e grandes jornais, sejam do interior ou das capitais, divulgando a *mesma* notícia. Isto provoca, segundo as palavras de Sodré (1999), “uma impressionante uniformidade de posições” (p.14).

3.3. O gesto analítico investigando a Formação Discursiva da Imprensa

O percurso histórico da Imprensa nos mostrou que foram os fatores políticos e econômicos que sobredeterminaram os discursos sobre os imigrantes que circularam na imprensa do início do século passado. Já neste período, a aceitabilidade, ou a inaceitabilidade, variava ao sabor dos interesses econômicos em jogo e do modo como a sectarização em torno

de critérios como cor e raça seria refratada. Era a nação construindo um imaginário que se impunha como realidade. Afinal, o fim da escravidão e o início da República eram acontecimentos recentes, portanto, os saberes próprios a um sistema monárquico e escravagista ainda circulavam com força. Eis porque, em meio a um capitalismo incipiente, havia espaço para a perpetuação da mais-valia travestida sob outra roupagem: a exploração não mais dos negros e índios, mas dos imigrantes.

Houve, portanto, um período de transição até que o capitalismo se tornasse o sistema econômico dominante. Este período se estendeu até o início dos anos 40, materializando-se por meio dos discursos veiculados pela imprensa que podia falar e que, como vimos, desenvolveu-se até atingir as proporções da grande imprensa dos dias atuais. Assim, nos discursos em que a sobredeterminação advinha do capitalismo, os imigrantes eram *aceitáveis*, pois se constituíam em fatores de desenvolvimento econômico. Portanto, eram discursivamente designados como sendo *produtivos* e *facilmente assimiláveis*, já que contribuía com o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil. Por outro lado, o que tais discursos procuravam refratar era o fato de que os imigrantes eram *inaceitáveis*, embora necessários. E, por serem necessários ao Estado, deveriam estar sob seu controle. Para tanto, criaram-se leis de forma a restringir-lhes a liberdade, tais como o decreto-lei nº 1545, promulgado durante a Era Vargas, o qual estabelecia:

II) Evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem em um só Estado ou região;

*V) Fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, se necessário, inspeções secretas.*⁷⁸

Importa salientar que nos discursos atuais da Imprensa ressoam sentidos decorrentes da construção de um imaginário segundo o qual em nosso país impera a democracia racial e todos são bem-vindos, cujas bases ideológicas remontam, como vimos, ao governo de Getúlio Vargas. E as práticas de exclusão das minorias - negros, índios e estrangeiros de países pobres e de cor escura - são fortes evidências de que o imaginário nacional-socialista ainda sobrevive no país.

78. Segundo Zandwais, em comunicação apresentada no II SEAD, Porto Alegre, UFRGS, nov.2005.

Portanto, no que se refere ao tema de investigação deste trabalho, podemos afirmar que a Formação Discursiva da Imprensa (FDI), que tomamos como Formação Discursiva de Referência (FDR) para as análises que se seguirão, é uma *reconfiguração* da FD Nacional-socialista que já aí estava, produzindo discursos, no início do século XX, quando havia programas governamentais ambíguos de incentivo à imigração. O que as distingue são as condições sócio-históricas próprias a cada uma. O que as aproxima e permite que falemos em reconfiguração, são as ideologias que as movem: sobredeterminadas por fatores econômicos, ambas materializam, via designação, os interesses das classes dominantes que detêm o poder na sociedade brasileira.

3.4. A Lei determinando lugares sociais de ocupação para o sujeito: estrangeiro ou imigrante?

A natureza de nosso corpus nos leva a explicitar, neste momento, o que o discurso jurídico (que sobredetermina o discurso da Imprensa) entende por *estrangeiro* e por *imigrante* e, para tanto, baseamo-nos no *Estatuto do Estrangeiro*, o qual regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, com vistas a definir a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

A distinção que a Legislação brasileira efetua entre *estrangeiro* e *imigrante* é essencial porque, a nosso ver, utilizar uma ou outra designação não é uma escolha desprovida de sentidos; pelo contrário: a opção por uma delas tem motivações sócio-histórico-ideológicas e movimentam sentidos que resultam na atribuição de lugares sociais específicos.

3.4.1. O estrangeiro

Segundo o *Estatuto do Estrangeiro*, *estrangeiro* é todo o *não-nacional* que está em solo nacional. Em seu primeiro artigo, o Estatuto já restringe a entrada e permanência do estrangeiro ao afirmar: *em tempos de paz, qualquer estrangeiro pode, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais*. E aqui nos reportamos a Pêcheux (1997^b), quando este afirma que o discurso jurídico se vale de mecanismos lingüísticos (os pronomes indeterminados) para tornar todo e qualquer sujeito passível de penalização, exercendo absoluto controle sobre os sujeitos de direito.

O artigo 2º especifica ainda mais as restrições, ampliando o leque de critérios que promovem a exclusão: *na aplicação desta Lei, atender-se-á, precipuamente, à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.*

Ao estrangeiro que se encontra em solo nacional podem ser concedidos vistos temporários de diversas categorias, como os de trânsito, de turista, temporário, diplomático, de cortesia e permanente, sendo que cada um deles representa uma determinada condição jurídica. Aqueles que não possuem visto são *clandestinos*, passíveis de expulsão⁷⁹.

O visto permanente, a despeito do nome, deve ser renovado a cada cinco anos. Para consegui-lo, as exigências são muitas: ter 18 anos ou mais, ou algum responsável legal; não ser nocivo à ordem pública e aos interesses nacionais; não ter cometido crime doloso em nenhum outro país; ter saúde perfeita⁸⁰ e conduta legal exemplar. Além disso, o estrangeiro terá de apresentar um endereço fixo, do qual somente poderá se mudar se avisar às autoridades com 30 dias de antecedência.

Salientamos que o candidato ao visto permanente, satisfeitas as condições acima citadas, deverá também apresentar um contrato de trabalho que comprove sua vinculação empregatícia. A validade deste contrato está sujeita à aprovação da Secretaria de Imigração, que funciona em parceria com o Ministério do Trabalho.

A Lei nº 6.964, de 09 de novembro de 1981, altera as disposições da Lei nº 6.815, no que se refere à definição da situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Segundo o artigo 16, o estrangeiro que pleiteia um visto permanente deve atender *à necessidade de mão-de-obra especializada que permita a assimilação de tecnologia, visando sempre ao aumento de produtividade em setores específicos*, em conformidade com os interesses do país. E, a fim de

79. Segundo o *Estatuto do Estrangeiro*, os fatores que determinam a expulsão são: atentar contra a segurança nacional, a tranqüilidade, a moralidade pública e a economia popular; ter comportamento nocivo à convivência e aos interesses nacionais; praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil; entregar-se à vadiagem ou à mendicância; desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro.

Fatores que determinam a deportação (e cito): “entrar ou permanecer irregularmente no território nacional; não podendo ser executada a deportação, ou quando existirem indícios sérios de periculosidade ou indesejabilidade do estrangeiro, proceder-se-á à sua expulsão”.

80. Este critério abre brechas para que outras enfermidades e deficiências sejam incluídas na longa lista de doenças que determinam a inaceitabilidade de estrangeiros, já constantes no Estatuto.

garantir o desejado aumento de produtividade em setores específicos, o Ministério do Trabalho expede relatórios, atualizados periodicamente, nos quais são relacionados os profissionais de que o Brasil tem necessidade.

Pelo exposto, podemos ter noção do quão difícil é receber um visto permanente. No entanto, sua posse é o sonho de milhares de estrangeiros, pois somente ele lhes oferece *alguns direitos* em solo brasileiro. Direitos muito limitados, direitos constantemente vigiados, direitos passíveis de serem suspensos por pouca coisa. O que significa uma convivência constante com o fantasma da expulsão.

Vemos que a Lei brasileira dispõe de inúmeros dispositivos de exclusão. A possibilidade (legal) de determinar a *inadequação* de muitos estrangeiros abre brechas para que sejam excluídos todos aqueles que possam se transformar em problemas sociais. Assim, vemos o Brasil seguindo um modelo legislativo que já se encontra há muito em vigor em países como a França e a Inglaterra, por exemplo. Mas, o que o cotidiano nos mostra é que, na prática, estes dispositivos legais não impedem a entrada de estrangeiros, que acabam, por força da própria da Lei, se valendo de métodos obscuros para entrar ilegalmente, fortalecendo o comércio (ilegal e imoral) dos *atravessadores de clandestinos*.

3.4.2. O imigrante

O *Estatuto do Estrangeiro* (Lei n.º 6.815) reserva um espaço restrito à palavra *imigração*, a qual é mencionada uma única vez, no *parágrafo único* do artigo 16: *A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento*. E o corpo do artigo afirma que o estrangeiro somente é considerado *imigrante* a partir do momento em que lhe é concedida a naturalização.

Percebe-se que, por meio deste artigo, o que está em jogo é a ocupação de lugares ideologicamente determinados: como naturalizado, o *imigrante* deixa de ser *estrangeiro* e se transforma, legalmente, em *brasileiro*. Mas, ser brasileiro significa perder a identidade de origem, pois o processo de naturalização exige que o estrangeiro tenha domínio da nova língua. Além disso, ele deve declarar formalmente que dedica uma lealdade irrestrita ao novo país.

Importa salientar que os portugueses que desejam morar no Brasil são regidos pelo Decreto de número 3927/2001, que promulgou o *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta*, que regulamenta a *Igualdade de Direitos e Obrigações Cíveis e o Gozo dos Direitos Políticos*. Este acordo, firmado entre os governos do Brasil e de Portugal, garante reciprocidade de tratamento aos estrangeiros dos dois países. Assim, os portugueses que se encontram regularmente no Brasil podem requerer os benefícios do *Estatuto de Igualdade*, que lhes confere: a) a aquisição de igualdade de direitos e obrigações cíveis; b) aquisição do gozo dos direitos políticos. Estes direitos lhes são conferidos sem que haja perda da nacionalidade originária.

Portanto, os dispositivos legais firmados por meio deste Tratado garantem a manutenção da nacionalidade portuguesa àqueles que estão em solo brasileiro. Eles são discursivamente designados como *portugueses radicados* no Brasil e se afirmam como *bi-pátrias*, o que não ocorre, por exemplo, com imigrantes de outros países, que, ao se naturalizarem (tornando-se *imigrantes*), devem *declarar, expressamente, que renunciam à nacionalidade anterior* (conforme o artigo 129 do *Estatuto do Estrangeiro*). Assim, vemos que nas designações com as quais os portugueses são referidos, ressoa a forma como a Lei divide os imigrantes, reservando um espaço diferenciado, com maiores privilégios, para aqueles nascidos em Portugal. Estes desfrutam de direitos políticos, igualando-se aos brasileiros natos em direitos e obrigações cíveis.

3.5. Realizando as análises

As seqüências discursivas, que serão analisadas a partir deste momento, foram retiradas dos jornais *Zero Hora* (RS), *Folha de São Paulo* (SP), *Agora* (RS), *São Paulo - Shimbun* (SP), *Nippo-Brasil* (SP) e *Portugal em Foco: um jornal luso-brasileiro* (RJ), bem como da revista *Marie Claire* (Ed. Globo). Organizamos as seqüências discursivas em Blocos discursivos, tomando por base as características comuns que encontramos entre elas, da forma como se segue:

Bloco 1) A Formação Discursiva da Imprensa construindo um imaginário

Esse bloco se caracteriza pelo fato de mostrar como a imprensa constrói um imaginário de Brasil ao *falar* o estrangeiro que chega como imigrante. As sdrs que o

compõem foram retiradas de dois órgãos: o jornal *Zero Hora* (RS) e a revista *Marie Claire* (Ed. Globo).

Bloco 2) O estrangeiro inaceitável

Esse bloco apresenta como característica comum o fato de que as sdrs constroem um imaginário de inaceitabilidade para os estrangeiros que chegam ilegalmente ao Brasil. Tais seqüências foram recortadas de dois jornais: *Folha de São Paulo* (SP) e *Agora* (RS).

Bloco 3) A voz do imigrante *produzindo rastros* de uma outra história

Esse bloco se diferencia dos demais, pois é constituído por sdrs recortadas de três jornais que pertencem à imprensa de comunidades imigrantes: *São Paulo-Shimbum* (SP), *Nippo-Brasil* (SP) e *Portugal em Foco: um jornal luso-brasileiro* (RJ). Através das sdr selecionadas, os imigrantes falam sobre suas experiências em solo brasileiro, trazendo à tona memórias diversas daquelas que ressoam em outros órgãos da imprensa.

3.5.1. Bloco 1) A FDI construindo um imaginário

Anteriormente, afirmamos que a Formação Discursiva da Imprensa (FDI), que tomamos como Formação Discursiva de Referência, é uma *reconfiguração* da Formação Discursiva Nacional-socialista, *resguardadas as condições sócio-históricas de cada uma*. Portanto, os fatores econômicos que sobredeterminam a FDI visam à manutenção de um Estado de Direito, cujos interesses se refratam no conjunto de leis que determinam e regem a entrada e a permanência de estrangeiros no Brasil, constantes do *Estatuto do Estrangeiro*. As sdrs que serão analisadas em seguida mostrarão como a FDI discursiviza estes saberes.

O jornal *Zero Hora*, tem uma tiragem diária de 177.000 exemplares e pertence ao Grupo Maurício Sirotsky Sobrinho, empresa cujos passos iniciais remontam ao governo de Getúlio Vargas. Hoje, o raio de influência deste conglomerado se estende por uma cadeia de rádios, jornais e emissoras de televisão, sobretudo na região sul do país, onde o contingente da população é constituído, de modo expressivo, por imigrantes europeus e seus descendentes. As sdrs 1 e 2 fazem parte da reportagem *A nova Odisséia da Imigração*, publicada no jornal

Zero Hora, de Porto Alegre, por ocasião das comemorações dos *180 Anos da Colonização Alemã*.

Sdr1: “Doutor em biologia, funcionário vitalício de um órgão governamental em seu país e especialista em peixes. Esse é o professor Uwe Horst Schultz, 48 anos, que abandonou em 1995 o velho continente em busca de novos desafios na profissão e por amor à gaúcha Silvia Regina Burin, 44 anos” (*Zero Hora*, 25/07/04).

Sdr2. “Na Alemanha, não se sabia nada sobre o Brasil. Só que tinha café, futebol, mato e Carnaval. Quisemos descobrir, afinal, o que era este país – conta Úrsula, webdesigner que comanda com o marido, Jürgen Stauch, consultor em comércio exterior e logística, a organização não-governamental (ONG) Projeto Pró-animal” (*Zero Hora*, 25/07/2004).

Nas sdrs acima vemos que designações/atributos são conferidos aos sujeitos, de modo que o nome próprio e a profissão promovem a determinação destes sujeitos.

O nome próprio, compreendido como decorrente de um ato de nomeação original, é uma designação que instaura dois sentidos: assegura a inscrição destes sujeitos na ordem jurídica, determinando-os como sujeitos-de-direito, e atesta a existência de relações históricas de pertencimento. Portanto, podemos observar que estas designações não foram aleatoriamente atribuídas, mas produziram um recorte específico no ‘real’, conforme a concepção de Guimarães (2005). Assim, a partir do momento em que estes sujeitos foram categorizados como *imigrantes* (*A Odisséia da Imigração*, afirma o título), eles puderam constituir-se como sujeitos aos quais foram concedidos direitos legais e filiação histórica.

Já os atributos que lhes foram conferidos determinam a profissão, as habilidades e a ocupação atual destes alemães. Promovem, portanto, outro *recorte do real*: estes imigrantes, provenientes do primeiro mundo, têm renda própria e amplo currículo acadêmico. Sua vasta experiência e seus conhecimentos lhes garantem condições de contribuir em grande medida para com o desenvolvimento do país. Portanto, eles não constituem uma ameaça (atual ou futura) aos interesses nacionais nem ao trabalhador brasileiro. Os atributos, ao qualificar a designação, produzem um modo de subjetivação do sujeito estrangeiro, identificando nestes alemães o perfil do *imigrante ideal*, estabelecido pelo Estatuto do Estrangeiro. Assim, temos:

designação	atributos
	doutor em biologia
sdr1. Uwe Horst Schultz	funcionário vitalício de um órgão governamental em seu país especialista em peixes
sdr2. Úrsula	professor webdesigner
Jüergen Stauch	consultor em comércio exterior e logística

Conseqüentemente, estes sujeitos podem servir de paradigma à construção de um modelo que representa os imigrantes que pertencem à contagem dos *desejáveis*. E esta inclusão silencia as diferenças sócio-histórico-ideológicas que lhes são próprias, produzindo um imaginário em que todos os estrangeiros podem ser bem sucedidos no Brasil.

A sdr que analisaremos em seguida discursiviza memórias da imigração judaica no Estado do Rio Grande do Sul. Pois bem, a história da imigração judaica para o Brasil remonta às primeiras décadas do século XIX, quando os primeiros imigrantes, em sua grande maioria de origem marroquina, dirigiam-se, primeiramente, à região da foz do Amazonas, atraídos pelo progresso econômico decorrente da comercialização da borracha. Anos mais tarde, já era possível percebê-los no Rio de Janeiro.

No início do século XX, os primeiros imigrantes judeus vieram para o Rio Grande do Sul fugindo de perseguições e dispostos a agarrar a oportunidade que lhes aparecia: trabalhar a terra em um país muito distante do seu. Assim, durante todo o ano de 2004 foram realizadas diversas comemorações e publicadas diversas reportagens para celebrar os cem anos da chegada dos primeiros imigrantes judeus ao Estado.

A sdr 3, portanto, trata especificamente da imigração judaica no Rio Grande do Sul, e faz parte de uma carta publicado no jornal *Zero Hora*, em uma coluna reservada à opinião dos leitores. O título da referida carta é *Imigração Judaica*, assinada pela Presidente da Federação Israelita do Rio Grande do Sul, a qual narra a saga dos imigrantes, na condição de representante da comunidade judaica.

Sdr3. “Aqui chegados, com alguns pobres pertences, encontraram inúmeras dificuldades, pois, além do desconhecimento do idioma e dos costumes, faltava-lhes experiência no trabalho da terra. Isso porque, em suas pátrias de origem, a atividade rural era uma das muitas proibições que lhes eram impostas – unicamente por serem judeus! No entanto, na pequena colônia Philipson, onde foram instalados, perceberam, que eram bem-vindos. Integração com os habitantes do local e construção de belas amizades mostraram que poderiam finalmente sentir-se em casa. Iniciou-se uma história de vida coletiva que honra nossa minoria e, também, a sociedade maior, brasileiros que somos todos” (Zero Hora, maio de 2004).

Esta sdr tem como característica o fato de resgatar a voz de imigrantes judeus, discursivizando as difíceis experiências dos antepassados em solo brasileiro, tais como a falta de conhecimento da língua e o despreparo para o trabalho rural. Para tanto, o jornal se utiliza de um recurso específico: a matéria assinada, cujo propósito é assegurar a credibilidade àquilo que é dito por meio de uma simulação de autoria. Desta forma, constrói-se um efeito de sentido por meio do qual, frente ao leitor, surge um discurso cuja perspectiva é atribuída ao sujeito-imigrante.

Por outro lado, *integração, construção de belas amizades e história de vida coletiva* constroem um cenário que reforça um imaginário já cristalizado, cujos sentidos se impuseram, como vimos, ainda durante o governo Vargas: o Brasil é um país acolhedor, amigável, livre de preconceitos e onde todos são bem-vindos.

Ao mesmo tempo, este discurso promove o silenciamento de fatos da história que foram relegados à margem. Silencia-se, por exemplo, o fato de que as colônias Dois Irmãos e Philipson, para onde os judeus foram enviados, tornaram-se, rapidamente, inviáveis, e o fracasso teve como causa o fato de que aos judeus sempre fora negado o acesso à terra. Por força deste impedimento milenarmente imposto, esses imigrantes abandonaram as colônias e foram se estabelecer nas cidades, onde se dedicaram ao comércio e às profissões liberais, atividades com as quais já estavam familiarizados.

Há, ainda, um outro fato que o discurso silencia: durante os primeiros anos do governo Vargas inúmeros judeus, em fuga de uma Europa onde os rumores de guerra iminente ganhavam destaque, foram proibidos de entrar no Brasil, justamente quando a necessidade de abrigo era premente e desesperada. Porém, à medida que os aliados

demonstravam sua força e ganhavam terreno, o governo brasileiro decidiu mudar de estratégia e, rompendo com o Eixo, aliou-se aos Estados Unidos. Conseqüentemente, a política imigratória mudou e foram concedidos vistos de entrada para os judeus. Mas, devemos ter sempre em vista que, durante todo o governo de Getúlio Vargas, a expulsão de estrangeiros foi uma prática comum e *todos* os que imigravam para o Brasil se viam controlados, vigiados e cerceados em seus direitos por meio dos inúmeros dispositivos jurídicos em vigor.

Assim, vê-se que o discurso de *Zero Hora* representa uma posição-sujeito em que os sentidos trabalham a fim de reforçar *uma* determinada memória, que dá destaque ao papel acolhedor do país em relação aos judeus, sem preconceitos, cerceamento ou exclusão. O discurso do jornal também constrói um imaginário em que o estrangeiro é apresentado de maneira positiva e o Brasil é um país acolhedor, terra de desafios e oportunidades. Ao silenciar, entretanto, os outros sentidos que disputam este mesmo espaço, o discurso impede (provisoriamente) que outras interpretações para este fato histórico se instaurem. E a própria escolha de um depoimento que silencia as duras experiências vividas pelos imigrantes judeus no Brasil já aponta para uma posição-sujeito que produz *esquecimentos* sobre a história.

As sdrs seguintes foram retiradas de *Marie Claire*, revista de periodicidade mensal publicada pela Editora Globo, pertencente ao conglomerado das Organizações Roberto Marinho. Destina-se a um público feminino específico: o das “novas” mulheres, independentes, seguras e atuantes no mercado de trabalho, às quais a revista dedica seções variadas, tais como: *Home* (dicas sobre as últimas tendências em decoração, acessórios para a casa e utensílios domésticos); *Eu, leitora* (cartas em que as leitoras expressam suas dúvidas e problemas, em busca de aconselhamento profissional específico); *Moda, Beleza, Saúde, Reportagens* (a cada mês um tema é escolhido, como por exemplo: a violência contra a mulher, a prostituição de jovens da classe média, entre outras); *Horóscopo* e *Testes*.

A sdr 4, que analisaremos em seguida, é a introdução da reportagem de capa, cujo título é *Terra Nostra: um destino chamado Brasil*, publicada em *Marie Claire* no mês de agosto de 2002. O tema desta reportagem é a história de cinco mulheres, de diferentes nacionalidades, que relatam sua vinda para o Brasil. Ela se organiza em cinco blocos: *a decisão* (porque vieram); *a chegada* (suas primeiras impressões sobre o Brasil); *a adaptação* (quais as estratégias de integração que foram adotadas); *entre dois mundos* (como vêm, hoje, seus países de origem); e *o melhor e o pior* (do Brasil).

Sdr4. “A jornalista iugoslava que fugiu da guerra; a empresária italiana que acompanhou o marido, executivo de multinacional; a costureira boliviana que chegou ilegalmente; a dona de casa libanesa que veio se casar e a estudante coreana que trabalha no ramo de roupas com os pais. Elas formam o mosaico de rostos e histórias da saga recente da imigração no Brasil. São mulheres fortes que trouxeram na mala sonhos e determinação” (*Marie Claire*, ed. 137, ag.2002).

Nesta sdr, um fato já se destaca desde o início: as mulheres, que são o tema da reportagem, são apresentadas de forma anônima. O apagamento dos nomes produz um sentido de negação de direitos e de silenciamento das filiações históricas. Materializa-se, assim, uma contradição em relação ao “espírito” da revista, já que esta se apresenta como sendo um veículo que dá voz à nova mulher, atuante e independente.

A fim de facilitar a compreensão da análise em curso, montaremos, a seguir, um quadro que mostra as formas através das quais as mulheres estrangeiras são apresentadas:

Modo de designar/determinar o estrangeiro

designação/atributo	determinação
a jornalista iugoslava	que fugiu da guerra
a empresária italiana	que acompanhou o marido
a costureira boliviana	que chegou ilegalmente
a dona de casa libanesa	que veio se casar
a estudante coreana	que trabalha no ramo de roupas com os pais

Podemos observar que esta sdr apresenta as mulheres-estrangeiras por meio de um funcionamento designativo/atributivo que ressalta a profissão/ocupação e o lugar de origem.

Ao designá-las por meio das profissões/ocupações que exercem, o discurso constrói um reconhecimento social e uma aceitabilidade baseada na capacidade produtiva destas imigrantes. Além disso, ele produz um outro sentido: determina sua inclusão dentre as mulheres atuantes economicamente, as quais, graças a sua força de trabalho, ameaçam a hegemonia masculina. Assim, elas podem servir de parâmetro ao modelo feminino que a revista procura construir para atender ao seu público-alvo. Mas, esta sdr nos mostra o quanto é provisória a construção dos sentidos, e são os discursos-transversos (segundo Pêcheux, 1997^b) que nos apontam esta fluidez, pois são eles que instauram uma nova contradição em relação

ao *espírito* da revista. Isto porque eles determinam, para estas mulheres-estrangeiras, a ocupação de lugares de extrema dependência, já que elas são discursivizadas como mulheres que vieram a fim de acompanhar o marido, para casar, para trabalhar com os pais.

Por outro lado, o lugar de origem atesta o pertencimento destas mulheres a países periféricos àqueles que constituem o chamado “primeiro mundo”. Isto constrói um imaginário de Brasil: país que acolhe estrangeiros de qualquer lugar do mundo, sem restrições e independentemente do motivo que os tenha levado a imigrar. Na busca pela fixação destes sentidos apresentam-se, via determinação, os motivos que as levaram a enfrentar a vida em um país desconhecido: elas vieram para fugir da guerra, para acompanhar o marido ou os pais, chegaram ilegalmente ou para se casar. Silencia-se desta forma, o abismo que existe entre a legalidade e a ilegalidade.

Embora a cada uma destas mulheres sejam conferidos atributos diferentes, produz-se um efeito de homogeneização que se materializa por meio da afirmação de que *elas formam o mosaico de rostos e histórias da saga recente da imigração no Brasil. São mulheres fortes que trouxeram na mala sonhos e determinação*. No entanto, apesar de serem discursivizadas como sendo mulheres fortes e determinadas, foi-lhes negado *o nome* e, uma vez relegadas ao anonimato, sua identificação/identidade foi construída pela profissão/ocupação que exercem e pelas determinações históricas que as trouxeram para o Brasil.

As seqüências discursivas que serão analisadas a seguir foram retiradas da mesma reportagem de *Marie Claire*, já anteriormente referenciada. Elas *contam* algo a respeito do cotidiano de duas destas mulheres estrangeiras, que deixam de ser anônimas porque têm boa condição social.

Sdr5. “Aos 20 anos, a sul-coreana Yoo Na Kim divide seu tempo entre o trabalho, a faculdade de Jornalismo e a igreja cristã do Bom Retiro, em São Paulo, onde mora. Ela chegou ao Brasil em 1988, trazida pelos pais, que vieram se juntar aos avós, prósperos comerciantes de roupas” (*Marie Claire*, ed. 137, ag.2002).

Sdr6. “A italiana Elisa Zoboletti Grisendi, 38 anos, circula pelo circuito chique da moda em São Paulo. Comanda duas lojas de grife nos Jardins, numa área que concentra todos os ícones do consumo de luxo. Veio para o Brasil em 1984, ao se apaixonar pelo executivo Gianni Grisendi, 50 anos, que presidia uma multinacional em São Paulo. O casal, que tem dois filhos nascidos no Brasil, só pensa em voltar para a Itália de férias” (Marie Claire, ed. 137, ag.2002).

Enquanto para a coreana o discurso constrói uma aceitabilidade calcada na força de trabalho e na adesão à prática religiosa cristã, dominante no Brasil, para a italiana, estrangeira proveniente de um país de primeiro mundo, constrói-se uma aceitabilidade baseada no poder econômico. Além disso, a coreana Yoo Na Kim é discursivizada como sendo uma imigrante que realiza um Curso Superior e pertence a uma família economicamente próspera. Já a italiana Elisa Zoboletti Grisendi é aquela que transita pelos círculos exclusivos, onde o luxo e a sofisticação são as medidas valorativas.

Vemos, também, que as sdrs 5 e 6 nos apresentam discursos que funcionam de forma a atualizar os saberes da FD Jurídica, manifestos no *Estatuto do Estrangeiro*, o qual garante aos estrangeiros o direito de reunião das famílias. Neste sentido, lemos na sdr 5: *Ela chegou ao Brasil em 1988, trazida pelos pais, que vieram se juntar aos avós, prósperos comerciantes de roupas.*

O *Estatuto* também reserva direitos àqueles estrangeiros que têm filhos nascidos no Brasil, dentre eles a garantia de permanência em solo brasileiro, independentemente da condição de ilegalidade. Na tentativa de garantir este sentido, lemos na sdr 6: *O casal, que tem dois filhos nascidos no Brasil, só pensa em voltar para a Itália de férias.* Assim, estas “informações” produzem um efeito de sentido que pretende construir uma aceitabilidade baseada na legalidade, e desta forma, ressalta-se o fato de que estas estrangeiras se enquadram nos requisitos e prerrogativas legais vigentes.

Em contraponto à análise das sdrs 5 e 6, importa ressaltar que na sdr4 as mulheres receberam designações/atributos que determinaram sua inclusão na contagem (segundo Rancière, 1996) daqueles sujeitos que são socialmente valorizados pela profissão/ocupação que desempenham. Assim, o discurso construiu um imaginário de aceitabilidade calcada na produtividade, ou, dito de outra forma, na capacidade de contribuir com o país, sem onerá-lo. Ao mesmo tempo, o anonimato produziu o apagamento das filiações históricas e a negação de

direitos, enquanto que a ênfase dada à origem ressaltou o fato de que estas mulheres pertencem a países periféricos, o que possibilitou a construção de um imaginário Brasil como sendo um país absolutamente receptivo.

Diferentemente disso, nas sdrs 5 e 6 duas estrangeiras foram discursivizadas como tendo boa condição social, religião adequada, nível de instrução elevado, situação legal regulamentada. Portanto, produziu-se, para elas, uma aceitabilidade que determinou a emergência da identidade: por serem imigrantes desejáveis, elas puderam ser nomeadas.

Constatamos, portanto, que o discurso de *Marie Claire* produz uma sectarização das estrangeiras, separando-as em *aceitáveis e desejáveis* e em *aceitáveis, mas não-desejáveis*. Isso nos mostra que, para o discurso desta revista, a aceitabilidade legal não significa inclusão, e esta tomada de posição se materializa por meio da nomeação ou do completo anonimato destas mulheres.

As sdrs que serão analisadas em seguida nos mostram que a revista *Marie Claire*, tal como o jornal *Zero Hora*, também simula uma voz para o imigrante. Mas, os sentidos que são construídos nos permitem perceber que estamos frente a duas formas de simulação distintas. Isto porque, enquanto em *Zero Hora* o estrangeiro é discursivizado a partir da voz de um descendente, o que determina a construção de um imaginário positivo sobre o Brasil e o brasileiro, em *Marie Claire* é o preconceito contra o estrangeiro que emerge de depoimentos creditados às próprias estrangeiras. E a forma utilizada pela revista para lhes creditar esta autoria e assegurar a credibilidade é o recurso do discurso direto. Salientamos que estas “depoentes”, novamente não têm nome. Elas falam, portanto, do lugar restritivo que se reserva àqueles que são relegados ao anonimato.

A sdr 7, que analisaremos a seguir, integra o bloco “A adaptação”, da reportagem de *Marie Claire*, já anteriormente referenciada. As dificuldades de adaptação da estrangeira são tematizadas nesta sdr, na qual percebemos que, embora o nome da depoente não seja citado, existem marcas que creditam este discurso àquela que anteriormente fora designada/determinada como *a jornalista iugoslava que fugiu da guerra*.

Sdr7. “Ainda não estou muito adaptada, por culpa do meu caráter. Preciso de mais tempo. Logo que cheguei, comecei a estudar português, em um curso oferecido pela Caritas (ONG ligada à Igreja Católica e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Falo russo e inglês, mas não tinha noção de português. Ainda me confundo com tantos tipos de passado dos verbos. Nos primeiros três meses, não consegui perceber onde acabava uma palavra e começava a outra. A televisão me ajudou. Não perdia um capítulo de ‘Laços de Família’. Diálogos de novelas são mais coloquiais, é fácil. Na Iugoslávia passavam muitas novelas brasileiras, mas eu nunca tinha assistido” (*Marie Claire*, ed. 137, ag.2002).

Deixar um país significa abrir mão daquilo que nos é mais familiar: a língua, a cultura, as referências que nos dão identidade. A nova língua com a qual o estrangeiro se depara, ressoa *étrange*, incompreensível aos ouvidos e ao coração daquele que chega, representando uma barreira a ser transposta, um inimigo a ser vencido. Esta questão é decisiva e implica dificuldades que determinam o sucesso ou o insucesso do processo de adaptação a um novo país.

No entanto, a sdr7 nos mostra que o discurso de *Marie Claire* imputa a este estrangeiro, cujo nome é silenciado, a completa responsabilidade frente ao doloroso e solitário processo de adaptação. Deste modo, as limitações e dificuldades impostas por uma língua completamente diferente são silenciadas, e, em seu lugar, apresenta-se um estrangeiro anônimo cuja dificuldade de adaptação decorre de falha de caráter, de confusão e de falta de tempo. Desta forma, constroem-se sentidos que apontam para a exclusão deste estrangeiro que, por ser incapaz de adaptar-se e integrar-se a um país que lhe fornece plenas condições para tanto, não deve, sequer, ser nomeado. Além disso, o discurso salienta o papel decisivo que a televisão desempenharia neste processo. Afinal, graças ao fato de apresentarem *diálogos mais coloquiais* e fáceis, os programas “globais” podem servir como estratégia de integração ao país, e aos estrangeiros cabe aproveitar esta oportunidade. Como podemos ver, é assim que o discurso propaga a ideologia “Global” de que a televisão pode substituir o ensino formal, é educativa e produz a inclusão de todos, inclusive dos estrangeiros.

A sdr 8, que será analisada em seguida, também é um depoimento recortado da mesma reportagem de *Marie Claire*, e integra o bloco “O melhor e o pior (do Brasil)”. Desta vez, as “marcas” nos remetem à estrangeira que anteriormente fora designada/determinada como *a costureira boliviana que chegou ilegalmente*.

Sdr8. “Gosto daqui porque o brasileiro não é racista. Mas, como nós temos todos essa cara, às vezes me incomoda quando apontam na rua: Você é boliviana. Não me importo com a afirmação, mas com o modo. Muitos olham feio para a gente, porque o alcoolismo acabou associado à imagem da comunidade. Os bolivianos bebem muito, é gente que não aprendeu a se socializar de outro modo. Quem está fora do seu país precisa ter cabeça e andar na linha” (*Marie Claire*, ed. 137, ag.2002).

O funcionamento discursivo desta seqüência pretende retomar os mesmos efeitos de sentido já instaurados pela sdr 7: imputar ao estrangeiro a absoluta responsabilidade por sua integração ao país. Assim, todas as dificuldades encontradas pelos estrangeiros são de ordem pessoal (*é preciso ter cabeça e andar na linha*) e decorrem tanto dos vícios da comunidade (*os bolivianos bebem muito, é gente que não aprendeu a se socializar de outro modo*) quanto do caráter deficiente dos sujeitos que imigram.

No entanto, quando lemos: *Brasileiro não é racista* ou *Não me importo com a afirmação, mas com o modo*, vemos outros sentidos emergindo, pois estamos frente a um enunciado dividido (nos moldes de Courtine, 1981^a), o qual se caracteriza por um duplo funcionamento discursivo: ao mesmo tempo em que cristaliza certos sentidos, nega uma outra história, que, à revelia do sujeito, permanece ecoando como um não-dito. Portanto, neste discurso, a contradição se materializa, pois enquanto o Brasil é discursivizado como sendo um país acolhedor, as negações nos mostram que o brasileiro está longe de o ser. E assim o brasileiro surge como racista e preconceituoso em relação aos estrangeiros latino-americanos. Conseqüentemente, vemos que o discurso determina para este sujeito a ocupação do único lugar que lhe resta: o da exclusão reservada àqueles que são relegados ao anonimato e cuja voz ressoa dentro de limites que restringem o seu alcance.

3.5.1.1. Realizando o cotejo entre os discursos de *Zero Hora* e *Marie Claire*

As análises nos permitiram perceber que as sdrs que constituem as matérias de *Zero Hora* representam o sujeito-estrangeiro de forma a construir um imaginário sobre o Brasil: país receptivo, acolhedor e livre de preconceitos, em que todos os estrangeiros são bem recebidos. E nos foi possível observar que estes sentidos são reproduzidos pelos discursos de forma bastante homogênea. Refratam-se, assim, os atuais interesses econômicos que

determinam a entrada (ou não) de estrangeiros no Brasil. O mesmo ocorria durante a Era Vargas, quando os interesses econômicos de então (que eram igualmente determinantes na condução da política imigratória), também eram refratados por um imaginário que representava o Brasil como sendo uma democracia racial.

Vemos, portanto que, nas sdrs que tomam a imigração de alemães como tema, eles são nomeados, possuem atributos que os distinguem e são apresentados como sendo bem sucedidos, tanto na Alemanha quanto no Brasil. Configuram-se, portanto, em paradigmas de imigrantes *desejáveis*. Assim, eles puderam ser discursivizados como sujeitos empreendedores, em busca de novas oportunidades, de novos desafios e de amor, que vêem a *imigração* para o Brasil como sendo uma *Odisséia*. Produz-se um imaginário de Brasil como país a ser descoberto, repleto de oportunidades insuspeitadas, inclusive no emprego, e que tem a lhes oferecer muito mais do que *café, futebol, mato e Carnaval*.

Também os judeus são discursivizados como estando, desde o início, plenamente integrados ao Brasil, onde puderam, finalmente, sentir-se *em casa*. E assim, *Zero Hora* simula a voz do imigrante por meio de narrativas que contam uma história: a da chegada dos primeiros judeus ao Rio Grande do Sul. Desta forma, o discurso atualiza uma memória específica que trabalha para a cristalização de determinados sentidos, ao mesmo tempo em que silencia todas as outras memórias (e todos os outros sentidos) que poderiam emergir neste mesmo espaço, tais como aquelas que falam nas restrições que lhes foram impingidas, em suas dificuldades de adaptação, bem como nas discriminações sofridas.

As sdrs que constituem o discurso da revista *Marie Claire*, por sua vez, mostram-nos que também este órgão da imprensa pretende construir um imaginário de país receptivo e acolhedor para com todos os estrangeiros, de forma a refratar os determinantes econômicos que conduzem a política de imigração brasileira. Este imaginário se constrói por meio de uma metáfora: a de *Brasil-mosaico*, que recebe a todos, independentemente da origem do imigrante ou do motivo que o tenha levado à imigração. Segundo tal imaginário, todos os estrangeiros se transformam, imediata e harmonicamente, em *imigrantes*, formando um todo dotado de sentido, cujas partes heterogêneas se homogenizam no processo de integração.

No entanto, as contradições que se materializam no discurso de *Marie Claire* apontam, decisivamente, para uma distinção baseada em critérios econômicos e sociais que dividem os estrangeiros legalmente estabelecidos no Brasil em *mais e menos desejáveis*.

Os estrangeiros *mais desejáveis* são representados pelas sdrs 5 e 6, pois vimos que este discurso determina não apenas a aceitabilidade, como também promove a inclusão de duas estrangeiras: a italiana, pois tem poder aquisitivo e situação legal regulamentada; e a coreana, que pertence a uma família prospera, é cristã e freqüenta um Curso Superior. Estas, da mesma forma que os estrangeiros *falados* por *Zero Hora*, são incluídos na categoria dos sujeitos que têm nome e voz.

Já os estrangeiros menos desejáveis são representados pelas sdrs 4,7 e 8. Assim sendo, a sdr 4, discursiviza mulheres estrangeiras advindas de diversos países periféricos por meio de designações/atributos que ressaltam a capacidade de trabalho e a origem, negando-lhes a nomeação e, com isso, relegando ao silêncio os processos históricos já configurados. Este silenciamento determina sua inclusão na contagem daqueles sujeitos a quem é dada uma voz, mas esta ressoa de forma limitada e restrita.

As sdrs 7 e 8, por sua vez, embora discursivizem as dificuldades de adaptação pelas quais as estrangeiras passam, atribui-lhes a completa responsabilidade pelo sucesso ou insucesso deste processo. Relegando-as, mais uma vez ao anonimato, o discurso nos mostra que a aceitabilidade (garantida pela legalidade e pela produtividade) não é capaz de asseverar o pertencimento ou de impedir que o preconceito, o racismo e a exclusão existam e se manifestem por meio da contradição que, como vimos, surge pelas frestas do discurso.

Por meio dos discursos em cotejo, podemos observar que os saberes que se materializaram refratam a sobredeterminação do discurso jurídico por meio dos imaginários construídos, os quais silenciam o fato de que há uma legislação que promove a exclusão de muitos estrangeiros que pretendem imigrar, mas que não possuem a profissão considerada adequada. Silenciam, também, os rigorosos critérios médicos e econômicos que, igualmente, impedem incontáveis sujeitos de entrar no país. Silenciam, igualmente, a diferença (e a desigualdade) que se expressa no *Estatuto do Estrangeiro* entre estrangeiro e imigrante, bem como as dificuldades na concessão de vistos e as restrições que estes impõem aos sujeitos que pretendem permanecer no Brasil.

Além disso, os discursos nos mostraram a heterogeneidade desta FD, marcada, significativamente, pelo viés da contradição, que tanto emerge do discurso da boliviana, que acha importante que o estrangeiro *ande na linha e tenha cabeça*, como do discurso da iugoslava, que acredita poder aprender português através da rede televisiva e atribui a si

mesma a culpa de não ter se adaptado ao país. Outro aspecto flagrante de contradição pode ser observado na “política” de *Marie Claire*, que, embora seja uma revista que tem como objeto de suas reportagens o público feminino e se dirige a ele, não nomeia todas as suas “depoentes” e, com isso, torna as estrangeiras sem distinção na sociedade em seres anônimos, com histórias sem identidade.

E por tudo o que foi exposto, afirmamos que, por trás do imaginário construído e propagado pela Imprensa, operam fatores ideológicos que colocam em ação um processo de seleção e de escolha altamente excludente. Portanto, *as partes* que compõem o Brasil-mosaico devem corresponder a um modelo previamente determinado, para que o efeito final não seja obra do acaso.

3.5.2. Bloco 2. O estrangeiro inaceitável

As seqüências desse bloco se organizam em torno de um sentido: a situação de clandestinidade de certos estrangeiros. Eles vêm para o Brasil em busca de melhores condições de vida, ou para fugir de seus países em guerra. E eles são muitos. Vêm às centenas, oriundos, principalmente, de países latino-americanos e africanos. E veremos, na seqüência, que alguns discursos constroem para *clandestinidade* um sentido distinto daquele previsto no Estatuto do Estrangeiro. Aqui, clandestinidade é *ser colocado à margem*.

E ressaltamos que (ainda) são raros os órgãos de imprensa que dedicam atenção à chegada destes estrangeiros, muito embora o número de clandestinos aumente a cada dia. Nos jornais *Folha de São Paulo* e *Agora*, encontramos algumas reportagens que abordam o tema, cada qual discursivizando diferentemente a questão da clandestinidade e do sujeito-clandestino.

Neste momento, achamos de suma importância salientar alguns aspectos sobre a chegada de estrangeiros em situação de clandestinidade ao Brasil, já que esta contextualização será essencial para as análises posteriores.

Os latino-americanos (bolivianos, peruanos, paraguaios, entre outros), têm como destino principal a cidade de São Paulo, para onde são trazidos por *atravessadores* (ou *passadores*), que se utilizam da imensa fronteira não vigiada que separa o Brasil de outros

países sul-americanos. Anúncios veiculados em rádios e jornais de lugares remotos os atraem com promessas de viagem grátis, trabalho garantido e renda mínima aproximada de US\$ 200 por mês, sem custos de passagem nem a exigência de “papéis”.

Chegando ao Brasil, desfeitas as promessas, estes estrangeiros são levados para oficinas de costura, onde famílias inteiras - inclusive as crianças - trabalham até a exaustão. Estas oficinas têm, também, a função de servir-lhes como local de moradia e as péssimas condições de vida propiciam a disseminação de doenças que se propagam velozmente.

A fim de ilustrar nossos comentários, trazemos as palavras de Milesi (2001), representante do Instituto de Migrações e Direitos Humanos e autora de diversos artigos sobre a questão da (i)migração no Brasil e no mundo:

(...) a formação de uma rede de tráfico de pessoas movimenta uma verdadeira “indústria da migração”, onde não há garantias, onde a violência e a morte estão freqüentemente presentes. Nas regiões para onde os imigrantes se dirigem, há um vasto mercado “informal”, onde não existem direitos sociais e trabalhistas, os salários estão abaixo da média local e o desemprego é uma ameaça constante (MILESI, 2001, p.2).

Periodicamente, o Presidente da República anistia os imigrantes em situação ilegal, permitindo-lhes legalizar sua situação de modo a permanecerem no Brasil. No entanto, devido às dificuldades com a língua e à precariedade da situação em que se encontram, poucos estrangeiros têm acesso a esta informação. E aos donos das oficinas não convém que o ciclo de clandestinidade e medo se quebre. Esta mão-de-obra barata, submissa e dependente produz riquezas e alimenta uma rede de negócios ilícitos que já transformou o panorama da região central de São Paulo, pois os comerciantes que tradicionalmente estavam ali estabelecidos abandonaram o local (e se instalaram em cidades do interior do Estado), com medo da violência promovida por guerras entre gangues.

Já os africanos chegam clandestinamente aos diversos portos do Brasil, escondidos em meio à carga ou em compartimentos apertados. Eles fogem da morte e da miséria, ameaças com as quais convivem em seus países, devastados pelas inúmeras guerras que assolam o continente africano. Seu destino inicial são os países da América do Norte e da Europa. Mas, muitos são descobertos ainda em alto-mar. Outros, tangidos pela falta de água e de comida, são obrigados a revelar sua presença à tripulação. Assim, terminam sua viagem em terras brasileiras, já que as leis marítimas internacionais obrigam os comandantes a notificarem sua presença no primeiro porto em que o navio atracar. E estes são os que têm a sorte de chegar,

pois, existem relatos de que clandestinos são, simplesmente, jogados ao mar pela tripulação de muitos navios.

Uma vez no Brasil, eles estão imediatamente sujeitos ao processo de deportação, medida prevista em Estatuto para aqueles que chegam clandestinamente. Muitos, então, recorrem ao CONARE⁸¹ (Comitê Nacional de Refugiados), em busca de asilo político, a fim de garantirem sua permanência. Outros, simplesmente fogem, embrenhando-se país adentro. Muitos deles acabam chegando ao centro da cidade de São Paulo, onde se unem aos inúmeros estrangeiros que vivem (e sobrevivem) na clandestinidade, organizados em gangues que lutam pelo domínio de territórios onde o crime impera.

Em seguida, nos dedicaremos a analisar as sdrs que compõem este Bloco discursivo.

A *Folha de São Paulo* é um dos jornais opinativos de maior alcance em território nacional. Sua tiragem diária fica em torno dos 340.000 exemplares. Por meio das análises e reportagens que veicula, apresenta uma linha editorial de “centro-esquerda” e, embora esta classificação possa ser alvo de inúmeras críticas teóricas, é a que se mantém nos meios jornalísticos como termo de comparação entre os jornais brasileiros.

As sdrs 1 e 2, que analisaremos a seguir, foram recortadas de uma mesma reportagem, publicada na *Folha de São Paulo*, em 16 de março de 2003, cujo título é: *Ilegal no Brasil, latino-americano vira “sem-saúde”*. Esta reportagem denuncia a situação precária em que se encontram os milhares de latino-americanos que chegam a São Paulo de forma clandestina. A ausência de vistos (*papéis*) os condena a uma vida na obscuridade, sem direitos. Vivendo à margem, estes estrangeiros não têm acesso ao sistema público de saúde e tornam-se vítimas de diversas doenças que grassam em meio à comunidade, tais como a tuberculose e a AIDS.

Sdr1. “Sem documentos, camuflados nas multidões do centro, eles evitam as instituições e serviços públicos em que precisem apresentar os 'papéis' que não têm (Ilegal no Brasil, latino-americano vira ‘sem-saúde’ ” - *Folha de São Paulo*, 16/03/2003).

Sem documentos, camuflados nas regiões do centro, sem-saúde: estas são as designações/atributos que os estrangeiros recebem nesta sdr. Elas constroem sentidos:

81. Explicitamos em que consiste o CONARE, bem como quais são suas atribuições no cap. 2, nota 66.

obscuridade, ocultação, ambos reiterando a condição de clandestinidade e de marginalidade destes sujeitos. Configuram-se, desta forma, lugares de ocupação por meio dos quais eles são incluídos na contagem daqueles que são excluídos e que não tem direito à voz.

Sdr2. “O termo ‘indocumentado’ foi adotado como politicamente correto pelas instituições de saúde e da Igreja que lidam com os imigrantes. Não se deve chamá-los de clandestinos” (*Illegal no Brasil, latino-americano vira “sem-saúde” - Folha de São Paulo, 16/03/2003*).

Na sdr 2 nos vemos frente a um enunciado dividido (segundo a perspectiva de Courtine, 1981^a). Por meio deste funcionamento discursivo, reiteram-se sentidos: nesta FD os estrangeiros que entram no país sem documentos são chamados de *indocumentados*. Ao mesmo tempo, este funcionamento traz à tona saberes de uma outra FD: a Jurídica, na qual os estrangeiros que entram no Brasil sem documentação são chamados de clandestinos, condição que os submete aos procedimentos de extradição. Além disso, esta avaliação da designação/atributo “indocumentado” tido como “politicamente correto” produz a setarização das designações em politicamente corretas ou incorretas e, ao fazê-lo, a imprensa se apropria de saberes próprios de outras FDs (tais como os saberes do CONARE e da Igreja), que, ao defenderem os interesses dos estrangeiros clandestinos apagam a ordem do real: os processos históricos de exclusão, exploração e até mesmo de deportação que esses estrangeiros têm sofrido no Brasil.

Estes apagamentos são notadamente produzidos por meio da Pastoral do Migrante, órgão da Igreja Católica que acolhe os (i)migrantes e presta-lhes assistência jurídica. As bases ideológicas da Pastoral do Migrante materializam-se em discursos que afirmam: “Na verdade, os migrantes sempre ‘vão buscar água’, isto é, vão procurar condições de vida. Esta é a legitimação mais autêntica e permanente das migrações, e que nunca lhes pode ser negada”⁸². Para a FD Religiosa, portanto, não existem clandestinos nem estrangeiros, mas apenas sujeitos que migram, ou *indocumentados*. Silenciam-se, portanto, os critérios legais que distinguem os sujeitos em categorias (estrangeiros e imigrantes) às quais a Lei reserva direitos e deveres distintos e desigualmente distribuídos.

82. Conforme os textos-base consultados em www.adital.com.br.

A sdr 3, que analisaremos em seguida, é o título de outra reportagem da *Folha de São Paulo*, na qual se mantém o tom de denúncia já percebido na reportagem da qual foram retiradas as seqüências discursivas 1 e 2. Ela funciona como um tópico por meio do qual se redesigna o clandestino.

Sdr3. “Para entrar no Brasil, ‘ilegais’ evitam fronteira vigiada” (*Folha de São Paulo*, 16/03/2003).

Nesta sdr3 os estrangeiros são designados como *ilegais*, saber que emana da FD Jurídica. E importa salientar que o discurso da imprensa se constrói por meio de *apropriações*. Expliquemo-nos: a FDI se apropria de designações (e de sua carga semântica) que já estão circulando em outras FDs. Assim, ao trazer esse pré-construído para seu discurso, a *Folha de São Paulo* atualiza-o e resignifica-o, marcando, por meio do recurso gráfico das aspas, sua discordância quanto ao peso sócio-histórico-ideológico desta designação. Portanto, as designações se revestem de novos sentidos no interior de cada FD: se na FD Católica a ilegalidade é uma situação decorrente das restrições instituídas pelo aparelho jurídico, o qual impõe limites à liberdade (de ir e vir), que deveria ser ilimitada, para a FD Jurídica a ilegalidade é a condição própria daqueles que infringem a lei e que, portanto, são inaceitáveis e devem ser expulsos do país.

Este Bloco pode ser condensado no quadro que apresentaremos a seguir:

Modos de designação/determinação do estrangeiro

designação/atributo
sem documentos
camuflados nas regiões do centro
latino-americano
“sem-saúde”
“ilegais”
“indocumentados”

Os diferentes modos de designar os estrangeiros tentam garantir que determinados sentidos sejam dominantes em detrimento de outros, de acordo com as posições-sujeito que a FDI assimila, de forma heterogênea, de outras FDs.

As designações apresentadas pelos enunciados da *Folha de São Paulo*, colocam em evidência as contradições, assinalando os diferentes lugares sociais que os estrangeiros sem documentos assumem. Materializa-se, portanto, o confronto entre diferentes formas de condução (e de domínio) do Estado: uma religiosa, que defende um Estado guiado pelas leis de Deus, interpretadas por religiosos, e uma jurídica, que defende um Estado laico dos perigos e das infrações ao Código Jurídico do Estado Civil. Como no Brasil o Estado instituído é laico, a Formação Discursiva Religiosa *não pode* se opor abertamente a ele, sob pena de perder o poder que lhe resta. Assim, ela se opõe a certas diretrizes legais, como a exigência de *papéis* para os estrangeiros provenientes de países latino americanos, mas, ela o faz através de um poder hegemônico que extrapola a condição de qualquer preconceito que afete a civilidade, e assim ela fala do lugar que lhe é próprio e no qual sua autoridade é soberana: fala do lugar da ética religiosa, cristã, que interdita a discriminação e a exclusão do estrangeiro.

Percebe-se, neste jogo pelo poder, que as instituições que pregam um discurso de inclusão, de não-marginalização e de acesso irrestrito a todos os países, silenciam o fato de que a inclusão, a não-marginalização e a inexistência de fronteiras não se configuram em direitos para *todos* os estrangeiros. Mas, somente para aqueles estrangeiros que vêm dos países fronteiriços ao Brasil, católicos por *formação* (leia-se dominação). Estes fazem parte do *rebanho* que merece ser acolhido e protegido das “garras” da lei, estes são os *indocumentados*, mas não os ‘*ilegais*’ e os *sem-saúde*, porque embora o Brasil se diga um país laico e democrático, a prática política de exclusão dos não-cristãos e dos que vêm da “periferia” coloca em evidência as contradições entre o imaginário construído e vivido.

A seguir, veremos como as matérias do jornal *Agora* designam os estrangeiros que chegam ao Brasil sem os documentos necessários a sua entrada.

O jornal *Agora* é um pequeno jornal de uma das cidades mais ao sul do Estado do Rio Grande do Sul. Sua tiragem diária é de 6.000 exemplares e seu objetivo é levar uma gama de informações locais e regionais ao leitor. Como Rio Grande possui um grande porto, muitas vezes o jornal publica reportagens sobre clandestinos que vêm a bordo de navios, prática que é bastante comum nos portos brasileiros.

A sdr 4, que analisaremos em seguida, é a manchete da matéria que foi publicada no jornal *Agora* em 26 de setembro de 2003, data da chegada clandestina de três jovens africanos em um navio de origem maltesa. E achamos relevante considerar que o funcionamento

discursivo da manchete nos faz pensar nas considerações de Eni Orlandi (1996) acerca do tópico, quando a autora afirma: “para mim (o tópico), mais do que negociação, é confronto, reconhecimento, é jogo de inter-subjetividade e pode chegar a ser disputa (conflito)” (p.141). Assim, efetuando um deslocamento teórico em direção à manchete jornalística, consideramos que esta também funciona como tópico, marcando um posicionamento do sujeito-enunciador (no caso, o órgão de imprensa), a partir do qual se desenvolve a argumentação-interpretação.

Sdr4. “Navio chega a Rio Grande com três clandestinos” (*Agora*, 26/09/2003).

Vemos que a primeira designação que os estrangeiros recebem é a de *clandestinos*, que funciona como pré-construído que atualiza os saberes da ordem jurídica, segundo a qual o estrangeiro sem documentação é um clandestino, categorização que determina a sujeição ao processo de deportação. Esta designação, portanto, promove a inclusão destes estrangeiros na contagem dos *indesejáveis*, pois, como afirma o jornal (e cito): *Em Rio Grande, eles não receberam autorização para descer, pois não são turistas e nem têm os documentos necessários.*

Sdr5. “Os nigerianos Michael Onuoha, 25 anos, Nicolas Nelly Olugdeje, 25 anos, e Okpoikham Osoro Wisdon, 23 anos, entraram na embarcação no dia 7 de setembro, no porto de Lagos, na Nigéria. São trabalhadores rurais” (*Agora*, 26/09/2003).

Após terem recebido a designação de clandestinos, os jovens foram re-designados como nigerianos. E a esta designação, foi acrescentado o nome próprio, bem como a idade de cada um. Em seguida, vemos que eles são, mais uma vez, re-designados como *trabalhadores rurais*. Vemos, então, dois movimentos discursivos: enquanto as designações *nigerianos* e *trabalhadores rurais* constroem uma identidade civil e profissional para estes sujeitos, seus nomes atestam sua origem africana, determinando o pertencimento, as filiações sócio-históricas e cada um. É importante ressaltar que estas designações/atributos (*nigerianos* e *trabalhadores rurais*) vêm à tona *apenas* quando há referência ao embarque, ocorrido em Lagos, na Nigéria. Assim, estas designações trabalham no sentido de determiná-los como *sujeitos-de-direito lá*, em seu país de origem. No Brasil, eles *entraram ilegalmente* e são *clandestinos*, estando, portanto, sujeitos à deportação e com seus direitos limitados às ações legais cabíveis, como o pedido de asilo político, efetuado pelo advogado que os representa.

Além disso, como vimos no ponto 3.4.1, as diretrizes do *Estatuto do Estrangeiro* prevêm uma relação de mútua cooperação entre os Ministérios da Justiça e do Trabalho e

ambos agem no sentido de determinar os profissionais necessários ao Brasil. O que resulta numa prática de exclusão daqueles profissionais que não são *adequados* ao país. Portanto, tendo em vista a explosiva questão agrária brasileira, ser trabalhador rural não torna um estrangeiro aceitável e, muito menos, desejável, mas transforma-o, isto sim, em um *problema social* em potencial. Neste caso, portanto, longe de apontar para a inclusão, a profissão, por meio da qual os estrangeiros são designados, aponta para sua exclusão, para sua inaceitabilidade.

Os jovens nigerianos voltaram a ser notícia no jornal *Agora* em ocasiões distintas, sempre que havia alguma alteração em sua situação. As transformações das condições histórico-ideológicas destes sujeitos determinaram que diferentes designações lhes fossem atribuídas, configurando-se um deslizamento de sentidos que determinou a construção de um imaginário que foi se modificando.

Vejamos, a seguir:

Sdr 6. “CONARE nega pedido de asilo a nigerianos” (*Agora*, 26/11/03).

Sdr7. “Conforme o delegado (...), são pessoas das quais nada se sabe e que estão circulando livremente” (*Agora*, 12/06/2004).

A sdr6 destaca o fato de que o pedido de asilo político lhes foi negado, isto porque: “houve discrepância nos depoimentos e as justificativas deles não demonstram que correriam risco de morte se retornassem à Nigéria”(Agora, 12/06/2004). A designação utilizada (nigerianos) determina lugares específicos para estes sujeitos: o de não-pertencimento à nação brasileira, e, ao mesmo tempo, o de pertencimento a uma nação pobre, majoritariamente negra, cujos cidadãos estão fadados à exclusão.

A sdr 7, por sua vez, faz parte de uma notícia veiculada pelo jornal *Agora* quando do desaparecimento dos três jovens. Como seu pedido de asilo havia sido negado pelo CONARE, eles aguardavam o término do processo de deportação em liberdade vigiada. Sua situação legal os obrigava a se apresentarem à polícia uma vez por semana. Assim que eles souberam que seriam repatriados em breve, fugiram, tornando-se, frente ao Estado brasileiro, foragidos da justiça. Esta mudança de condição determinou que outras designações/atributos lhes fossem conferidos e assim eles passaram a ser *pessoas das quais nada se sabe e que estão circulando livremente*. Deste modo, as designações/atributos atualizaram saberes

advindos do interdiscurso de duas Formações Discursivas: a Jurídica e a Policial, o que determinou sua inclusão na contagem daqueles que devem ser temidos e banidos do meio social.

As designações/atributos conferidos aos estrangeiros pelo jornal *Agora* nos permitem montar o seguinte quadro:

designações/atributos
sdr4: clandestinos
sdr5: trabalhadores rurais
sdr6: nigerianos
sdr7: pessoas (das quais nada se sabe e que estão circulando livremente)

Pelo fato de terem vindo clandestinamente da Nigéria, ou seja, de um país africano pobre e majoritariamente constituído por negros, estes estrangeiros foram considerados econômica e juridicamente inadequados, o que determinou a ocupação de um *não-lugar* social: relegou-os à exclusão absoluta, reservada àqueles que são repatriados. Assim, estes sujeitos foram incluídos na contagem dos *inaceitáveis*. E nem o fato de que eles necessitavam de abrigo, pois fugiam de um país em guerra, tal como o fez a jornalista iugoslava (sdr 4 do Bloco 1), foi capaz de modificar o lugar (ou o não-lugar) que lhes havia sido determinado. Pelo contrário, o que observamos é que, à medida que sua situação legal se redefinia, os sentidos se movimentavam, sempre reiterando a exclusão e a inaceitabilidade.

As sdrs em análise nos mostram uma progressão de sentidos que configura a posição-sujeito que o jornal *Agora* assume frente à questão da clandestinidade e do sujeito-clandestino: ela constrói um imaginário de inaceitabilidade para os estrangeiros que entram ilegalmente no Brasil, pois reproduz os sentidos do *Estatuto do Estrangeiro*, segundo o qual o estrangeiro, para ser aceito em solo nacional deve corresponder às inúmeras exigências previstas em Lei, dentre elas, a exigência de vistos. Assim, o jornal *Agora* reitera a exclusão daqueles que fogem aos parâmetros legais e, desta forma, desconstrói a metáfora do Brasil-mosaico, que reúne rostos e histórias em um todo harmonioso que compõe o país que recebe a todos.

3.5.2.1. Realizando um cotejo entre os jornais *Folha de São Paulo* e *Agora*

As sdrs da *Folha de São Paulo* e do jornal *Agora* tematizam a situação de clandestinidade do estrangeiro que não tem a documentação necessária à sua entrada e permanência no Brasil. Mas, cada qual discursiviza diferentemente a questão da clandestinidade e do sujeito-clandestino.

Vimos que a imprensa se apropria de designações que atualizam os saberes e os sentidos de diferentes FDs. A *Folha de São Paulo* se apropria de designações da FD Católica, (re)produzindo uma sectarização entre aquilo que *pode ser dito* (pois é politicamente correto) e aquilo que *não pode (deve) ser dito* (pois é politicamente incorreto). Portanto, a *Folha* reproduz o silenciamento da exploração e da exclusão a que todos os estrangeiros indesejáveis e em situação de clandestinidade estão sujeitos, ao mesmo tempo em que reduz suas dificuldades à falta de assistência por parte das Instituições.

O jornal *Agora*, por outro lado, apropria-se das designações que reproduzem os saberes e os sentidos da FD Jurídica, segundo os quais a ilegalidade é a condição própria daqueles que infringem a lei. Desta forma, as designações/atributos conferidos ao sujeito-clandestino determinam-lhe um lugar de ocupação que se configura como um não-lugar: a exclusão.

Conforme podemos observar, as sdrs analisadas neste Bloco apontam para duas práticas políticas distintas: a do Estado Laico, que exclui o sujeito-clandestino e a do Estado Religioso, que defende certos sujeitos (os latino-americanos), enquanto relega inúmeros outros à marginalidade e à exclusão. Portanto, a questão da exclusão é o ponto central dos sentidos que se materializam por meio das sdrs que constituem este Bloco discursivo, já que ambas as práticas políticas dedicam-se à inclusão de poucos (daqueles que interessam ao Estado ou à Igreja) e à exclusão da grande maioria, que ocupa as *margens* porque não interessa às Instituições.

3.5.2.2. As posições-sujeito construindo efeitos de *mesmo* sentido no interior da FDI

Tomaremos, a seguir, as designações/atributos conferidos aos estrangeiros pelas posições-sujeito materializadas neste segundo Bloco discursivo, de forma a montar uma matriz de sentido, considerando-se que as matrizes parafrásticas criam um efeito de estabilização dos sentidos no interior de uma FD, de forma que “palavras, expressões e proposições literalmente diferentes (que) podem, no interior da mesma formação discursiva, ‘ter o mesmo sentido’” (PÊCHEUX, 1997^b, p.161).

Designações/atributos que determinam um *mesmo* sujeito: o estrangeiro

clandestinos
nigerianos
sem documento
“indocumentados”
camuflados nas regiões do centro
latino-americano
“sem-saúde”
“ilegais”

Vemos que estas formas de designar os estrangeiros correspondem, segundo Pêcheux, a formas de designação distintas oriundas de várias FDs e que funcionam como substitutivas no interior de uma outra FD. Esta é, nas palavras de Pêcheux (1997^b), a síntese do processo discursivo: “A partir de então, a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – significantes – em uma formação discursiva dada” (p.161). Assim, todas as designações expostas no quadro acima funcionam como paráfrases discursivas que determinam um *mesmo* sujeito, o não-nacional, o estrangeiro, e apontam para sentidos que se instauram como dominantes, ratificando processos de exclusão.

Sabemos que as FDs são constitutivamente heterogêneas e que suas fronteiras são instáveis e fluidas, permitindo a movimentação de sentidos advindos de outras FDs em seu interior. É por isso que o *mesmo* sentido nunca é o mesmo. O efeito de homogeneidade de sentidos, que nos permite montar uma matriz parafrástica, decorre do fato de que as FIs

materializadas por suas FDs, tais como a FD Jurídica e a FD da Imprensa, sustentam estes efeitos de estabilidade para os sentidos. E esta garantia de sentidos minimamente estáveis é uma ilusão necessária à construção de um imaginário, um *senso comum* sobre a inaceitabilidade do estrangeiro sem documentos que vem refugiar-se no país. Portanto, aquilo que ressoa como sendo o mesmo é resultado de um efeito de sentido que anula temporariamente a diferença, refratando-a ideologicamente, no “interior” da FD. Este efeito imaginário se desfaz quando compreendemos os mecanismos ideológicos que constroem um processo discursivo. No caso deste Bloco discursivo, as análises nos mostraram posições-sujeito distintas. A primeira (expressa pela *Folha de São Paulo*) identifica-se com determinados saberes da Formação Discursiva Católica, enquanto que a segunda (materializada pelo jornal *Agora*) se identifica com saberes da Formação Discursiva Jurídica e da Formação Discursiva Policial.

Assim, não podemos pensar que no interior de uma FD se produzem os mesmos silenciamentos. Isto porque uma designação, ao *pertencer* a determinada FD, ali se reveste de sentidos. Quando outra FD se apropria deste saber, produz um deslocamento nestes sentidos, o que provoca outro recorte do real. Isto determina, para o sujeito que é assujeitado, a ocupação (temporária) de um lugar social específico que, muitas vezes se configura a partir dos conjuntos de interesses que estão em jogo nas FIDs, como um não-lugar. Neste processo de apropriação/deslocamento de designações entre uma FD e outra, sentidos são resignificados e ocorrem inúmeros silenciamentos, cada processo discursivo produzindo a interdição a certos dizeres e, conseqüentemente, a certos lugares de dizer.

3.5.3. Bloco 3. A voz do imigrante *produzindo rastros de uma outra história*

O Bloco discursivo que agora iniciamos apresenta uma característica que o torna diferente dos demais: todas as seqüências discursivas que o compõem foram veiculadas na própria imprensa dos imigrantes, onde eles discursivizam o preconceito sofrido e as *estratégias* de inserção que foram adotadas na tentativa de garantir a aceitabilidade. Veremos que o processo imigratório do Brasil virá à tona por meio de outras interpretações que se baseiam em experiências e memórias que contam outras versões da história.

São três os jornais que tomamos como objeto para nossas análises: o *Nippo-Brasil*, o *São Paulo-Shimbun* e *Portugal em Foco: um jornal luso-brasileiro*. Eles apresentam três

características comuns: a) todos veiculam notícias de interesse da comunidade a qual se destinam; b) todos procuram focar as conquistas dos imigrantes no Brasil, apresentando uma imagem positiva destes, e c) todos valorizam a cultura de origem dos imigrantes.

O jornal *Portugal em Foco*, editado pela primeira vez em 1995, tem sede no Rio de Janeiro e circula em diversos estados brasileiros. Além disso, o jornal conta com representantes comerciais em Portugal, o que lhe garante leitores em ambos os países e lhe permite considerar-se um jornal luso-brasileiro. Assim estruturado, o jornal mescla, em suas páginas, notícias de Portugal e do Brasil.

A política portuguesa merece destaque na primeira página, em notícias publicadas tais como foram produzidas em Portugal. Assim, o presidente do país, Jorge Sampaio, o primeiro-ministro Cavaco Silva e o presidente do PSD, Pedro Paulo Santana aparecem em matérias políticas que trazem as seguintes manchetes: *Dissolução do AR pode atrasar orçamento-05; Economista vê PS com gente de muito talento; Santana quer manter o núcleo duro do PSD; Durão aceita a saída com pedido a Sampaio*. São também numerosas as notícias sobre as atividades culturais da comunidade portuguesa no Brasil, realizadas por *portugueses radicados no Brasil, familiares e amigos brasileiros e portugueses em Associações*, como por exemplo: *Quinta do Santoinho completou 25 anos; Casa Ilha da Madeira em Festa Histórica dos 35 anos de atividades; Sindipan e Aidipan comemoram Dia do panificador*.

A sdr1, analisada em seguida, consiste em um recorte retirado de uma notícia intitulada *Domingos e Lucinda formam uma família luso-brasileira e um verdadeiro casal nota 20*, veiculada no caderno *Sociedade*, parte integrante do jornal *Portugal em Foco*.

Sdr1: “Dono de uma disposição incrível iniciou sua atividade com apenas uma pequena loja. Formado em Administração de Empresas, pela Faculdade Integrada Simonsen, teve uma trajetória ascendente e brilhante. Casado há 28 anos, constituiu uma grande família pautada na presença de Deus, pois são todos católicos ardorosos e suas vidas têm sido conduzidas e direcionadas pelo Senhor (...)” (*Portugal em Foco*, 14/07/2004).

Vimos anteriormente (no ponto 3.4.2) que as diretrizes do *Estatuto do Estrangeiro* prevêm um tratamento diferenciado para os imigrantes portugueses no Brasil, garantindo-lhes (legalmente) um duplo-pertencimento que se materializa por meio de enunciados em que

o sujeito se reconhece como *bi-pátrida e bi patriota*. No entanto, os dispositivos legais não são suficientes para garantir aos portugueses a inclusão social que lhes asseguraria uma aceitabilidade ‘de fato’. Portanto, o discurso pretende promovê-las por meio dos sentidos que emergem das designações/atributos que são conferidos a Domingos: ele é trabalhador, esforçado, tem preparo intelectual, pautou-se pelo exemplo paterno e pela fé católica, o que lhe permitiu progredir (financeiramente) e construir uma família bem estruturada. O cunho laudatório traz à cena os sentidos que comportam as homenagens: dar ênfase a certos sentidos a fim de que estes adquiram permanência. Portanto, as designações/atributos funcionam discursivamente como pré-construídos que promovem o retorno de saberes próprios às ideologias da Era Vargas, quando a aceitabilidade dos estrangeiros se baseava em critérios tais como: a capacidade para o trabalho e a sujeição à religião católica. Vejamos no quadro abaixo:

nomeação	atributos profissionais	atributos religiosos (conferidos a Domingos e seus descendentes)
Domingos	Dono de uma disposição incrível, formado em Administração de Empresas teve uma trajetória ascendente e brilhante	“(…) constitui uma família pautada na presença de Deus (…)”. “(…) todos são católicos ardorosos (…)”. “(…) suas vidas têm sido conduzidas e direcionadas pelo Senhor.”

Embora as designações/atributos atualizem os saberes da Era Vargas, importa ressaltar que quem fala aqui é o imigrante. Isto nos permite afirmar que aceitabilidade legal (de direito) não garante a aceitabilidade *de fato*. Assim, o imigrante se vale de sentidos que eram discursivizados pela FD Nacional-socialista a fim de *provar* que tem todas as qualidades necessárias para que a aceitabilidade se efetive numa aceitação social.

As sdrs seguintes integram reportagens publicadas em dois jornais cujo público-alvo é a comunidade japonesa: o *Jornal Nippo-Brasil* e o *São Paulo-Shimbun*. Ambos apresentam duas seções: uma, menor, em língua portuguesa e outra, bem maior, em língua japonesa. Nossas análises recaem sobre as seções publicadas em língua portuguesa, nas quais se mesclam notícias do Japão e do Brasil. Os dois jornais apresentam uma característica que consideramos relevante para nosso trabalho, pois, embora apresentem notícias do Japão e do Brasil, preservam, em relação às primeiras, um distanciamento espacial mas uma proximidade identitária: o Brasil é o lugar de onde se fala *sobre* os acontecimentos ocorridos no Japão. Assim, na primeira página do *Nippo-Brasil* lemos: *Desemprego japonês recua ao nível mais*

baixo dos últimos 45 meses; Depois de registrar 4,7% por dois meses consecutivos, o índice de desemprego no Japão voltou a cair. Já o São-Paulo Shimbun traz: ‘Godzilla’ integra time de estrela nos EUA; O jogador japonês Hideki Matsui, conhecido como Godzilla entre os nipônicos, foi selecionado para o time de estrelas do beisebol nos EUA, pelo segundo ano consecutivo.

Acreditamos que esta relação de pertencimento se constitui em uma resposta às interdições do *Estatuto do Estrangeiro*, que em seu artigo 129, afirma:

A entrega do certificado (de naturalização, grifo nosso) constará de termo lavrado no livro de audiência, assinado pelo juiz e pelo naturalizado, devendo este:

II – declarar, expressamente, que renuncia à nacionalidade anterior.

Os jornais trazem a voz da pátria distante, que deveria ser renegada pelo imigrante (mas não é) e que, portanto, ressoa neste outro lugar, o Brasil.

O jornal *Nippo-Brasil*, do qual foram retiradas as sdrs 2 e 3, tem 11 anos de existência e sua seção em língua portuguesa comporta reportagens sobre temas variados: culinária, medicina, lazer, contos e aspectos históricos do Japão, todos enfocando aspectos da cultura de origem dos imigrantes. As reportagens têm títulos tais como: *Saúde: conheça os benefícios do shiatsu às pessoas; Mostra reúne filmes de samurais em São Paulo; Kitsune toyota: contos e lendas do Japão*. Já as reportagens sobre economia e negócios enfocam os interesses da comunidade e as conquistas de seus membros, tais como: *Prefeito nikkei municipaliza serviço de água e esgoto em Andirá*.

A sdr2 faz parte do Editorial deste jornal, que expressa a opinião do órgão em relação ao Programa Escola da Família, cujo objetivo é *a abertura, aos finais de semana, de cerca de 6 mil escolas da Rede Estadual de Ensino, transformando-as em centro de convivência, com atividades voltadas às áreas esportiva, cultural, de saúde e de qualificação para o trabalho*, de acordo com o site da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. As Escolas de São Paulo incluíram, entre suas atividades, 45 oficinas de língua japonesa, 136 cursos de mangá e 180 de origami.

Sdr2. “Pelo simples fato de comporem a grade do programa, as atividades cujas raízes estão fincadas do outro lado do mundo fazem parte, cada vez mais, do modo de

vida de milhares de brasileiros. Sinal de que a tão proclamada integração da difusa comunidade nikkei no País há muito se intensifica no relacionamento sociocultural Brasil-Japão” (*Jornal Nippo-Brasil*, 14 a 20/07/2004).

Segundo o editorial, a inclusão de atividades voltadas à comunidade japonesa se deve à (e cito) *quase centenária relação fraternal* que o Japão mantém com o Brasil. E o fato de terem sido incluídas atividades japonesas já é suficiente para torná-las parte da vida de milhares de brasileiros. Assim estas atividades representam um ato de boa vontade, por parte do governo brasileiro, constituindo-se em mais um passo em direção à aceitabilidade e à integração que, como vemos pelo enunciado, embora seja *tão proclamada*, ainda não é um fato. É a materialização do confronto de duas histórias: a oficial, construída sobre um imaginário de integração imediata e completa e *outra* história, contada a seguir pelos imigrantes, a qual aponta a integração como um processo que traz para o presente as “cicatrices” do passado.

Vejam as sdrs que apresentaremos a seguir, retiradas do jornal São Paulo-Shimbun, cuja primeira edição data de 1948. Em suas páginas encontramos reportagens tais como: *Cultura japonesa faz parte da Escola da Família; Grupo japonês faz apresentação no Festival Internacional de São José do Rio Preto*. Estruturalmente, o jornal se divide em diversas seções em língua portuguesa: Internacional, Brasil, Brasil-Japão, Jovens, Educação, Lazer e Cultura, apenas para citar algumas delas.

A sdr3 foi publicada em forma de artigo assinado, com o título *Ranço de Imigrante*. A articulista que o assina escreve quinzenalmente para o jornal, que se exime da responsabilidade por meio de nota na qual afirma: *Todos os artigos assinados são de total responsabilidade dos respectivos autores, não correspondendo necessariamente à opinião do jornal*.

Sdr3. “Achava que eram páginas viradas, que os imigrantes e seus descendentes já tinham superado o complexo de inferioridade, que todos já tinham se integrado socialmente, e, portanto, já eram águas passadas o esquema que montavam nossos avós e pais para, a qualquer custo, mostrar o quanto já estavam inseridos no meio social. (...) Afinal, quem não conhece um nikkei na faixa dos cinquenta anos, para mais, que não são católicos por conveniência, só porque os pais, no afã de mostrar e materializar a

integração ao meio, convidou médicos, políticos, fazendeiros e empresários ‘gaijins’ para abençoar os filhos?” (*Ranço de Imigrante, São Paulo-Shimbun, 09/07/2004*).

A sdr3 mobiliza sentidos que foram silenciados pela história oficial. Ela nos fala em um complexo de inferioridade que ainda não foi superado e, se há imigrantes que (ainda) se sentem inferiores, é porque há, em contrapartida, *nativos* que se sentem superiores. Há todo um imaginário de valorização que subsiste frente a uma história oficial que discursiviza a existência de uma sociedade em que a democracia racial impera e na qual todos são aceitos de forma igualitária.

O enunciado denuncia, também, a utilização de esquemas que simulam uma integração que (ainda) não se efetivou. Ele traz à tona as memórias que compõem a história desta comunidade e fala dos esforços empreendidos pelos imigrantes a fim de serem aceitos pela sociedade brasileira, deixando claro, que a existência de ‘relações fraternais’ entre o Brasil e o Japão (conforme afirmou o Nippo-Brasil) não são suficientes para garantir aceitabilidade (ou a inclusão) dos imigrantes. Este enunciado atualiza e materializa as estratégias por meio das quais os imigrantes procuravam demonstrar sua integração a uma sociedade completamente estranha e diferente da sua. Pois, como nos mostrou Jeffrey Lesser (2001), muitos japoneses batizaram seus filhos na religião católica, numa clara demonstração de que abdicavam da sua religião de origem para se tornarem brasileiros.

As sdrs 4 e 5 fazem parte de uma mesma reportagem, cujo título é *Episódio Global provoca opiniões diversas entre nikkeis*. Esta reportagem foi produzida e publicada para dar espaço à discussão gerada pela apresentação de um dos episódios do programa *A Diarista*, exibido pela Rede Globo. A maneira como as personagens de origem japonesa foram caracterizadas, gerou acaloradas discussões na comunidade nikkei, em virtude das diferentes interpretações suscitadas. Muitos leitores do jornal enviaram cartas à redação, posicionando-se frente ao tema e a reportagem as utiliza como depoimentos.

Sdr4. “(...) fiquei completamente humilhado e indignado pelo excesso de preconceito aos japoneses e descendentes. No programa, são destacados os estereótipos grotescos e antiquados da cultura japonesa” (*São Paulo-Shimbun, 09/07/2004*).

Sdr5. “É claro que ainda estamos um pouco taxados, mas não podemos nos revoltar, temos que levar na brincadeira” (*São Paulo-Shimbun, 09/07/2004*).

Conforme se observa, a sdr4 nos coloca frente a um sujeito que se diz *humilhado e indignado* devido ao excesso de preconceito em relação à comunidade japonesa, retratada por meio de *estereótipos grosseiros e antiquados*. Importa salientar que os estereótipos têm a função de homogeneizar os sujeitos, apresentando-os de uma forma única (e deturpada) de acordo com um imaginário que se cristaliza no Brasil, silenciando as diferenças sócio-históricas.

Já a sdr5 é construída por meio de um enunciado dividido (nos moldes de Courtine, 1981): *É claro que ainda estamos um pouco taxados, mas temos que levar na brincadeira, não podemos nos revoltar*. Este funcionamento discursivo materializa a contradição dentro da comunidade, cindida em decorrência das diferentes interpretações dadas ao modo como os não-nikkeis os falam. Estas interpretações apontam para dois posicionamentos antagônicos entre si: há os sujeitos que se revoltam e que não conseguem aceitar que o preconceito, a *taxação* e os estereótipos devam ser considerados brincadeiras; há, em contrapartida, aqueles que se submetem às injustiças, por considerarem que ao aceitá-las como se fossem brincadeiras, contribuem para que a integração se realize, ou buscam distanciar-se de um imaginário que não aceitam.

Devemos levar em conta que a sátira é um dos meios pelos os discursos burlam a censura e o silenciamento. Desta forma, propagam-se sentidos que, de outra forma, não poderiam ser ditos. Assim, por meio da opinião de seus leitores, o jornal São Paulo-Shimbum, apresenta a diversidade de posições dos imigrantes frente à maneira como são retratados. E importa salientar que as seqüências discursivas nos contam uma outra história, de preconceito sofrido, de estereótipos que produzem a homogeneização dos sujeitos e da falta de respeito para com uma cultura diferente.

Esta história, que é contada por meio das sdrs 4 e 5 reitera aquela outra, a que se materializa na sdr 3, frente à qual o jornal poderia se eximir de responsabilidade, conforme a nota que apresentamos. No entanto, o que se percebe é que estas três seqüências constituem discursos que vão, ideologicamente, na mesma direção, trazendo à tona outras memórias, fazendo com que os acontecimentos que se encontram relegados à margem da história cristalizada adquiram permanência, deixem marcas e produzam efeitos que retratam o real da memória histórica dos japoneses que se fixaram no Brasil.

3.5.3.1. Realizando o cotejo entre os jornais *Portugal em Foco*, *São Paulo-Shimbun* e *Nippo-Brasil*

As sdrs que compõem este Bloco discursivo correspondem a posições-sujeito que discursivizam outras histórias, a dos imigrantes que *deixam rastros* com sua escrita: é o imigrante que tem voz, que conquistou seu direito à voz e que conta histórias que são legitimadas, negadas ou silenciadas pelas outras posições-sujeito.

O jornal *Portugal em Foco* discursiviza o imigrante português que ascendeu socialmente e, neste aspecto, os sentidos aí veiculados encontram-se com os sentidos discursivizados por *Marie Claire* e *Zero Hora*. Afinal, Domingos, tal como a coreana Yoo Na Kim, a italiana Elisa Zoboletti Grisendi e os alemães Uwe Horst Schultz, Úrsula e Jüergen Stauch, representam todos aqueles que podem contribuir com o país, que seguem uma fé cristã e que têm uma profissão considerada adequada. Todos eles são desejáveis e aceitáveis. Todos pertencem à categoria (legalmente estabelecida) dos *imigrantes*.

Mas, o discurso de *Portugal em Foco* também se distingue dos outros, pois ele mostra que a aceitabilidade *de direito* não significa uma aceitabilidade *de fato*. E mais, ele também mostra que os privilégios que a Lei concede aos portugueses não se reverterem, automaticamente, em inclusão. Ou seja, a aceitabilidade legal não garante o *pertencimento*. E na ânsia de promover esta inclusão, atualizam-se os saberes discursivizados durante a Era Vargas, demonstrando que os critérios de aceitabilidade vigentes naquela época ainda ressoam fortemente no interior da própria comunidade imigrante. Assim, não estamos mais frente ao discurso do ‘brasileiro’ que determina critérios para que o estrangeiro se torne imigrante, mas estamos frente ao imigrante que toma para si o mesmo discurso a fim de conquistar um espaço, uma visibilidade. Assim, o jornal exalta as qualidades e realizações deste imigrante a fim de construir um imaginário que determine sua inclusão na contagem daqueles que são designados (pelo Estatuto) como *bi-pátridas*, já que esta designação configura um lugar especial, reservado aqueles que têm *duas pátrias*, ou seja, um lugar em que se preservam as determinações históricas anteriores à imigração.

As sdrs recortadas dos jornais *São Paulo-Shimbun* e *Nippo-Brasil* contam outras histórias. Falam de imigrantes que ainda não se sentem integrados à sociedade brasileira e que conquistam seu espaço à custa de *esquemas* que simulam uma integração ainda em andamento. Falam de conquistas que se efetivam por meio da ação do governo japonês que, a

custa de incentivos econômicos e de uma política externa atuante, procura garantir visibilidade para os imigrantes japoneses e seus descendentes. Essas histórias também falam de preconceitos sofridos, de discriminação, de estereótipos grosseiros, de ‘esquemas’ que visam à inclusão, ao pertencimento. E falam da contradição de posicionamentos existente entre aqueles que reagem ao preconceito e aqueles que se submetem a ele.

Pelo exposto, vemos que os discursos dos imigrantes e de seus descendentes produzem a desconstrução dos imaginários: o Brasil-mosaico se desfaz em milhares de pedaços e a democracia racial e a aceitabilidade irrestrita se esvaem. Além disso, eles deixam entrever, naquilo que não contam, histórias de dor, de luta surda e contida daqueles que insistiram em permanecer no Brasil das oportunidades (que não são para todos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estrangeiro é o sujeito que pode ser designado por meio de inúmeros atributos: é aquele que não tem pátria nem lar, é o inexplicável e o incompreensível. É o errante, o forasteiro, o alienígena. É aquele que não pertence e não possui. E ainda assim, o mundo em que vivemos foi forjado a partir de suas idas e vindas.

Atualmente, o mundo está em processo de globalização acentuado e as reorganizações econômicas e sociais impelem milhares de pessoas para fora de seus países. São sujeitos em busca de um novo lugar, de novas oportunidades, de melhores condições de vida. No entanto, a mesma globalização que determina a saída, não fornece soluções para a imensa onda migratória que se move, buscando fronteiras não vigiadas, florestas e portos que possam servir como caminhos alternativos de entrada para uma nova vida.

Há aqueles que conseguem entrar legalmente em um país e ali se estabelecem. Estes constituem uma minoria. São os que passam da condição de estrangeiros a de imigrantes. Mas, migrar nunca é um processo simples, não há garantia de sucesso e nenhuma certeza de que a aceitabilidade resultará um legítimo *pertencimento* (leia-se inclusão). Além disso, a integração absoluta é uma ilusão, pois o migrante jamais deixa de ser um sujeito cindido entre a pátria distante e aquela que o acolheu. No fundo, ele nunca deixa de ser o estranho, o inexplicável.

Há, também, sujeitos que nunca são acolhidos, e estes constituem a maioria dos que se movem mundo afora. São os que vivem à margem das sociedades que os rejeitam, tentando sobreviver nas brechas. Estes permanecem para sempre estrangeiros, sem lar, forasteiros. E são estes que, por viverem na clandestinidade, em situação marginal, acabam se tornando *problemas sociais* em um mundo que ainda não tem alternativas para lhes oferecer. Para se resguardar deste problema em potencial, muitos países têm fechado suas fronteiras aos

estrangeiros, tomando rígidas medidas para impedir-lhes a entrada. Também a legislação brasileira se vale de leis excludentes para tentar conter o grande número de estrangeiros que buscam encontrar, aqui, novas (e melhores) condições de vida. No entanto, nem as medidas de impedimento são suficientes para deter milhares de estrangeiros que, por mar e por terra adentram nossas fronteiras. Eles são os estrangeiros que irão viver *escondidos nas multidões do centro*.

As designações/atributos que a Formação Discursiva da Imprensa confere aos estrangeiros e imigrantes formam uma rede de sentidos que constrói um imaginário de Brasil que se estrutura sob a égide da democracia étnico-racial, da tolerância e do respeito para com a diferença (e para com o diferente). Tais sentidos pertencem ao senso comum e servem de base para que outro sentido se consolide: o de que o brasileiro não é preconceituoso para com os estrangeiros. Essa é a imagem que a imprensa vende (para consumo interno e externo). A força de tais discursos faz com que uma grande parcela da sociedade brasileira ainda se encontre alheia às exatas dimensões da questão imigratória, considerada por muitos como um problema distante, próprio de países desenvolvidos. No entanto, tanto o imaginário de país aberto a todos, quanto o de brasileiro cordato e automaticamente receptivo refratam as determinações econômicas que regem a política imigratória atual, cujo caráter excludente promove a inclusão de pouquíssimos imigrantes, configurando-se, desta forma, um jogo de forças em que a (in)aceitabilidade é construída.

Clandestino, doutor em biologia, estudante coreana, indocumentado, sem-saúde... Vimos que estas são algumas das designações/atributos conferidos aos estrangeiros e imigrantes pela Imprensa, e cada uma delas historiciza diferentemente este momento de nossa sociedade. Pois, como nos mostraram os Blocos discursivos, não há apenas uma forma de contar esta história, mas várias, decorrentes da heterogeneidade de posições-sujeito que constituem a Formação Discursiva da Imprensa. Elas mobilizam saberes específicos e promovem a interpelação do sujeito, determinando-lhe o lugar social que ele poderá (ou não) ocupar e a partir do qual ele poderá (ou não) ter direito à voz. Isto porque a partir de diferentes posições-sujeito estamos frente a uma determinada interpretação do *real*, que, como nos mostrou Spinoza, é sempre imaginariamente construída de acordo com certa apreensão das conseqüências, materializadas pelos atributos que discursivizam o estrangeiro, já que os fatores, ou as causas, que determinam essa discursividade heterogênea nem sempre são apreensíveis.

Criam-se, assim, as condições necessárias para que os estrangeiros clandestinos sejam relegados ao silêncio. Marginalizados, subempregados, destituídos de direitos e de voz, eles dividem o espaço com brasileiros também marginalizados, subempregados, anônimos e destituídos de voz. Somam-se a eles e tornam-se quase invisíveis. Afinal, a imensa desigualdade social brasileira forma um amplo fosso que engole a todos e, aparentemente, apaga as disputas calcadas no pertencimento, na nacionalidade.

Em seus esforços de preservação de sentidos já cristalizados, a Formação Discursiva da Imprensa *simula* vozes que contam experiências que reiteram certos sentidos pretendidos. E, a cada discurso construído, um novo pilar desta nação imaginariamente construída parece se fortalecer. Mas, a contradição é constitutiva dos homens e das ideologias, portanto, também a Formação Discursiva da Imprensa a abriga em seu interior, materializando-a por meio das falhas e das fissuras por onde as interpretações se tornam possíveis. Assim, outros sentidos emergem e rompem o silêncio, mostrando o quão frágil é este imaginário.

E assim a voz dos imigrantes se faz ouvir por meio dos (outros) discursos e suas histórias ressoam tanto no que é dito quanto no que é negado. Ao falar, eles denunciam a existência de práticas cotidianas de desrespeito e preconceito travestidos, muitas vezes, em *brincadeiras*. Isto obriga muitos imigrantes a utilizar *esquemas* que demonstrem sua completa inserção. Além disso, eles procuram ser incluídos numa sociedade que os rejeita por meio da valorização de suas conquistas cotidianas. Eles também falam em sofrimento, em revolta e em resignação. Apesar de suas vozes ressoarem ainda de forma tímida, ao discursivizarem histórias e memórias relegadas à margem da história oficial, os imigrantes abalam as estruturas deste imaginário que (ainda) circula como verdade absoluta, já há muito construído.

As análises realizadas nos permitiram apreender, na prática, em que consiste o ato de designar e quais são as conseqüências deste gesto de linguagem que repetimos incontáveis vezes ao longo de um único dia. A Lingüística Textual, como vimos, não foi capaz de nos oferecer tal resposta. A fim de responder às questões que formulamos neste estudo, foi necessário que realizássemos um longo e profícuo percurso pelos pensamentos filosóficos de Aristóteles, Spinoza e Frege, sempre considerando suas contribuições sob o viés materialista histórico que é próprio à Análise de Discurso. E foram os princípios teóricos desenvolvidos por Pêcheux e Courtine (e aprofundados posteriormente por teóricos como Guimarães e Orlandi), que sustentaram nosso percurso e respaldaram nosso trabalho.

O pensamento filosófico de Aristóteles nos permitiu compreender que a substância está sujeita tanto àquilo que é da ordem do universal, quanto àquilo que é da ordem do particular. Desta forma, à substância (desestabilizada e heterogênea) podem ser conferidos atributos individualizantes que a particularizam, o que caracteriza uma ruptura com o universal.

Spinoza aprofunda esta reflexão e nos mostra que as condições contingentes de Aristóteles são, de fato, “as causas externas”, ou seja, os fatores que determinam os seres. Conseqüentemente, deste deslocamento resulta uma relação dialética essencial: ao mesmo tempo em que os atributos definem e determinam o ser, dando-lhe *existência*, também os atributos só têm existência por terem sido atribuídos. Portanto, o que define a essência da substância é o atributo que lhe é conferido. E assim, o pensamento filosófico de Spinoza nos autoriza a afirmar que os atributos apenas se distinguem da substância (enquanto atributos) no momento da atribuição, mas não em suas conseqüências.

Frege, por sua vez, desenvolveu a noção de referência, compreendendo-a como a relação que se estabelece entre o referente e os diversos modos de designá-lo. E a cada referência vão sendo mobilizadas representações que variam de sujeito para sujeito. Este é o ponto capital da perspectiva fregeana, pois ao considerar a subjetividade como estando intrinsecamente ligada à questão da representação, Frege abriu espaço para que a exterioridade a constituísse. Assim, a cada re-designação, novos sentidos são mobilizados e cada um deles inscreve o referente em uma ordem simbólica determinada.

Também importa salientar o quão significativas foram as considerações de Guimarães, para quem a designação divide o real e categoriza o sujeito, funcionando também como uma forma de *re-dizer*, enfatizando o que em algum momento já fora dito. Assim sendo, vimos que as diversas designações que foram atribuídas aos estrangeiros e imigrantes pelos discursos da Imprensa reafirmaram, insistentemente, a (in)aceitabilidade.

Podemos afirmar, afinal, que tanto a designação quanto o atributo produzem a interpelação ideológica do sujeito, determinando-lhe lugares de ocupação/identificação que estabelecem (e perpetuam) relações de desigualdade entre (des)semelhantes. E isto significa afirmar que a tradicional divisão entre designação e atributo não mais se mantém, pois ambos se constituem, igualmente, no cerne de um processo discursivo que constrói (e determina) a subjetividade. Este processo funciona ideologicamente de forma a conter o sujeito dentro de

limites sociais e históricos que, embora tenham sido imaginariamente traçados, pretendem-se compreensíveis e absolutos. Afinal, ao longo da vida, o sujeito toma a palavra, conquista-a, perde seu direito a ela e reconquista (ou não) este direito, num jogo que apenas é possível porque o discurso é o “espaço” em que se articulam o sujeito e a(s) ideologia(s) e onde se instaura a disputa pelo poder.

Esta conclusão pretendeu resumir aquilo que percebemos e àquilo a que chegamos, bem como de que maneira, com nosso olhar de analista (ideologicamente interpelado) respondemos às questões que nos impulsionaram durante esta pesquisa. E, neste momento final, salientamos que concluir um trabalho é apresentar uma interpretação possível, um olhar dentre os inúmeros olhares que poderiam ser trazidos à tona. Portanto, esta conclusão é um movimento provisório de fechamento, já que cada eventual leitor poderá perceber outros sentidos e outros desdobramentos que nós não percebemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis : Vozes, 1999.

ARISTÓTELES. **Organon**. Lisboa : Guimarães Editores, Ltda. 1987.

BALIBAR, Étienne. **Cinco Estudos do Materialismo Histórico**. Santa Maria de Lamas : Presença / Martins Fontes, 1975.

BIANCARELLI, Aureliano. Ilegal no Brasil, latino-americano vira “sem-saúde”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16. mar. 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília : Senado Federal, 1988. 292 p.

_____. **Estatuto do Estrangeiro**. Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Regulamenta a lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. < www.mj.gov.br > Acesso: mai. 2004.

_____. Lei n. 6815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação do Estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. **Código Civil**. 50. ed., p. 645-667. São Paulo : Saraiva, 1999.

CHAROLLES, Michel. “Introdução aos problemas de coerência dos textos”. In: D.COSTE, et al. **O texto: leitura e escritura**, Campinas : Pontes, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **A nervura do real** : imanência e liberdade em Espinosa. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHNAIDERMAN, Mirian. Língua(s) – Linguagem(ns) – Identities(s) – Movimentos(s): uma abordagem psicanalítica. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Lingua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas : Mercado das Letras, São Paulo : Fapesp, 1998.

CONARE nega pedido de asilo a nigerianos. **Agora**, 16. nov. 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. In: **Langages** (62) : Paris, juin 1981 (a).

_____. Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. In: **Philosophiques**. vol. IX. n° 2, 1982.

_____. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda, LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.) **Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Coleção Ensaio, vol.12. Porto Alegre : Editora Sagra-Luzzatto,1999.

COURTINE, Jean-Jacques & MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours? In: **Matérialités discursives**. Colloque des 24, 25, 26 avril,1980. Nanterre : Presses Universitaire de Lille, 1981 (b).

DELBOS, Victor. **O espinosismo**. São Paulo : Discurso Editorial, 2002.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou** (A seguir). São Paulo : Editora UNESP, 2002.

DOMINGOS e Lucinda formam uma família luso-brasileira e um verdadeiro casal nota 20. **Portugal em Foco**, Rio de Janeiro, 8-14. jun. 2004, Sociedade, p.9.

EPISÓDIO global provoca opiniões diversas entre nikkeis. **São Paulo-Shimbun**, São Paulo, 9. jul. 2004., p.5.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREGE, Gotlob. Sobre o sentido e a referência. In: _____. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo : Cultrix, 1978.

GADET, Françoise & HAK, Tony. (orgs) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.3.ed. Campinas : UNICAMP,1997.

GÊNESIS. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. RJ : Editora Bíblica Brasileira, 1956, p.5.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: TASCHETTO, Tânia R. **Língua e Literatura**: limites e fronteiras. Letras °26, Santa Maria : UFSM, 2003.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2.ed. Campinas, SP : Pontes, 2005.

GUS, Matilde. Imigração Judaica. **Zero Hora**. Porto Alegre, maio. 2004.

HATANAKA, Mirian Lie. Ranço de Imigrante. **São Paulo-Shimbun**, São Paulo, 9. jul. 2004., p.5.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas : UNICAMP,1992.

_____. **A história não existe?** In: ORLANDI, Eni P. (org) **Gestos de Leitura:** da história no discurso. Campinas : UNICAMP, 1997.

IANNI, Octavio. (Org.). **Karl Marx** : Sociologia. São Paulo : Ática. 1984.

_____. **A idéia de Brasil moderno.** 1.ed. São Paulo : Brasiliense, 1996.

INDURSKI, Freda. **A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes.** Campinas : Unicamp,1997.

_____. A Análise do discurso e sua inserção no campo das ciências sociais da linguagem. In: **Cadernos do IL**, Instituto de Letras : UFRGS, dez. 1998. p. 7 – 21.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy. **A leitura e a escrita como práticas discursivas.** Pelotas : Educat, 2001.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: **Revista Organon** - Língua, discurso e memória. Instituto de Letras da UFRGS. Vol.17, nº35, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos.** 7.ed. São Paulo : Contexto, 2003.

_____. A coesão textual. 19.ed. São Paulo : Contexto, 2004.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional:** imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo : UNESP, 2001.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta:** a greve geral anarquista de 1917. São Paulo : Annablume, 2000.

MALDIDER, D., NORMAND, C.& ROBIN,R. Discurso e Ideologia: bases para uma pesquisa. In: OLANDI, Eni P. (org) **Gestos de Leitura:** da história no discurso. Campinas : UNICAMP, 1997.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro / Campinas : Renavan / UNICAMP, 1998.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo : Martins Fontes, 2002.

MILESI, Rosita. **Migrantes e Refugiados:** proteção de seus direitos e resgate da dignidade humana. Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), <www.migrante.org.br> Acesso:out.2001.

NARLOCH, Leandro. A voz do Brasil. **Superinteressante**, São Paulo, ed. 214, p. 48 - 57, jun. 2005.

O COSMOPOLITISMO paulista. **Jornal Nippo-Brasil.** São Paulo, 14-20. jul. 2004. Opinião, p. 2A.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso.4.ed. Campinas : Pontes,1996.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4.ed. Campinas : UNICAMP, 1997.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas : Pontes,1999.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas : Pontes, 2001.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.4.ed. Campinas : Pontes, 2004.

OYAMA, Taís. Vitória da Globalização. **Veja**, São Paulo, nº1814, 06. ag. 2003.

PARA entrar no Brasil, “ilegais” evitam fronteira vigiada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16. mar. 2003.

PÊCHEUX, Michel. Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monteforte. **El discurso político**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Nueva Imagen, 1980.

_____. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. 1.ed. São Paulo : Contraponto, 1996.

_____. Análise Automática do Discurso. (AAD-69). GADET, F. & HAK, T. (Orgs) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas : UNICAMP,1997(a).

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. (1975). Campinas : Unicamp,1997 (b).

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento (1983). 3. ed. Campinas : Pontes, 2002.

PRINCÍPIOS imutáveis. **Veja**, São Paulo, nº 1910, 22. jun. 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento** – política e filosofia. São Paulo : Ed. 34, 1996.

RASIA, Gesualda de Lourdes dos Santos. **Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1ª e 2ª República**: o duplo lugar da determinação e da contradição. Tese de doutorado. Porto Alegre : UFRGS, 2004.

RECIFE recebe mais 4 africanos ilegais. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11. mai.2004.

SANTIAGO, Adriana. **Migrantes**: discriminados, mas necessários. Disponível em: <www.adital.com.br>, Acesso em 22. dez. 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo : Cultrix, 2003

SERRANI, Silvana. **A linguagem na pesquisa sociocultural**: um estudo da repetição na discursividade. Campinas : UNICAMP, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração no Brasil**: os preceitos de exclusão. Campinas : UNICAMP, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro : MAUAD, 1999.

SPINOZA, Baruch de. **Tratado Político**. São Paulo : Ícone, 1994.

TRINDADE, Eliane. Terra Nostra: um destino chamado Brasil. **Marie Claire**, São Paulo (SP), ed. nº137, ag. 2002.

TRINDADE, Jéssica. A nova odisséia da imigração. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25. set. 2004. Geral, p.38.

VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: GOFF, Jacques Le & NORA, Pierre. **História**: Novos Problemas. 4.ed. São Paulo : Francisco Alves, 1995.

ZANDWAIS, Ana. Dispositivo de luta política da classe operária na Primeira República: processo de interpelação do sujeito operário através da imprensa paralela. In: SCHONS, Carme Regina, RÖSING, Tânia M.K. (Org.). **Questões de escrita?** Passo Fundo : UPF, 2005 (a). (Série Jornadas Literárias).

_____. Relações entre a filosofia da práxis e a filosofia da linguagem sob a ótica de Mikhail Bakhtin: um discurso fundador. In: ZANDWAIS, Ana. (Org.). **Mikhail Bakhtin**: contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Coleção Ensaios, vol 20. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005 (b).

ZIBEL, Carmen. Navio chega a Rio Grande com três clandestinos. **Agora**, Rio Grande (RS), 26. set. 2003. Geral, p.3.

_____. Clandestino é encontrado morto a bordo de navio. **Agora**, Rio Grande (RS), 3. ago. 2004, p.3.

_____. Polícia Federal procura três nigerianos. **Agora**, Rio Grande (RS), 12-13. jun. 2004. Cidade, p.5.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda e LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre : Sagra Luzzatto, 1999. (Ensaios, nº12).

_____. Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. In: **Discurso, língua e memória**. Organon. vol 17, nº35. Porto Alegre : UFRGS, 2003.